



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI

Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

A MUSEALIZAÇÃO DE COLEÇÕES DE ENSINO NO SÉCULO XIX:

o caso do Ginásio Pernambucano

Rômulo José Benito de Freitas Gonzales

UNIRIO / MAST - RJ, junho de 2022

A MUSEALIZAÇÃO DE COLEÇÕES DE ENSINO NO SÉCULO XIX:

o caso do Ginásio Pernambucano

por

Rômulo José Benito de Freitas Gonzales

*Aluno do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio integral e Desenvolvimento*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Orientadora: Professora Doutora Priscila Faulhaber Barbosa.

UNIRIO/MAST - RJ, 03 de junho de 2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

A MUSEALIZAÇÃO DE COLEÇÕES DE ENSINO NO SÉCULO XIX:

o caso do Ginásio Pernambucano

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof(a). Dr(a).  _____

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).  _____

Profa. Dra. Maria Amélia Gomes de Souza Reis
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).  _____

Profa. Dra. Helena Cunha de Uzeda
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).  _____

Profa. Dra. Martha Marandino
(USP)

Prof(a). Dr(a).  _____

Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro
(UFPE/UFRPE)

Rio de Janeiro, 2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

G643	<p>Gonzales, Rômulo José Benito de Freitas</p> <p>A musealização de coleções de ensino no século XIX: o caso do Ginásio Pernambucano / Rômulo José Benito de Freitas Gonzales. -- Rio de Janeiro, 2022.</p> <p>159f.: il.</p> <p>Orientadora: Priscila Faulhaber Barbosa. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2022.</p> <p>1. Ginásio Pernambucano. 2. Louis Jacques Brunet. 3. Musealização. 4. Museus escolares. I. Barbosa, Priscila Faulhaber, orient. II. Título.</p>
------	---

Dedico este trabalho para a minha mãe, Lúcia de Fátima!

AGRADECIMENTOS

Chegado o momento da conclusão desta tese, lembro quantas pessoas foram importantes para a sua realização, e aproveito este espaço para agradecê-las. Em primeiro lugar, agradeço o amor e o apoio incondicional da minha mãe *Lúcia de Fátima*, a quem dedico este trabalho, da minha avó *Maria José* e da minha irmã *Maria Angelina*.

À minha orientadora, a professora *Priscila Faulhaber*, pela leitura atenta deste trabalho e seu apoio profissional e pessoal, que foi fundamental para mim nesse período. À professora *Helena Uzeda* pela simpatia, competência e humanidade com que conduz a coordenação do programa, e pelas contribuições na banca de qualificação e de defesa. À professora *Emanuela Ribeiro*, cujo apoio que foi fundamental para o ingresso no doutorado e a quem agradeço também, dentre outras coisas, a supervisão no estágio de docência II e as importantes contribuições na banca de qualificação e de defesa.

Devo um agradecimento muito especial às professoras: *Maria Amélia Gomes*, *Heloísa Bertol*, pelas importantíssimas contribuições feitas a este trabalho nas bancas de qualificação e defesa; à professora *Martha Marandino*, pelo aceite em compor a banca de defesa; aos professores *Luiz Carlos Borges* pelo grande incentivo desde a banca de seleção ao programa, e *Ludmila Costa* pela orientação no estágio de docência I; e aos professores *Marcus Granato*, *Ivan Sá*, *Diana Farjalla*, *Lena Vania Pinheiro*, *Márcio Rangel* e *Teresa Scheiner*, com quem muito aprendi nas disciplinas por eles ministradas. Agradeço também a disponibilidade dos professores *Marcus Granato* e *Bruno Araújo* para participarem como membros suplentes das bancas de qualificação e defesa.

Agradeço muito aos meus amigos, em especial aos queridos, *Fred Pedrosa* e *Juliana Leite*, amigos de longa data, que compartilham comigo as alegrias e as angústias da vida cotidiana, cujo apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho; às amigas *Cintia Rodrigues* e *Daniela Ortega* pela amizade e pelo apoio, sobretudo nos períodos mais difíceis do doutorado; à *Tatiana Paz* e *Murilo Quintão*, por compartilharem comigo os melhores momentos da minha estadia no Rio de Janeiro; à *Flávio Amaral* e família, cujo apoio foi fundamental para o ingresso no doutorado.

Sou também muito grato à *Alexandra Durão*, secretária do PPG-MUS, que com muita simpatia e competência, me ajudou a resolver as diversas questões em que precisei de apoio. Também não poderia deixar de agradecer a todos os profissionais das instituições em que pesquisei e fui muito bem recebido, em especial à *Hildo Rosa* e *Emerson Correia* do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano,

Francisca Lima e Paulo Bruno do Ginásio Pernambucano, e a equipe do Arquivo Público do Pará. Também agradeço a professora *Adriana Silva* pelo envio da sua tese.

À *Gusttavo Reis*, que mesmo tendo conhecido há tão pouco tempo, foi fundamental para conclusão deste trabalho. A todos, o meu muito obrigado!

“Que campo é esse em que a natureza apareceu próxima de si mesma o bastante para que os indivíduos que ela envolve pudessem ser classificados, e suficientemente afastada de si, para que o devessem ser pela análise e pela reflexão?”

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo; Martins Fontes, 1999, p. 175.

RESUMO

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. *A musealização de coleções de ensino no século XIX: o caso do Museu do Ginásio Pernambucano*. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese investiga o processo de musealização da coleção do Museu de História Natural do Ginásio Pernambucano entre 1855 e 1863, período no qual o naturalista Louis Jacques Brunet (1811 – c.1877), seu criador, foi professor de ciências naturais da instituição. O Ginásio Pernambucano foi fundado em 1855 substituindo o antigo Liceu Provincial de Pernambuco fundado em 1825, contemplando uma profunda reforma pedagógica inspirada no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Na reforma, foram inseridas disciplinas científicas no currículo, o que demandou a criação de um gabinete de história natural com fins educacionais. A fim de aumentar a coleção do museu, Brunet realizou viagens científicas pela província de Pernambuco entre 1857 e 1858 e pelas províncias do Pará e do Amazonas entre 1860 e 1863. Essas viagens se mostraram a principal forma de aquisição de acervos para a instituição. Nesse período, também são registradas doações de particulares para o museu. Como referencial teórico, utilizamos que dialogam entre a museologia e a história da educação no século XIX como Maria Margaret Lopes, Marília Petry e Diana Vidal. Também trabalhamos com o conceito de musealização proposto por Zbyněk Zbyslav Stránský. Quanto aos procedimentos de investigação, a pesquisa teve o caráter documental e bibliográfico, onde foram analisados periódicos de época e a documentação institucional do Ginásio Pernambucano e o Fundo Louis Jacques Brunet, ambos preservados no Arquivo Público de Pernambuco. O resultado da investigação mostrou que, ao contrário de outras instituições congêneres no mesmo período no Brasil, o gabinete de história natural formado por Brunet, evoluiu para um museu de história natural logo nos seus primeiros anos de criação, superando a função educacional para o qual foi concebido. Por fim, a investigação permitiu concluir que, ao fim do período de trabalho de Brunet no Ginásio Pernambucano, o museu do Ginásio Pernambucano apresentava características que o poderia defini-lo como um museu de história natural, que realizava atividades regulares de seleção, pesquisa e exposição do seu acervo, divergindo do modelo de um museu escolar do mesmo período.

Palavras-chave: Ginásio Pernambucano; Louis Jacques Brunet; Musealização; Museus escolares.

ABSTRACT

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. *The musealization of teaching collections in the 19th century: the case of the Ginásio Pernambucano Museum*. Thesis (Doctorate) - Federal University of the State of Rio de Janeiro, Postgraduate Program in Museology and Heritage, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis investigates the process of musealization of the collection of the Natural History Museum of the Ginásio Pernambucano between 1855 and 1863, period in which the naturalist Louis Jacques Brunet (1811 - c.1877), your creator, was a natural sciences teacher at the institution. The Ginásio Pernambucano was founded in 1855 replacing the former Liceu Provincial de Pernambuco, founded in 1825, contemplating a deep pedagogical reform inspired by the Colégio Pedro II in Rio de Janeiro. In the reform, scientific disciplines were inserted in the curriculum, which demanded the creation of a natural history cabinet for educational purposes. In order to increase the museum's collection, Brunet made scientific trips to the province of Pernambuco between 1857 and 1858 and to the provinces of Pará and Amazonas between 1860 and 1863. These trips proved to be the main form of acquisition of collections for the institution. During this period, donations from private individuals to the museum are also registered. As a theoretical reference, we used those who dialogue between museology and the history of education in the 19th century such as Maria Margaret Lopes, Marília Petry and Diana Vidal. We also worked with the concept of musealization proposed by Zbyněk Zbyslav Stránský. As for the investigation procedures, the research had a documental and bibliographic character, where periodicals of the time and the institutional documentation of the Ginásio Pernambucano and the Louis Jacques Brunet Fund, both preserved in the Public Archive of Pernambuco, were analyzed. The result of the investigation showed that, unlike other similar institutions in the same period in Brazil, the natural history cabinet formed by Brunet, evolved into a natural history museum right in its first years of creation, surpassing the educational function for which it was conceived. Finally, the research allowed us to conclude that, by the end of Brunet's period of work at the Ginásio Pernambucano, the museum of the Ginásio Pernambucano presented characteristics that could define it as a natural history museum, which performed regular activities of selection, research and exhibition of its collection, diverging from the model of a school museum of the same period.

Keywords: Ginásio Pernambucano; Louis Jacques Brunet; musealization; school museums.

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

- Arquivo Nacional
- Arquivo Público Estadual do Pará
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Pernambuco
- Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
- Center for Research Libraries/CRL Digital Delivery System
- Fundação Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital
- Ginásio Pernambucano
- Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Museu Nacional/Biblioteca Digital

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

GP – Ginásio Pernambucano

LP – Liceu Provincial

MN – Museu Nacional

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

		Pág.
Figura 01	Casarão onde funcionou o Liceu Provincial e o Ginásio Pernambucano na Rua do Hospício	39
Figura 02	Fotografia de Louis Jacques Brunet	47
Figura 03	Jacaré pertencente ao acervo do Museu Louis Jacques Brunet	89
Figura 04	Pirarucu pertencente ao acervo do Museu Louis Jacques Brunet	90
Figura 05	Anúncio de visitação do Museu do Ginásio em 4 de dezembro de 1858	97
Figura 06	Comparação entre um desenho de uma base proveniente do Fundo Louis Jacques Brunet e uma base de uma ave do Museu do Ginásio Pernambucano	105
Figura 07	Parte dos livros pertencentes à Collection Louis Jacques Brunet	108
Figura 08	Comparação de uma gravura encontrada de uma página do Volume 1/8 da Collection Louis Jacques Brunet e uma gravura do livro de Pierre Belon	109

LISTA DE QUADROS

	Pág.
Quadro 01	41

Comparação entre os planos de ensino do Colégio Pedro II e do Ginásio Pernambucano em 1855

LISTA DE ANEXOS

	Pág.
Anexo A	Artigo “Museo de ciencias naturaes do Gymnasio, fundado pelo professor L. J. Brunet” de autoria de Abdalah El Kratif, publicado em 4 maio de 1857 136
Anexo B	Carta dirigida à Presidência da Provincia por Louis Jacques Brunet em 14 de fevereiro de 1860 141
Anexo C	Rascunho de relatório das despesas feitas a serviço do Museu, de fins de maio de 1857 a 5 de setembro de 1858 143

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	01
Cap. 1 MUSEUS E GABINETES ESCOLARES NO BRASIL DO SÉCULO XIX	10
1.1 – OS GABINETES E AS COLEÇÕES DE ENSINO	16
1.2 – A MUSEALIZAÇÃO DOS GABINETES DE ENSINO	24
Cap. 2 O GINÁSIO PERNAMBUCANO	29
2.1 – A CRIAÇÃO	35
2.2 – UMA ESCOLA MODELO	39
Cap. 3 O MUSEU DO GINÁSIO	46
3.1 – O NATURALISTA LOUIS JACQUES BRUNET	51
3.2 – A CRIAÇÃO DO MUSEU	59
Cap. 4 AMPLIANDO A COLEÇÃO	70
4.1 – A PRIMEIRA VIAGEM: DESBRAVANDO A PROVÍNCIA E ARREDORES	71
4.1.1. – O grande reconhecimento	77
4.2 – A SEGUNDA VIAGEM: RUMO AO NORTE DO PAÍS	80
4.2.1 – Naturalista viajante do Museu Nacional	84
4.2.2 – Pará e Amazonas	86
Cap.5 A CONSOLIDAÇÃO DO MUSEU	93
5.1 – O PÚBLICO E O MUSEU	96
5.2 – O LEGADO DE BRUNET	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

Instalado nas dependências do centenário prédio do Ginásio Pernambucano (GP), no centro do Recife, o atual Museu de História Natural Louis Jacques Brunet contém em seu acervo uma das mais importantes coleções preservadas de história natural do século XIX em um ambiente escolar no país. A formação do museu foi obra do naturalista francês Louis Jacques Brunet (1811 – c.1877), que lecionou na instituição a segunda cadeira de ciências naturais no período de 1855 a 1863. Criado em 1855 pelo presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, o GP foi a escola criada para ser a referência no ensino secundário da então província de Pernambuco. A instituição substituiu o antigo Liceu Provincial de Pernambuco (LP), que naquele momento encontrava-se em decadência. O modelo para a sua concepção foi o Colégio Pedro II (CPII) do Rio de Janeiro, instituição criada pelo governo imperial para servir de modelo à educação no país. Inspirado por modelos europeus, o colégio foi pioneiro ao oferecer um currículo clássico-científico, com a inserção de disciplinas científicas regulares no ensino secundário, inspirando outras instituições como o GP. Para as aulas práticas das cadeiras de ciências naturais, a instituição desde a sua concepção previu a formação de uma coleção de história natural em um gabinete estruturado para essa finalidade.

Desde o seu ingresso na instituição, Brunet iniciou o trabalho de coleta, preparação e preservação da coleção de uma coleção de história natural para auxiliá-lo no ensino da segunda cadeira de ciências naturais, para o qual foi contratado. Desde que chegou a Pernambuco, Brunet acabou desenvolvendo uma forte relação com o meio político local, o que favoreceu o seu trabalho, através das sucessivas ajudas financeiras do governo da Província. Ao longo dos anos que esteve à frente do museu, Brunet realizou viagens científicas para coletar acervos de história natural para o museu, obtendo grande apoio para realizá-las. A primeira dessas viagens aconteceu entre 1857 e 1858 pelo interior da província de Pernambuco e arredores. Em 1860, Brunet decidiu realizar uma nova viagem, desta vez, à região amazônica com a intenção de ampliar mais uma vez a coleção do museu. A viagem durou até 1862, onde visitou territórios das províncias do Pará e do Amazonas. A coleta de objetos realizada por Brunet não estava somente endereçada ao GP, mas também com outras instituições das províncias visitadas e com o Museu Nacional (MN) do Rio de Janeiro, que contratou Brunet como naturalista viajante da instituição (GONZALES, 2016, p. 347).

As duas grandes viagens pelo interior da província de Pernambuco e pelas províncias do Pará e Amazonas enriqueceram sobremaneira a coleção, tornando o Ginásio uma instituição de referência em ensino e prática em história natural no século XIX na região. Além da inestimável contribuição de Brunet, a coleção do museu também foi constituída por importantes doações de particulares, que reconheceram a

importância da instituição e colaboraram com o seu trabalho. Mesmo com o crescimento do museu que criou, a insatisfação de Brunet com as precárias condições de trabalho o levou a se desligar da instituição que trabalhou desde a sua fundação. No final do ano de 1863, Brunet foi exonerado, a pedido, para trabalhar na criação da Escola Agrícola da Bahia em São Francisco do Conde, no recôncavo baiano.

Ao longo dos seus quase 160 anos de funcionamento, a história do museu, dá-se paralelamente à história da criação dos primeiros museus no Brasil no século XIX. Ainda nos seus primeiros anos de criação, o museu teve a oportunidade de formar uma expressiva coleção e realizar pesquisas científicas. Atualmente, o museu contém em seu acervo uma das mais importantes coleções preservadas de ensino do país, contando com acervos divididos em quatro áreas principais: botânica, zoologia, geologia e arqueologia. Além disso, o acervo também é composto por instrumentos científicos e materiais didáticos históricos. Em 1984, o GP e o acervo do museu tiveram seu processo de tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nos últimos anos, o museu vem passando por um processo de reapropriação da sua memória, especialmente por parte da área da Museologia, sendo reconhecido com um patrimônio da ciência e da tecnologia (RIBEIRO, 2015a). Segundo a pesquisadora Emanuela Ribeiro, o museu do GP é o único exemplar conhecido de História Natural existente na cidade do Recife e, em relação ao estado de Pernambuco, é a única coleção, ainda existente, datada do século XIX que teve protagonismo na pesquisa científica durante o século XX (RIBEIRO, 2015b). A mesma autora sustenta que “este Museu foi (e continua sendo) uma exceção no panorama das escolas de ensino médio em Pernambuco, pois, constituiu e manteve, uma coleção permanente com a função de ensinar a história natural” (RIBEIRO, 2015a). A grande maioria do acervo da instituição são de animais taxidermizados de diversos espécimes, que segundo a tradição da instituição, teriam sido recolhidos pelo próprio Brunet. O acervo também é composto de coleções entomológicas, coleções de minerais e rochas, e um extenso acervo arqueológico. A heterogeneidade, é uma característica de sua coleção, assim como outras formadas no mesmo período.

Apesar de existirem uma grande quantidade de estudos publicados sobre processos de musealização no século XIX, com relação às coleções e museus escolares, acreditamos que elas ainda precisam ser melhor estudadas. Pesquisadores de áreas afins da Museologia com a Educação e a História vêm se dedicando a compreender melhor essas instituições e a sua cultura material (SOUZA, 2013). Infelizmente, no caso do museu do GP, ainda persiste grande lacuna histórica sobre a sua criação. Assim, justificamos esse estudo como uma colaboração da formação dos

museus escolares no Brasil no século XIX, a partir do estudo de caso do museu do GP. Sempre nos chamou a atenção o fato de que mesmo sendo considerado o museu mais antigo de Pernambuco, até hoje não dispõe de um trabalho científico que explique o seu processo de musealização. Assim, o nosso trabalho pretende além da contribuição à história da instituição, o nosso trabalho também pretende contribuir para a história de outras instituições como o MN, que, como veremos ao longo deste trabalho, colaborou com a doação de acervos e contratou Brunet como naturalista viajante durante a sua viagem à região amazônica. Como também veremos ao longo deste trabalho, essa viagem foi considerada por pesquisadores da área como um dos eventos que antecederam a criação do Museu Paraense, através da coleta de objetos da região. Assim, consideramos a nossa pesquisa como uma ferramenta que poderá auxiliar o GP, a comunidade científica e a sociedade em geral, compreender como se deu o processo de musealização da instituição, nosso objeto de estudo.

Mas, apesar da ainda escassa quantidade de pesquisas sobre o museu, no campo da Museologia existe um crescente interesse sobre ele. No âmbito do *Projeto Valorização do Patrimônio de C&T Brasileiro*, coordenado pelo prof. Dr. Marcus Granato do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o museu vem ganhando mais visibilidade acadêmica, sobretudo pelo trabalho dos pesquisadores, Bruno Melo de Araújo e Emanuela Sousa Ribeiro, ambos da Universidade Federal de Pernambuco, que nos últimos anos, publicaram pesquisas sobre o museu (RIBEIRO, 2015a; RIBEIRO, 2015b; ARAÚJO, 2018; GRANATO *et al.*, 2018). Apesar de tais trabalhos contemplarem aspectos históricos do museu, os mesmos trataram de épocas mais recentes, não aprofundando o período que pretendemos estudar. Recentemente, Pollyne Ferreira de Santana defendeu uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo sobre a coleção de modelos didáticos do GP para o ensino de botânica entre 1893 e 1934 (SANTANA, 2021). A pesquisadora também tem publicado os resultados das suas pesquisas em publicações da área da Museologia (SANTANA; RIBEIRO, 2016; SANTANA, 2020). Além disso, o autor deste trabalho também vem publicando os resultados das suas pesquisas sobre o museu, e durante o doutorado, em coautoria com a sua orientadora, publicou artigos e apresentou comunicações em eventos científicos (GONZALES, 2016; GONZALES; FAULHABER, 2020).

Sobre os museus escolares do Século XIX, a maioria dos pesquisadores converge na ideia de que a sua criação seguiu uma tendência no século XIX, de “museus ‘originalmente escolares’, presentes no interior de escolas, funcionando como auxiliares do ensino, e não exatamente como locais de preservação da memória” (PETRY, 2012, p. 81). Assim, a sua função nas escolas era ser um recurso didático,

sendo muitas vezes descartado quando eram considerados obsoletos ou não tinham mais utilidade. O entendimento geral da bibliografia sobre museus e coleções formadas em gabinetes escolares no Brasil do século XIX, é o de que elas só passaram por processos de musealização muito tempo após a sua criação (VIDAL, 1999; PETRY, 2012; WITT; POSSAMAI, 2016). A partir dessa constatação, este trabalho tem a seguinte questão norteadora: a coleção formada por Louis Jacques Brunet para o ensino de ciências naturais do Ginásio Pernambucano passou por um processo de musealização no período em que ele trabalhou como professor da instituição (1855 – 1863)? Mesmo sendo um período relativamente curto, foi nessa época que a grande maioria do acervo se formou, especialmente pelo trabalho de coleta de acervos por parte de Brunet.

Ao analisarmos a formação da coleção inicial do Museu, encontramos diversos fatos importantes que contribuem para a história da instituição e para o entendimento das características da sua musealização. Como se deu a formação da coleção? Quais os agentes responsáveis pela sua criação? Qual o ambiente político, cultural e científico naquele momento? Qual o modelo pedagógico que baseou a aquisição de tais objetos? Quais foram os interesses envolvidos na sua fundação e manutenção? Para a realização dessa pesquisa, também se fez necessário problematizar tais questões, que nos ajudaram a resolver a questão proposta.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral investigar o processo de musealização da coleção do Museu de História Natural do Ginásio Pernambucano entre 1855 e 1863, período no qual Louis Jacques Brunet foi professor de história natural da instituição. Como objetivos específicos, pretendemos:

- Contextualizar o processo de formação de museus e gabinetes escolares no Brasil do século XIX;
- Explicar o contexto da criação do Ginásio Pernambucano e a sua proposta pedagógica para o ensino de ciências naturais;
- Compreender a formação da coleção de história natural do Ginásio Pernambucano e seu processo de musealização e institucionalização;
- Analisar a importância das viagens científicas realizadas por Louis Jacques Brunet para ampliar o acervo do museu;
- Discutir o legado de Louis Jacques Brunet para o museu do Ginásio Pernambucano.

Como referencial teórico, utilizaremos conceito de musealização, tomando como referência o autor Zbyněk Zbyslav Stránský, importante referência para a área da museologia, adaptando ao contexto do nosso estudo. A partir do argumento de autor que entende que processo de musealização não consiste meramente na transferência

de um objeto para museu, processo este que deve ser entendido um como processo científico contemplando atividades específicas como a seleção, a “tesaurização” e a comunicação (STRÁNSKÝ, 2005; DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Na nossa pesquisa, estudamos o processo de musealização do museu do GP, através da análise dessas atividades elencadas por Stránský, na intenção de analisar a hipótese de que a coleção formada por Brunet para a instituição logo evoluiu da condição de um gabinete de estudos para um museu, com atividades regulares de preservação, pesquisa e exposição, divergindo do caso de outras instituições do mesmo período. Para nós, a origem do museu se deu a partir da necessidade da criação de um gabinete para as aulas práticas das disciplinas de ciências naturais, criadas no projeto de remodelação do antigo LP que o transformou no GP em 1855. Mesmo com pouco tempo de funcionamento, o museu já dispunha de acervo proveniente das viagens de Brunet. Com a realização de outras viagens científicas e com a doação de particulares, o professor conseguiu formar o núcleo inicial do museu.

Ainda do ponto de vista teórico, a nossa pesquisa parte do encontro interdisciplinar entre a Museologia, os estudos sobre o Patrimônio e a Educação. Trabalhamos com autores que dialogam com a temática da história da educação, especialmente sobre os museus escolares do século XIX como Marília Petry (PETRY, 2013), Diana Vidal (VIDAL, 1999, p. 107-116) que tratam da temática em suas pesquisas. Sobre os currículos escolares, especialmente sobre o ensino de ciências no período estudado, os autores, Karl Lorenz e Ariclê Vechia (VECHIA; LORENZ, 2001; LORENZ, 2003; 2004) foram fundamentais para compreender melhor tal assunto, especialmente sobre a influência do CII no currículo da escola secundária no Brasil no século XIX. Também trabalhamos com autores como Maria Margaret Lopes, autora de referência sobre a formação dos museus no Brasil nesse período, cuja obra “O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX” nos forneceu importantes informações sobre o panorama museológico brasileiro (LOPES, 1997).

Existe uma pequena, porém relevante, quantidade de obras que tratam sobre a história do GP e que foram importantes referências para o nosso trabalho. As obras de Nilo Pereira (PEREIRA, 1956), Orlando Parahym (PARAHYM, 1975) e Olívio Montenegro (MONTENEGRO, 1979) destacam-se por tratar sobre a história da instituição, contudo, para o museu não existe um trabalho de cunho acadêmico que trate exclusivamente sobre o seu processo de criação. Sobre Louis Jacques Brunet, responsável pela criação do museu, a produção também é bastante escassa, mas a obra de Vingt-un Rosado e Antonio Campos Silva – “Louis Jacques Brunet, naturalista viajante”, foi de fundamental importância para a nossa pesquisa (ROSADO; SILVA,

1979). Mesmo publicado há muitos anos, a obra continua sendo a mais importante pesquisa publicada sobre a sua vida e o trabalho de Brunet no Brasil, a partir da pesquisa realizada no seu rico acervo documental. Além disso, Vingt-un Rosado foi o responsável por doar esse acervo ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, por nós, consultado. Lá foi possível verificar o rigor e o profissionalismo por parte do autor na transcrição dos documentos, sendo alguns deles por nós reproduzidos. Mesmo reconhecendo a sua importância para esta pesquisa, a obra pouco aprofundou o processo de criação do museu, focando mais no trabalho de Brunet como naturalista. Outro trabalho de grande importância para a nossa pesquisa foi a tese de Gilmar Farias, que tratou o ensino de história natural no GP no século XIX e início do século XX. Parte do trabalho é dedicado à Brunet e a sua importância para a consolidação da disciplina na instituição, especialmente pela criação do museu, nosso objeto de estudo (FARIAS, 2020).

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza da seguinte forma:

- Quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa, pois os dados são trabalhados de maneira não expressos de forma numérica, mas com conceitos agrupáveis em classes, mas não suscetíveis de adquirir valores mensuráveis numericamente (AROSTEGUI, 2006, p. 517);

- Quanto à natureza, é uma pesquisa básica, pois objetiva gerar conhecimentos novos para a ciência, mas sem aplicação prática prevista;

- Quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, pois tem a finalidade de desenvolver conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Como explica Gil, esse tipo de pesquisa é “realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27);

- Quanto aos procedimentos técnicos, ela é bibliográfica, e em sua grande maioria documental, uma vez que a natureza das fontes investigadas foram principalmente os documentos existentes no arquivo institucional do próprio GP, que atualmente se encontram no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Essas fontes consistem em correspondência oficial e relatórios anuais de gestão da instituição. Também foi consultado o Fundo Louis Jacques Brunet, preservado na mesma instituição, que dispõe de correspondências, produção literária, fotografias e desenhos do naturalista durante a sua passagem pelo estado.

Para o complemento da pesquisa, utilizamos também como fonte primária jornais da época de grande circulação da época em Pernambuco como o *Diário de Pernambuco*, *A Provincia* e *Jornal do Recife*; do Pará como *Gazeta Official* e *Treze de*

Maio e do Amazonas como o *Estrella do Amazonas*. Nas partes oficiais desses jornais, geralmente encontramos documentos que eram publicados para dar publicidade aos atos públicos, o que muito nos ajudou nessa pesquisa. A maioria desses periódicos se encontram digitalizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e se mostraram de muita relevância para este trabalho. Os jornais apresentaram-se como um importante recurso para analisar a formação da coleção do museu, contudo as fontes jornalísticas podem persuadir o leitor a seguir uma linha de raciocínio não coerente aos acontecimentos, como nos orienta Tania Luca:

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2011, p.112).

Ainda sobre os procedimentos, a pesquisa também teve o viés bibliográfico, já que existe uma pequena, mas relevante quantidade de obras que trataram do objeto dessa pesquisa e são importantes referências para o nosso trabalho. Como explica Antônio Gil:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Também foi consultado o acervo do Arquivo Públicos do Estado do Pará, onde localizamos documentos relativos à viagem realizada a região entre 1860 e 1863. Inicialmente planejamos visitar o Arquivo Público do Amazonas, onde certamente poderíamos encontrar mais informações sobre a viagem, mas a instituição ficou por um longo período fechada por conta da pandemia da COVID-19, o que inviabilizou a nossa visita. Também pretendíamos pesquisar no arquivo histórico do MN, para compreender melhor a sua relação com o Ginásio Pernambucano. Mas, o terrível incêndio ocorrido na instituição em 2018, destruiu esse acervo. Para resolver essa questão, utilizamos as informações coletadas por fontes secundárias, especialmente na obra de Maria Margaret Lopes, por nós já citada, que menciona a relação de Brunet com a instituição.

O trabalho é estruturado em cinco capítulos, correspondendo ao período de trabalho de Brunet no GP. No primeiro capítulo, intitulado "Museus e gabinetes escolares no Brasil do século XIX", discutimos o processo de formação dos gabinetes e museus escolares no Brasil do século XIX, a partir dos modelos educacionais vigentes

e o seu processo de musealização. No capítulo, também desenvolvemos o referencial teórico-metodológico da nossa pesquisa.

Intitulado “O Ginásio Pernambucano”, o segundo capítulo apresenta as influências políticas e pedagógicas que influenciaram o processo de criação do Ginásio Pernambucano em 1855, como o CPII, a instituição educacional modelo do ensino secundário do Império brasileiro. Também procuramos entender como o seu projeto pedagógico, especialmente com relação ao ensino de história natural, e sua influência para a formação da coleção que originou o museu do GP.

No terceiro capítulo, que tem por título “O Museu do Ginásio”, discutimos o início das atividades de Louis Jacques Brunet como professor no GP no período de 1855 a aproximadamente 1859. Para conhecer melhor o seu perfil profissional, apresentamos dados biográficos do período que antecedeu a sua contratação no Ginásio e relacionamos ao seu ingresso na instituição. Também discutimos o início da formação do gabinete de história natural e a sua evolução para um museu.

“Ampliando a coleção” é o título do quarto capítulo, onde refletimos sobre a importância das viagens científicas de Brunet para a ampliação do acervo do museu, especialmente as realizadas por ele entre 1857 e 1858 pela Província de Pernambuco e arredores, e a realizada entre 1860 e 1862 entre as províncias do Pará e do Amazonas. Também discutimos a importância das parcerias institucionais como o Museu Nacional e os governos das províncias visitadas para o desenvolvimento dos trabalhos.

No quinto e último capítulo, intitulado “A consolidação do Museu”, abordamos as doações de coleções feitas por particulares e os problemas trazidos pelo crescimento e a visitação pública do museu. Finalizamos o trabalho de tese discutindo a institucional do museu no período de trabalho de Brunet no GP, assim como seu legado para a instituição.

CAPÍTULO 1

MUSEUS E GABINETES ESCOLARES NO BRASIL DO SÉCULO XIX

O século XIX no Brasil foi um período de intensas mudanças econômicas e sociais. Após a independência, era necessário legitimar o domínio do Império brasileiro, assim foi necessária a elaboração de um projeto político cultural visando a construção do novo Estado-nação. Influenciado por ideias liberais, o Império elegeu a instrução pública como um dos pilares do desenvolvimento nacional, inspirado nos projetos educacionais em voga na Europa. Como explica Márcia Regina Takeuchi, era preciso e urgente instruir a população crescente, especialmente nos centros urbanos, trazendo-lhes os preceitos necessários à civilidade, à higiene e à educação moral, “em conformidade com o Brasil que se queria ser: uma nação em sintonia com as nações mais proeminentes, expoentes de ideias liberais e de modernidade científica e técnica em prol do desenvolvimento da sociedade” (TAKEUCHI, 2017, p. 24).

Segundo Karl Lorenz e Ariclê Vechia, na década de 1850, o Brasil começou a assistir aos efeitos da modernização econômica e social. O avanço das redes de comunicação telegráfica, marítima e ferroviária começava a desenvolver o processo de industrialização do país. A abolição do comércio de escravizados pela Lei Eusébio de Queirós em 1850, a falta de mão de obra para a lavoura e a adoção da política da imigração estrangeira estimularam a urbanização e a demanda por educação. Assim, a necessidade de inovações educacionais passou a ser urgente. Nesse período, a vertente de pensamento de cunho liberal que apostava no conhecimento científico como forma de desenvolver a nação ganhou força no Brasil. Os mesmos autores entendem que alguns dos liberais mais desenvolvimentistas daquele período pensavam ser preciso formar técnicos capazes de fomentar uma industrialização no país (VECHIA; LORENZ, 2015).

No século XIX, foi no ensino secundário que a incorporação das disciplinas científicas teve maior impacto na escola brasileira. Segundo Rosa Fátima de Souza, no decorrer do século XIX, conteúdo e método de ensino fizeram parte do intenso debate sobre a questão política da educação popular e os meios para efetivá-la, entre eles, a melhor organização pedagógica. A introdução de novas disciplinas nos programas do ensino, especialmente de ciências articulou-se com o próprio projeto da modernidade. Assim, a escola foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência, onde a instrução cumpria o papel de permitir que o Império se colocasse ao lado das “nações civilizadas”. Para a mesma autora, nesse período existiam críticas quanto ao ensino de ciências no ensino primário (ou de primeiras letras, como era mais conhecido), pois era entendido que tal conhecimento estava fora do alcance das crianças e demandava profissionais e equipamentos escolares caros. Por essa razão, o ensino de ciências ficou quase que restrito ao ensino secundário (SOUZA, 2000).

Quando se discute o ensino de ciências no século XIX é importante delimitar inicialmente o que englobava tal ensino. Nesse período, os conhecimentos científicos eram trabalhados em disciplinas intituladas como história natural, que naquela época, englobava os conhecimentos de disciplinas como astronomia, zoologia, botânica, mineralogia, química, física, zoologia, geologia, biologia, mecânica, astronomia e higiene (SANTANA; SOFIATO, 2019). No Brasil, uma das primeiras tentativas de ensino de ciências como componente curricular se deu no Seminário de Olinda, instituição criada em 1800 pelo bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742 – 1821), o “Bispo Coutinho”. Segundo José Oliveira, apesar de o Seminário ser um centro de instrução religiosa, cuja formação equivaleria a um curso superior, ele tinha as características que o aproximava mais a um tipo de escola secundária (OLIVEIRA, 2005, p. 89). Ruy Bello entende que o modelo pedagógico que baseou a estrutura do Seminário foi a dos liceus franceses, escolas de grau médio que preparavam para a formação superior (BELLO, 1978, p. 85). No seu programa de ensino, privilegiavam-se os estudos de “Filosofia Natural”, como assim era denominado o conjunto de conhecimentos das ciências modernas, nesse período, ainda desenvolvidas dentro da filosofia. Logo no primeiro ano de estudos, a física experimental era desenvolvida ao lado da lógica, da metafísica e da ética. No segundo ano, eram ensinadas a história natural e a química. Assim, o plano de estudos procurava realizar a aspiração pedagógica do Bispo Coutinho: formar um padre, com uma base humanística, mas que, ao mesmo tempo, fosse um filósofo naturalista, visando o levantamento das riquezas naturais do Brasil visando a sua exploração econômica por Portugal.¹

Mas, foi com a criação do CPII, que as disciplinas científicas foram inseridas de maneira mais clara e intencional na escola brasileira. Criado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, a instituição foi uma iniciativa de se estabelecer o ensino secundário público no Município da Corte e normatizar o ensino secundário no Brasil. Concebido para ser a instituição modelo da educação secundária do Império, o CPII foi a primeira grande instituição de ensino do país a oferecer um currículo com disciplinas científicas. A partir de Decreto nº 2.006 de 24 de outubro de 1857, a instituição foi dividida em dois estabelecimentos distintos, o externato e o internado (BRASIL, 1857). Nos dois, eram

¹ Segundo o Estatuto do Seminário organizado pelo Bispo Coutinho, o professor de Filosofia deveria ensinar a História Natural através da observação dos três reinos da Natureza (Animal, Vegetal e Mineral) e deveria realizar com os alunos passeios com os alunos para fora da cidade para a observação in loco da natureza. O professor também deveria realizar experimentos físicos e químicos para complementar o aprendizado. O primeiro professor de Filosofia Natural do Seminário foi o Frei José da Costa Azevedo (1763 – 1822), que antes ensinou a cadeira de Ciências Naturais em Lisboa, até vir para Pernambuco atendendo ao convite do Bispo Coutinho para ensinar no Seminário de Olinda. O religioso desempenhou essa função de 1800 até 1810, quando foi ensinar Mineralogia na Academia Militar do Rio de Janeiro, onde posteriormente tornou-se o primeiro diretor do Museu Real do Rio de Janeiro. O Seminário de Olinda funcionou regularmente até o ano de 1817, quando foi fechado pela ampla participação eclesiástica na Revolução Pernambucana do mesmo ano (ALVES, 2010. p. 56; COUTINHO, 1798, p. 61-62).

idênticos os cursos, regidos pelo mesmo programa de ensino, diferindo somente quanto às disposições regulamentares, peculiares à natureza de cada um deles. O curso dos estudos era de sete anos, repartidos por dezoito cadeiras a cargo de professores catedráticos e substitutos (INTERNATO, 1885). Os alunos do CPII saíam com o diploma de Bacharel em Letras, estando aptos a ingressar nos cursos superiores sem realizar exames de admissão.

Como era considerada a escola modelo do Império, a intenção era que as ações pedagógicas nele praticadas fossem reproduzidas nas províncias. Cabe ressaltar que até o século XX, o colégio exerceu influência nos currículos das escolas brasileiras, que poderiam solicitar a equiparação ao seu curso. Karl Lorenz explica que o CPII foi planejado seguindo o modelo dos liceus franceses, considerados os mais evoluídos da Europa. No seu primeiro plano de estudos de 1837, a formação era composta por vinte e duas disciplinas que englobavam as já ensinadas nas aulas avulsas de cunho humanístico como latim, retórica e filosofia, e disciplinas novas, como história natural, ciências físicas e astronomia (LORENZ, 2004, p. 50). Embora o programa privilegiasse os estudos das humanidades, o colégio previa a criação de gabinetes de física, laboratórios de química e coleções elementares dos três reinos da natureza (BRASIL, 1839, p. 61-96).

No ambiente escolar, a França durante o governo pós-revolucionário, foi um dos primeiros países a implementar disciplinas científicas e o uso de gabinetes como recurso didático. De acordo com o Decreto de 25 de outubro de 1795 que organizou a instrução pública, instituiu as escolas centrais para o ensino de nível secundário. Elas seriam dotadas de uma biblioteca pública, um jardim e um gabinete de história natural e um gabinete experimental de química e física.² Em 1802, sob o governo de Napoleão Bonaparte (1769 – 1821), as escolas centrais foram substituídas pelos Liceus, instituições consideradas preparatórias para o ingresso nas faculdades. Segundo Henri Chamoux, os liceus eram em grande parte inspirados pelas faculdades de humanidades do Antigo Regime, onde se tornou um elemento essencial do novo sistema de instrução pública. Nos liceus, a educação científica assumiu grande importância e foi mantida ao longo do século XIX, tornando-se um modelo amplamente seguido na Europa (CHAMOUX, 2021). Como recurso de ensino, essas instituições foram dotadas de ricas coleções de utensílios, amostras minerais, vegetais e animais para servir ao ensino das ciências físicas e naturais, constituindo grandes gabinetes (HULIN, 2013, p. 33-38). O

² O Decreto, mais conhecida por Lei Daunou, foi a uma lei sobre a educação pública adotada pela Convenção em 3 de Brumário ano IV (25 de outubro de 1795). Recebeu em sua homenagem o nome do seu inspirador Pierre Daunou (1761 – 1840), ex-padre, estadista e historiador francês da Revolução e do Império.

modelo de instrução secundário francês serviu como referência para a implantação do CPIL, instituição que pretendia ser o modelo de ensino no país nesse período.

Ao adotar o modelo do ensino secundário francês, o governo brasileiro demonstrou filiar-se às ideias liberais seguidas pelos governos da Europa Central, especialmente o modelo francês que tentava conciliar os estudos humanísticos e os estudos científicos em um mesmo plano de estudos. Segundo Márcia Tekeuchi, na França, a tradição do ensino humanista, sobretudo no secundário, baseado na retórica e na leitura e recitação dos autores clássicos, vinha sendo criticada desde o século XVIII, e ao longo do século XIX, cedeu lugar, gradual, porém definitivamente, a uma escolarização mais pragmática e utilitária, com a inserção das disciplinas ditas “científicas” como língua pátria (e não latim ou o grego), álgebra, geometria, geografia, história, física, química, história natural e higiene (TAKEUCHI, 2017, p. 23).

Karl Lorenz e Ariclê Vechia explicam que a inclusão dos estudos científicos no ensino secundário tinha raízes no pensamento iluminista, que defendia o poder da razão do homem e se contrapunha aos estudos humanísticos. Assim, o conhecimento científico se apresenta com o viés prático e sua aplicação poderia favorecer o progresso (VECHIA; LORENZ, 2015). Os autores entendem que de um lado o programa do CPIL era progressista, pois ampliou os estudos de matemática e introduziu os de ciências, por outro lado, era tradicional e clássico, pois cerca de 62% da sua carga horária era destinada às humanidades, 11% aos estudos sociais, 14% às matemáticas e 6% às ciências. O mesmo autor explica que a presença de disciplinas de ciências em um currículo abrangente era incomum antes da criação do CPIL, o que tornou a sua inclusão um acontecimento singular na história do ensino secundário no Brasil. Até então, as poucas disciplinas dessa tipologia nos liceus não eram ofertadas e não eram procuradas pelos alunos, que demonstraram maior interesse pelas disciplinas de humanidades (LORENZ, 2003, p. 53).

Nesse período, existia uma controvérsia sobre o ensino das ciências no Brasil em face do ensino de humanidades. Segundo Antônio Ferreira e Ariclê Vechia, essa situação tratava de equacionar o que mais interessava para a educação burguesa naquele momento: propiciar uma formação fundada com forte domínio da palavra, que tanto havia ajudado a fomentar o poder burguês e a busca por um conhecimento científico, que prometia oferecer níveis de desenvolvimento econômicos nunca vistos antes. Assim, para quem procurava nos estudos uma formação que o colocasse numa posição social importante, o ensino superior era o caminho mais óbvio, o que lhe permitiria um domínio da palavra capaz de o tornar hábil para a administração pública, no caso dos bacharéis ou para a religião, caso optassem pelo sacerdócio. Como já foi explicado, interessava ao governo a formação de técnicos capazes de trabalhar para o

desenvolvimento científico do país, mas para a maioria dos jovens ou das famílias que apostavam no ensino secundário de então, essa ideia não parecia suficientemente motivadora, pois o ingresso nas carreiras mais tradicionais ainda eram as mais socialmente prestigiadas. (FERREIRA, 2004).

A presença das disciplinas científicas no currículo escolar foi marcada por disputas com as disciplinas humanísticas que predominaram até meados do início século XX, denotando a sua forte influência na educação do país (SOUZA, 2008, p. 84). A educação clássico-humanística se apoiava nos estudos do latim, grego, retórica e da filosofia. Segundo Karl Lorenz, no caso do CPII, nas oito reformas curriculares que aconteceram de 1838 a 1889, as disciplinas de ciências ocuparam em média apenas cerca de 8% do currículo total, o que demonstra que sua presença sempre esteve em número muito inferior das disciplinas de humanidades. Assim, a restrita presença das ciências no currículo pode ser atribuída ao fato de que no Brasil, como nos países europeus, o ensino de ciências era considerado necessário apenas para as profissões técnicas da indústria, do comércio e da agricultura, enquanto os estudos clássicos eram tidos como apropriados para os estudos superiores de Medicina e Direito, os cursos de maior prestígio social na época (LORENZ, 2003, p. 53).

Embora, no século XIX a presença das disciplinas de ciências no currículo escolar tenha sido em menor número, estas não deixaram de receber a atenção por parte das instituições que implantaram o seu ensino. Uma prova disso foi a intensa formação de coleções de ensino com a criação de gabinetes de física, química e história natural, além da adoção de compêndios atualizados com as práticas científicas vigentes. Como bem explicou Rosa Fátima de Souza, esse movimento refletiu-se em uma nova organização curricular e metodológica, além da aquisição de materiais específicos como lousas, papelaria para registro de aulas, livros, atlas, mapas e animais taxidermizados (SOUZA, 2007, p. 175-176). Essa renovação pedagógica, exigiu a construção de espaços escolares diferenciados na escola, como os museus e os gabinetes que abrigariam as coleções didáticas exigidas para o ensino das disciplinas de ciências.

Como explica Diana Vidal, a importância dos gabinetes e das coleções de ensino vinha em função da “viragem da produção do conhecimento escolar em sintonia aos novos parâmetros científicos que identificavam na natureza a chave da decifração da realidade e do próprio homem” (VIDAL, 1999, p. 111). Para a mesma autora, o método intuitivo e os estudos da natureza mudaram a pedagogia “do ouvir” para a “do olhar”. Nesse período, o método intuitivo, ou “lição das coisas”, foi entendido por seus propositores europeus como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, pelo fato de alicerçar a aprendizagem na memória, priorizando a abstração e valorizando a *compreensão* em detrimento da *repetição*. Os

materiais difundidos nesse período compreendiam caixas para ensino das cores, gravuras, coleções, em substituição ao livro de textos para serem memorizados (VALDEMARIN, 2017).

Segundo Vânia Alves, a aplicação do método na escola brasileira atravessou o final do século XIX, perdurando até a década de 1930, ocasionando mudanças nas representações da escola e no ato de ensinar (ALVES, 2016, p. 92). Essas coleções, no qual muitas se conservaram, no todo ou em parte, encontram-se em instituições como o caso do GP. Inaugurado em 1855, a instituição foi idealizada tomando como modelo o CPIL, inclusive com a incorporação de disciplinas científicas no seu currículo desde a sua criação. Como recurso de ensino, foi criado um gabinete de história natural organizado pelo professor Louis Jacques Brunet, objeto de estudo deste trabalho.³

1.1 Os gabinetes e as coleções de ensino

Como já foi dito, a existência de gabinetes e museus escolares no século XIX no Brasil ainda são pouco conhecidos e estudados. A sua origem no país esteve diretamente relacionada ao desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. No período colonial, existiu um gabinete no Seminário de Olinda, por nós já mencionado, para as aulas práticas de história natural (CUNHA, 1980). Na primeira metade do século XIX, a criação dos primeiros cursos superiores no Brasil, especialmente os de medicina e engenharia, necessitaram a criação de gabinetes para as aulas práticas. O desenvolvimento do ensino secundário no país a partir da segunda metade do século XIX, teve grande importância para a criação de gabinetes e coleções de ensino, especialmente para servir de recurso para as disciplinas científicas.

A origem do termo gabinete é uma clara referência aos “Gabinetes de Curiosidades”, em voga entre os séculos XIX e XVIII. Segundo Helga Possas, esses espaços tentavam reproduzir o mundo em um pequeno espaço, os objetos eram recolhidos e dispostos geralmente no mesmo espaço, podendo apresentar uma classificação posterior, ou não (POSSAS, 2013, p. 164-165). Como explica Téa Camargo, as coleções desse período tinham o interesse em:

Acumular tudo o que foi fabricado pelo homem e produzido pela natureza, [...]. Ser um colecionador era possuir um instrumento não só para compreender a realidade como para agir concretamente sobre ela, empreitada para a qual o homem moderno sentia-se cada vez mais capacitado. Com a conquista e exploração do Novo Mundo muitas portas se abriram, particularmente no que diz respeito à compreensão

³ No próximo capítulo discutiremos melhor a influência do Colégio Pedro II para constituição pedagógica do Ginásio Pernambucano.

do mundo físico, permitindo que o colecionador transpusesse para seu pequeno gabinete um pequeno universo que lhe possibilitava antever o acalentado sonho de desvendar toda a natureza. Sua coleção representava muitas vezes a sua própria visão de mundo (CAMARGO, 2005, p. 578).

É consenso na bibliografia sobre o assunto que a gênese dos museus de história natural encontra-se nos “gabinetes de curiosidades” dos séculos XV e XVI. Os primeiros museus de história natural conhecidos originaram-se de antigos gabinetes como o *Jardin Royal des Plantes Medicinales* (1635) e o *Ashmolean Museum* de Oxford (1683), que serviram como modelo para instituições como o *British Museum* (1753), o Museu de História Natural de Coimbra (1772) e o *Museum National d’ Histoire Naturelle* de Paris (1793). No século XIX, os museus tenderam a reproduzir em seu trabalho uma ordem que acompanhava as novas concepções científicas. A criação do sistema internacional de nomenclatura pelo sueco Carl von Linné (1707 – 1778), mudou a concepção de ciência em voga, destacando-se, novos modelos taxonômicos e a noção de economia da natureza (KURY; CAMENIETZKI, 1997). Já na segunda metade do século XIX e no início do século XX, a história natural deu lugar à especialização disciplinar, contemplando áreas e subáreas de conhecimento como a botânica, zoologia, geologia, mineralogia, ornitologia, etc.

Simultaneamente a esse processo, o século XIX assistiu a um intenso movimento de criação de museus de história natural, que ajudaram a fornecer subsídios para a emergência de novos saberes (GONZALES, 2016, p. 340). Com o crescimento e a especialização desses espaços, foi necessário o estabelecimento de novos procedimentos de coleta e conservação. Segundo Fernando Gil, ao longo do século XIX, uma importante mudança se processou nos museus de história natural, quando se deu a separação entre a coleção científica (para fins de investigação e, tão completa quanto possível) e aquela sendo apresentada ao público, baseada na anterior, mas criteriosamente organizada e apresentada com os exemplares mais representativos para exibição aos não especialistas (GIL, 1988). Assim, os gabinetes tornaram-se ambientes mais destinados à pesquisa científica, o que segundo Lorelai Kury e Carlos Camenietzki, no campo da história natural, não confirma apenas uma mudança de sentido, mas uma especialização das coleções dos gabinetes (KURY; CAMENIETZKI, 1997). Como explicam Irina Podgnorny e Maria Margaret Lopes, ao longo do século XIX, os gabinetes tornaram-se espaços mais fechados, dedicados aos estudos, e os museus para a guarda das coleções nacionais, abertos para a exposição pública (PODGNORNY; LOPES, 2014, p. 11-19).

No Brasil, o Museu Nacional (MN) consolidou-se como a principal instituição museológica do país. Criado por Dom João VI através do decreto de 6 de junho de 1818

como Museu Real, nasceu com a finalidade de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”. O museu foi formado, em parte, pela coleção de um gabinete de história natural, a Casa de História Natural, mais conhecida como “Casa dos Pássaros”⁴. Após a Independência, a instituição passou a denominar-se Museu Imperial e posteriormente Museu Nacional. Desde a sua fundação, até praticamente o final do século XIX, o museu funcionou como um órgão consultivo do Governo Imperial para os assuntos de geologia, mineração e recursos naturais do país. Além das coleções, o Museu Nacional consolidou-se como a principal instituição de pesquisa no Brasil. O regulamento de 1876, implementado pelo decreto n. 6.116, de 9 de fevereiro, explicitou bem essa missão ao determinar que o Museu Nacional era “destinado ao estudo da história natural, particularmente a do Brasil, e o ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústria e artes”. A criação da revista “Archivos do Museu Nacional” em 1876, considerado o primeiro periódico científico do país, permitiu a inserção do museu nas redes de circulação internacional da ciência.

Segundo Maria Margaret Lopes, o MN colaborou para impulsionar a criação e a manutenção de outros museus/gabinetes, como o caso do Gabinete de História Natural da Bahia⁵, o do Gabinete de História Natural do Maranhão⁶, criado em 1844, e o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁷, em 1854 (LOPES, 2009, p. 151). Outro exemplo foi o gabinete da Sociedade Filomática do Pará⁸, do qual se originou o Museu Paraense (atualmente, Museu Paraense Emílio Goeldi), que já existia desde 1866. Assim, é inegável a sua contribuição para o desenvolvimento das ciências no Brasil, pois, como já foi explicado, nesse período, a formação científica ainda era preterida em relação à formação clássica. No caso do MN, a relação entre ensino e pesquisa era mais evidente. Além de dispor de gabinetes onde eram realizadas pesquisas, a instituição também realizava atividades de ensino regulares, promovendo palestras

⁴ A Casa dos Pássaros foi criada em 1784 pelo 12º vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa (1742-1809). Era um gabinete de história natural situado no Rio de Janeiro, onde animais, particularmente aves, eram taxidermizados e expostos para serem remetidos para Portugal, sendo extinta em 1813 (ABSOLON, 2018).

⁵ O Gabinete de História Natural da Bahia nasceu a partir da doação do naturalista francês Jean-Baptiste Douville em 1835 ao governo provincial da Bahia. O gabinete esteve aberto à visitação durante alguns no Hospital da Palma, em Salvador, até ser incorporado ao Liceu Baiano (CERÁVOLO; RODRIGUEZ, 2018).

⁶ A criação do Gabinete de História Natural do Maranhão foi obra do engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes em 1839 por ordem do então presidente da Província do Maranhão, Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. Os objetos por ele doados constituíram o acervo do Gabinete, criado em 1844 na Biblioteca Pública do Estado (BRITTO, 2020, p. 86-102).

⁷ Fundado em 2 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasceu da iniciativa de intelectuais que tinham por objetivo recolher e organizar objetos referentes à história e a geografia brasileira. A criação de um museu por parte da instituição já estava prevista desde o estatuto de 1838.

⁸ A Sociedade Filomática do Pará foi uma associação científica brasileira, fundada em 6 de outubro de 1866, na cidade de Belém, pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), dedicada aos sobre a região amazônica, que daria origem em 1871 ao Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi).

públicas e cursos livres nas áreas de antropologia, agricultura, botânica, física e zoologia, sendo frequentadas por alunos das escolas superiores de engenharia e medicina do Rio de Janeiro e do CPII (SÁ; SÁ; LIMA, 2018).

Uma das mais antigas fontes historiográficas sobre museus e coleções científicas de ensino no Brasil por nós localizada foi uma série de artigos intitulados “Museu Paranaense”, publicados com periodicidade irregular no jornal Dezenove de Dezembro de Curitiba (Paraná), entre os meses de abril e maio de 1886. A autoria dos artigos é do professor e jornalista Nivaldo Teixeira Braga (1852 – 1924), um intelectual de prestígio local que na época colaborava em diversos jornais e era diretor de uma das instituições de ensino mais importantes da cidade, o Colégio Curitibano. Naquele momento, também ocupava o cargo de secretário do Museu Paranaense. Nos primeiros artigos da série, o autor fez levantamento da história dos museus na humanidade e a sua importância para a história ocidental, desde o mito das musas e o *Mouseion* de Alexandria⁹ na Antiguidade, até a criação dos museus modernos. O autor também destacou os principais museus do mundo na época e fez um resumo das principais coleções que eles dispunham. Interessante destacar a definição que o autor apresentou de museu que seria: “jamais na antiguidade o vocábulo – Museu teve a significação que se lhe dá nos tempos modernos; isto é: lugar onde se colecionam objetos científicos, literários, industriais e arqueológicos” (BRAGA, 1886, p. 2). Consideramos esta contribuição relevante, pois ainda são raros os autores do século XIX no Brasil que tentam, de alguma forma, definir museus.

A primeira instituição listada por Nivaldo Braga foi o Museu Nacional, considerado por ele como o mais rico e importante da América do Sul. De fato, a instituição era o maior museu brasileiro naquele período e uma referência internacional de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Nivaldo Braga também mencionou museus importantes na época como o Museu Paraense e o Museu Paranaense e a existência de outras instituições menos conhecidos como o Museu Cearense¹⁰, Museu

⁹ Provavelmente fundada por Ptolemeu I Sóter, no século III AEC, o *Mouseion* compreendia a famosa Biblioteca de Alexandria e um templo dedicado às musas, entidades da mitologia grega a quem eram atribuídas a capacidade de inspirar as artes e as ciências. O nome *Mouseion* serviu como inspiração para designar o museu moderno.

¹⁰ A sua criação partiu da iniciativa do médico Joaquim Antônio Alves Ribeiro (1830 – 1875) a partir da formação de uma coleção de História Natural iniciada nos anos finais de 1850. Em 1867, a coleção foi aberta à visitação pública mediante pagamento e doada em 1871 à Província do Ceará pelo seu criador (VASCONCELOS, 2020, p. 103-119).

Alagoano¹¹, Museu Mineiro¹² e o Museu de Santarém¹³. Além dos museus mencionados, Nivaldo Braga mencionou a existência de gabinetes e coleções existentes em instituições de ensino em diferentes níveis de formação da época. No ensino superior, ele destacou as coleções da Escola Politécnica do Rio de Janeiro¹⁴, das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia¹⁵, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura¹⁶ e a da Imperial Escola Agrícola da Bahia¹⁷. Do ensino secundário ele mencionou a existência das coleções do Liceu Provincial da Bahia¹⁸ e do GP.

. Apesar das informações contidas nos artigos serem tratadas de maneira muito superficial, acreditamos que eles têm uma importância fundamental para o nosso trabalho, pois o autor realizou um mapeamento dos museus e coleções científicas de ensino que existiam no Brasil até aquele momento. O trabalho apresenta lacunas, pois não são mencionadas outras coleções importantes à época, como o Museu Sertório¹⁹, e os gabinetes do CPII. Mas, a nosso ver, o trabalho tem o mérito de conseguir reunir o maior número de informações sobre museus e coleções ligadas a instituições de ensino. Por ser um professor e um profissional de um museu cujo foco era a história natural, supomos que o autor tivesse um interesse específico no assunto, o que permitiu conhecer e mapear instituições geograficamente tão distintas, e que naquele momento, não tinham tanta visibilidade. Apesar de existir uma vasta bibliografia sobre a história dos museus no Brasil nesse período, este é o primeiro documento por nós localizado

¹¹ No artigo, Nivaldo Braga informa que o *Museu Alagoano* pertenceria ao *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, criado em 1869, a terceira mais antiga instituição em seu gênero no Brasil. Instalado a princípio no Liceu Alagoano, o Instituto foi formando ao longo da sua trajetória uma coleção com caráter eclético, focado na história de Alagoas (TENÓRIO, 2007).

¹² Segundo Nivaldo Braga, o Museu Mineiro, fundado em Ouro Preto não passava de um “gabinete de história natural, que prima por sua coleção geológica-mineralógica”. Pela sua descrição, acreditamos que ele esteja se referindo a coleção formada por Claude Henri Gorceix (1842 – 1919) para a Escola de Minas, fundada em Ouro Preto em 1876 no qual foi o seu primeiro diretor (JOTTA, 2019, p. 302-320).

¹³ Não encontramos maiores informações sobre esse museu.

¹⁴ A Escola Politécnica do Rio de Janeiro tem origem em 1792, quando D. José Luís de Castro, o 2º Conde de Resende, instituiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Em 1810, foi substituída pela Academia Real Militar pelo Príncipe Regente, futuro Rei D. João VI. A Academia Real Militar passou à denominação de Escola Militar e, em 1858, passou a chamar-se Escola Central. Em 1874, a Escola Central transferiu-se do Ministério do Exército para o Ministério do Império, e passou a ser denominada Escola Politécnica.

¹⁵ Ambas as instituições foram criadas em 1808 pelo então Príncipe Regente, futuro Rei D. João VI.

¹⁶ Criado pelo Decreto Imperial nº 1.681 de 3 de outubro de 1860, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura foi uma instituição privada, mas subvencionada pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Tinha como objetivo principal o melhoramento da agricultura no Brasil, a partir da pesquisa científica e de introdução de máquinas e instrumentos agrícolas. Foi o responsável pela administração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro de 1861 a 1890.

¹⁷ A Imperial Escola Agrícola da Bahia foi criada pelo decreto nº 5.957, de 23/06/1875, como consequência da política iniciada em 1859 pelo Imperador D. Pedro II com o intuito de solucionar o atraso tecnológico da produção agrícola brasileira. Desde a sua criação foram criados gabinetes e um museu com cerca 3.462 exemplares de anatomia, paleontologia, esqueletos, imitações em gesso, mamíferos, aves, crustáceos, peixes, entre outros (TOURINHO, 1982, p. 131-132).

¹⁸ O Liceu Provincial da Bahia foi criado em 1837 e em 1856 incorporou o Gabinete de História Natural doado em 1835 pelo viajante francês Jean-Baptiste Douville, por nós já mencionado.

¹⁹ De propriedade do coronel Joaquim Sertório (? – 1905), era localizado na cidade de São Paulo e era constituído por objetos zoológicos, botânicos, minerais, etnográficos e históricos, cujo acervo foi doado ao governo paulista em 1890, tornando-se o embrião do acervo do Museu Paulista (CARVALHO, 2014).

que apresenta de forma sistematizada a existência de coleções e gabinetes ainda no século XIX, especialmente por mencionar o museu do GP, que ainda funciona na instituição, e conserva uma importante coleção de objetos de história natural organizada desde a sua criação.

Apesar de existir uma vasta bibliografia sobre museus e coleções científicas no século XIX no Brasil, os museus e os gabinetes escolares ainda são pouco estudados. A historiografia dos museus e das coleções no Brasil do século XIX é marcada pela conexão entre o colecionismo e o desenvolvimento da pesquisa científica no país. Nesse sentido, o trabalho de Maria Margaret Lopes, “O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX” é paradigmático ao colocar os museus como as primeiras instituições científicas do Brasil (LOPES, 1997). No livro, Lopes detalha o processo de criação e desenvolvimento de instituições como o Museu Nacional, o Museu Paraense²⁰, o Museu Paulista²¹ e o Museu Paranaense²², instituições emblemáticas para o desenvolvimento dos museus e da pesquisa científica no país. Segundo a autora, os museus desse período se caracterizaram por constituir:

Um legado incrivelmente centralizado do entusiasmo pela classificação e pelo conhecimento enciclopédico do século XVIII, os museus foram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções (LOPES, 1997, p. 15).

Em seu trabalho, Maria Margaret Lopes entende que os museus brasileiros tiveram as suas origens na crise do antigo sistema colonial e a transferência da corte portuguesa para o Brasil, com a implementação de novas políticas sociais, econômicas e culturais (LOPES, 1997, p. 12). A formação de coleções científicas, era a principal missão dos museus no século XIX, o que garantiu a inserção desses museus no panorama mundial, mediante seus intercâmbios internacionais, sobretudo com naturalistas estrangeiros (LOPES, 1997, p. 297). A mesma autora distingue duas fases

²⁰ Localizado em Belém, o Museu Paraense de História Natural e Etnografia teve origem a partir da fundação da Sociedade Filomática, criada em 1866 que tinha entre seus objetivos a criação de um museu e de uma biblioteca. Inicialmente localizado no Liceu Paraense, o Museu foi inaugurado em 25 de março de 1871.

²¹ Criado em 1893 e aberto ao público em 7 de setembro de 1895, o Museu Paulista, incorporou a coleção de história natural de Joaquim Sertório, conhecidas como Museu Sertório que em 1890 foi comprada pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink e doadas ao Governo de São Paulo. Para abrigá-lo foi designado, em 1893, o Monumento do Ipiranga.

²² O Museu Paranaense, inicialmente denominado como Museu de Curitiba e Jardim de Aclimação, foi inaugurado no dia 25 de setembro de 1876 por iniciativa de dois intelectuais da elite paranaense, o político Agostinho Ermelino de Leão e o médico José Candido Murici. Foi criado com a finalidade de realizar a coleta, exposição e a difusão das riquezas naturais do Paraná para serem apresentadas nas exposições nacionais e internacionais.

distintas que marcam a história dos museus no Brasil no século XIX. A primeira se inicia nas últimas décadas do século XVIII, com a criação da Casa dos Pássaros, e sobretudo pela criação do Museu Nacional em 1818, que durante décadas foram as únicas instituições do tipo no país. A segunda fase se iniciou por volta de 1860 até as primeiras décadas do século XX, onde novos museus foram organizados nas províncias brasileiras, reunindo inicialmente coleções de história natural, arqueológicas, etnográficas, e também históricas e artísticas (LOPES, 1997, p. 323). Essas instituições, também denominadas pela historiografia especializada como “museus provinciais”, podem ser definidos como:

Museus localizados em províncias (depois estados federativos) não incluídos no status de nacionais, mas cujas trajetórias podem ser úteis para o questionamento da própria concepção e função daqueles museus, cooperando para uma visão mais abrangente sobre a construção da museologia brasileira e, conseqüentemente, daquele quinhão integrante do patrimônio cultural em amplo sentido (CERÁVOLO; LOPES, 2020, p. 146).

São exemplos desses museus, o caso dos museus dos Institutos Históricos, Arqueológicos e Geográficos que foram criados pelo país, a partir do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, além de museus comerciais, como os do Rio de Janeiro e do Pará, os das instituições militares e mesmo coleções particulares organizadas em escolas, bibliotecas, instituições de pesquisa, saúde e higiene, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. (CERÁVOLO; LOPES, 2020, p. 146). Segundo Maria Margaret Lopes, o movimento para a criação dessas instituições foi caracterizado pela:

Ruptura entre o modelo de museu geral, ‘metropolitano’, enciclopédico, que encarnava o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o modelo dos museus cada vez mais especializados das províncias, que se afirmaram nas últimas décadas do século, justamente em contraposição ao antigo museu do Império (LOPES, 1997, p. 324-325).

Sem dúvida, uma das maiores contribuições das pesquisas de Maria Margaret Lopes, foi discorrer sobre o processo de institucionalização e o desenvolvimento das ciências naturais no Brasil, tomando os museus como referência para a democratização do conhecimento no século XIX. Para a autora, este foi o período de apogeu dos museus enquanto instituições privilegiadas de pesquisa em ciências naturais, onde:

Conjunturas sociais favoráveis permitiram, governos empenhados em processos modernizadores de suas economias incentivaram investigações e ensino de ciências naturais, contratando naturalistas estrangeiros, organizando expedições científicas escrutinizadoras dos territórios, construindo museus, comprando coleções (LOPES, 2000, p. 229).

Outra pesquisadora que se debruçou sobre os museus no Brasil do século XIX, foi a antropóloga Lilia Schwarcz. Para a autora, o movimento de formação dos primeiros museus científicos no país, coincide com a criação de um projeto de nação do governo imperial, e consolidados entre os anos de 1870 e 1930, ciclo denominado como “a era dos museus no Brasil” (SCHWARCZ, 1993, p. 27). Contudo, a autora focou o seu trabalho sobre os estudos antropológicos desenvolvidos pelos museus etnográficos brasileiros, especialmente com os estudos raciais do período. Mas, apesar de reconhecermos a importância destes trabalhos para o estudo dos museus e das coleções no século XIX no Brasil, eles acabaram não se aprofundando sobre a existência de coleções e gabinetes, especialmente os escolares.

Como bem pontuou Diana Vidal, o trabalho de Lilia Schwarcz por nós citado, focou na relação dos grandes museus brasileiros e as questões raciais e acabou não destacando os museus escolares criados concomitantemente aos grandes museus nacionais no Brasil nos séculos XIX e início do século XX. O trabalho de Maria Margaret Lopes também pouco discorreu sobre o assunto. Para Diana Vidal, a importância dos museus nesse momento estava associada às mudanças na produção do conhecimento, que buscavam sintonia aos novos parâmetros científicos que identificavam na natureza a chave da decifração da realidade e do próprio homem. A autora ainda afirma que a introdução do método intuitivo nas escolas no século XIX não se distanciava muito do modelo científico que norteava a concepção dos museus etnográficos constituídos no Brasil no período, ambos obedecendo a mesma lógica, cuja intenção era estudar a natureza e estabelecer leis para o seu conhecimento (VIDAL, 1999, p. 111-112).

Nesse período, desenvolveram-se dois tipos de museus relacionados à educação no país: os museus escolares e os pedagógicos (*Pedagogium*). Segundo Vânia Alves, o primeiro seria uma categoria de museu desenvolvido pela escola no quadro do desenvolvimento do método “lições de coisas”, sendo esses a sua grande maioria. Segundo Manoel José Pereira Frazão, educador brasileiro ativo em fins do século XIX, naquele período o museu escolar seria:

Uma reunião metódica de coleção de objetos comuns e usuais, destinados a auxiliar o professor no ensino de diversas matérias do programa escolar. Os objetos devem ser naturais, quer em estado bruto, quer fabricados, e devem ser representados em todos os estados por que os fizer passar a indústria. Os que não puderem ser representados em realidade, sê-lo-ão por desenhos e modelos (VIDAL, 1999, p. 110).

Já o segundo modelo seria uma instituição dedicada a ser “um centro propulsor de reformas e melhoramentos pedagógicos” (ALVES, 2016, p. 91). Apesar do método intuitivo já existir na educação brasileira do século XIX, a sua adoção de forma oficial

assim como a recomendação para a criação de museus pedagógicos e escolares aparece indicado pela primeira vez no Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, mais conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho. O referido decreto teve como intenção a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte (Rio de Janeiro) e o superior em todo o Império. Instituiu, entre outras coisas, a criação de escolas técnicas e a liberdade de ensino e a aplicação do método de ensino intuitivo. Em 1883, foi criado o primeiro museu pedagógico brasileiro, o Museu Escolar Nacional, situado no Rio de Janeiro. Projeto do Deputado Franklin Dória (1836 - 1906), o museu foi organizado com o acervo da “Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro”, inaugurada em 1883, que contou com a participação de vários países. Realizou-se de 29 de julho a 30 de setembro de 1883, com a intenção de divulgar as realizações do governo imperial no campo da instrução pública. O evento reuniu representantes do poder público, expositores estrangeiros ligados à temática da educação, e educadores e industriais brasileiros que desenvolviam materiais de ensino. Funcionou nas instalações da Imprensa Nacional e tinha a intenção de tornar-se um centro de informações sobre o ensino no Brasil e países estrangeiros (ALVES, 2016, p. 96).

1.2 A musealização dos gabinetes de ensino

Na bibliografia sobre museus e gabinetes escolares no Brasil do século XIX existe uma certa confusão conceitual sobre o que seriam os museus escolares. Como bem explicou Camila Marchi, os pesquisadores da cultura material escolar identificaram significados diferentes para o termo “museu escolar”, cuja função é diferente do que se entendia no século XIX e atualmente (MARCHI, 2016). Segundo Marília Petry, os museus escolares nesse período não possuem uma definição única, por isso, são caracterizados como um termo polissêmico, sendo empregado nos seguintes casos (PETRY, 2013, p. 32-38):

- 1) **Museu escolar:** inserido nas escolas como recurso didático, o dito museu corresponderia a um conjunto de objetos que deveriam servir de ensino as disciplinas escolares.
- 2) **Museu Escolar Brasileiro:** corresponde a uma coleção de quadros parietais produzidos na França, traduzidos, adaptados e trazidos para o Brasil, uma versão nacionalizada do *Musée Scolaire Deyrolle*²³;

²³ Criada em 1831 pelo taxidermista Jean-Baptiste Deyrolle, a loja era especializada na venda de coleções de história natural como minerais, conchas, fósseis e taxidermia. A partir de 1871, sob a gestão do seu neto Émile Deyrolle (1838–1917) a empresa se especializou na venda de materiais didáticos como quadros parietais e modelos anatômicos de diversas tipologias. No final do século XIX, muitas escolas brasileiras

3) **Móvel:** armário em madeira com portas envidraçadas que guarda as coleções de objetos para as aulas;

4) **Museu dentro da sala de aula:** seria uma espécie de armário, estante ou outro móvel que servisse para guardar objetos de ensino nas salas de aula, com uma coleção própria a cada classe;

5) **Gabinete:** um espaço físico nas escolas onde seriam guardadas as coleções. Sobre a sua função, a autora entende que a destinação de um espaço específico para um gabinete na escola compõe uma questão instigante, pois se tratada “necessidade de instaurar processos de ensino mais concretos –, criando condições materiais para a sua realização, em detrimento de outras atividades que poderiam ser exercidas no espaço escolar” (PETRY, 2013. p. 38). Este modelo é o que mais se aproxima do nosso estudo. Ao longo deste trabalho, discorreremos sobre a hipótese de que no caso do GP, criado originalmente como um gabinete de história natural, logo evoluiu para um museu. No caso dos museus e coleções de história natural nas escolas brasileiras, eram geralmente denominados como gabinetes, em alguns casos recebendo uma denominação especializada como Gabinete de Física, Gabinete de Química ou mais comumente, Gabinete de História Natural.

No desenvolvimento da nossa pesquisa, era recorrente o uso do termo museu para denominar o gabinete do GP em documentação de época. Essa terminologia é pouco usual, comparando com outros exemplos da época, visto que o uso termo gabinete era amplamente recorrente no período para denominar espaços físicos em instituições científicas, com coleções variadas para fins de estudo. Como bem explicou Marília Petry, o uso do termo museu escolar é muitas vezes utilizado como sinônimo de gabinete por ser um conceito “polissêmico” (PETRY, 2013). Assim, acreditamos que é mais adequado se referir a esses espaços como gabinetes, e não como museus. Apesar de acreditarmos que a autora traz importantes contribuições para a temática, acreditamos que o uso dos termos gabinete e museus escolares não devam ser utilizados como sinônimos no contexto brasileiro do século XIX, pois se corre o risco de ampliar o abismo conceitual levantado pela própria autora. Ao longo deste trabalho, trabalhamos com a hipótese de que, no caso do GP, o gabinete de história natural da instituição passou por um processo de musealização, transformando-se em um museu, diferindo das outras instituições desse período no Brasil.

Neste trabalho, trabalharemos com o argumento de autores como Diana Vidal, de que, no século XIX, diferentemente do museu ou arquivo, a escola não era necessariamente um “lugar de memória” (VIDAL, 1999, p. 111). Assim, na grande

adquiriram produtos da Deyrolle, inclusive o Ginásio Pernambucano que ainda preserva alguns desses modelos.

maioria dos casos, os gabinetes funcionavam como recurso didático, mas não necessariamente eram museus, ainda que em alguns casos fossem denominados como tal, e realizassem algumas atividades de caráter museológico como preservação e exposição de coleções. Na maioria dos casos, esses acervos foram descartados quando em algum momento foram considerados obsoletos pelas instituições. Segundo Martha Marandino, Sandra Selles e Marcia Ferreira, no final do século XIX e na primeira metade do XX, as ciências cada vez mais se especializaram e a história natural foi sendo progressivamente substituída pela biologia nos currículos escolares, o que provocou a modificação da função de determinados acervos nas práticas escolares (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009).

Como explicam Nara Witt e Zita Possamai, no século XIX, período no qual estamos trabalhando, os museus escolares/gabinetes estavam exclusivamente inseridos em uma iniciativa de modernização pedagógica. Só aproximadamente um século depois, a partir do final do século XX, criou-se um segundo tipo de museu nas escolas, este sim, com a preocupação de preservar a memória, nesse caso o patrimônio educativo. Nesse caso, esses museus estão inseridos em um movimento de preservar os vestígios materiais da cultura escolar, e, também, pela preservação da sua memória institucional (WITT; POSSAMAI, 2016). Assim, na grande maioria dessas coleções, a valoração museológica só aconteceu muito posteriormente à formação da sua coleção. No nosso caso, a questão se amplia e apresenta outras fronteiras, visto que não se está mais analisando simplesmente uma coleção de objetos de ensino, mas sim uma coleção que foi musealizada.

Conforme discutiremos ao longo deste trabalho, a coleção desde a sua criação passou por todos esses procedimentos, o que a tornou um museu, conforme o nosso objetivo. No caso do GP, acreditamos que esse processo aconteceu logo após a sua criação. Conforme foi apontado por autores aqui citados, apesar de que algumas coleções escolares tenham sido musealizadas, não era comum que esse processo tenha acontecido logo após a sua criação.

Para compreender o processo de musealização da coleção do Museu do GP, se faz necessário definir tal conceito. É consenso no campo da museologia que ele teria sido introduzido no campo da Museologia por Zbyněk Zbyslav Stránský (1926 – 2016). Segundo Anaildo Baraçal, foi o próprio autor que assumiu a autoria do conceito na década de 1970 (BARAÇAL, 2008). Para Stránský, a musealização seria a valorização da realidade, através de representantes autênticos que atestam a importância cultural e de memória dessa mesma realidade (STRANSKÝ, 2005, p. 256).

Assim, a musealização seria um processo desenvolvido pela constatação da musealidade. Este termo, também proposto por Stránský, designa a qualidade da coisa

musealizada, a partir do momento em que seu valor museal exige extrai-la de seu contexto de origem (STRANSKÝ, 2005, p. 112). Assim, a musealidade, que se refere aos sentidos atribuídos aos objetos que são a causa do processo de musealização. Assim, a musealidade propõe a designar o valor ou a qualidade de uma coisa musealizada:

O trabalho da musealização leva à produção de uma imagem que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados. Esse substituto complexo, ou modelo da realidade construído no seio do museu, constitui a musealidade, como um valor específico que emana das coisas musealizadas. A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58).

Como explicam André Desvallées e François Mairesse, foi a constatação dessa mudança de natureza do estatuto dos objetos que conduziu Stránský, na década de 1970, a propor o termo *musealium* ou *musealia* para designar as coisas que passam pela operação de *musealização* e poderem, assim, possuir o estatuto de objetos de museu (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57). Assim, os *musealias*, podem ser definidos como:

Uma coisa musealizada, sendo “coisa” definida como qualquer tipo de realidade em geral. A expressão “objeto de museu” quase poderia passar por pleonasma, na medida em que o museu é não apenas um local destinado a abrigar objetos, mas também um local cuja função principal é a de transformar as coisas em objetos (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 68).

Os mesmos autores, a partir do argumento de Stránský, afirmam que **o processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu**, assim um objeto de museu não é **somente um objeto em um museu**. Só a partir da mudança de contexto e do processo de seleção, isto é, de “thesaurização” é que se opera uma mudança do estatuto do objeto:

Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Segundo Stránský, o processo de musealização deve ser entendido um como processo científico, que compreende necessariamente o conjunto das atividades específicas: em primeiro lugar vem a **seleção**, onde são atribuídos o seu potencial de musealidade; em segundo a **“tesaurização”**, isto é, a inserção do objeto em um sistema documental, como a catalogação, por exemplo; e por último, a **comunicação** (atribuição de sentidos, disseminação e acesso, seu papel científico cultural e educacional) (CURY, 2000).

A partir dos autores aqui citados, entendemos que a musealização não é um processo com características unívocas no tempo e no espaço, posto que, ao lidar com diferentes formas interpretativas, é continuamente influenciado pelo contexto social dos testemunhos com os quais está lidando. Como o presente trabalho pretende estudar a musealização de uma coleção no século XIX, nós precisamos considerá-la como processo histórico, que evoca diversas relações entre pessoas, objetos e instituições. Processo este pautado pelo procedimento de extração material que fez com que os objetos, nesse caso, de história natural, passassem a ser ressignificados na dinâmica social e cultural na qual estavam inseridos.

CAPÍTULO 2

O GINÁSIO PERNAMBUCANO

Para compreender o processo de musealização da coleção do GP, se faz necessário primeiro compreender o processo de formação da instituição e situá-lo no seu contexto social e político. Como veremos a seguir, desde a sua criação, o GP esteve amparado em um amplo projeto de remodelação do modelo educacional secundário no Brasil, inspirado em modelos internacionais de ensino, o que demandou a criação de espaços específicos como um gabinete para as aulas de história natural, cujo ensino vinha sendo implantado no Brasil, especificamente no CPIL.

Na primeira metade do século XIX, Recife, a capital da então Província de Pernambuco, experimentou um período de desenvolvimento social e urbano. Nesse período, a cidade exercia o seu papel de centro exportador de produtos agrícolas, sendo os principais a cana-de-açúcar e o algodão, o que afirmou a sua importância econômica na região. Em 1828, o Recife possuía um total de 25.678 habitantes, distribuídos pelas três freguesias centrais – Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Em 1856, esse número aumentou para 40.977 habitantes na capital, um aumento de quase 60% da sua população total (CAVALCANTI JUNIOR, 2001, p. 23-24). A sua intensa atividade portuária, ampliou a sua densidade demográfica possibilitando a formação de um comércio próspero (DUARTE, 2005, p. 11-12). Esse desenvolvimento econômico acabou por formar uma elite social, que desejava experimentar outros gostos e hábitos, que, na sua maioria, vinham do exterior ou então da Corte, no Rio de Janeiro. Pelas suas características comerciais, a cidade atraiu o interesse de negociantes europeus que se estabeleceram em busca de novos negócios. Para a classe burguesa local, formada em sua maioria por senhores de engenho, comerciantes, políticos e militares, essa atmosfera de intercâmbio provocou uma transferência cultural: os gostos europeus foram reproduzidos na intenção de reafirmar o seu status econômico e social, sem que para isso fossem alteradas as estruturas de poder vigente.

O desejo de progresso e civilização conduziram as elites para a criação de uma nova sociedade, visando a modernização da cidade, considerada suja e atrasada, e a educação dos seus habitantes. A exemplo das grandes cidades europeias como Londres e Paris, os mais abastados tentaram mudar os seus hábitos, visando o desenvolvimento de uma sociedade “civilizada” (SILVA, 2011). Esse processo começou a ter maior impulso no Recife, a partir da década de 1830, sob a presidência de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista (1802 – 1870), que governou Pernambuco entre 1837 e 1844. Conhecido pela alcunha de “O reformador”, durante o seu governo, Recife passou por um grande processo de modernização da sua estrutura urbana, que contemplou a construção de novos espaços públicos, entre eles o Teatro de Santa Izabel e o Mercado de São José, projetados pelo engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1815 – 1901). Também datam deste período, diversas obras de

infraestrutura como a implantação de iluminação pública, abastecimento e obras de aterro para a ampliação da cidade (SETTE, 1978). Ao buscar ares “civilizados” para o Recife, as elites governantes pretendiam remodelar a cidade não só com a modernização da sua malha urbana, mas sobretudo pela incorporação de hábitos que estivessem em sintonia com os novos modos de ver e pensar e viver a cidade. Afinal, o lugar da “civilização” e do “progresso” era a cidade, planejada, saneada, superando os empecilhos à construção da “nova ordem” que se queria impor à sociedade (ARRAIS, 2004).

Foi nesse contexto de grandes mudanças sociais que tomou posse como presidente da província de Pernambuco o político conservador José Bento da Cunha e Figueiredo (1808 – 1891), nomeado a partir do decreto imperial de 21 de março de 1853, permanecendo até 28 de maio de 1856, quando deixou a presidência para tomar assento na câmara dos deputados em uma cadeira por Pernambuco. Durante a sua gestão, foram continuadas importantes obras públicas na capital como o Hospital Pedro II e a Casa de Detenção, mas o seu maior legado foi a resolução de uma questão há muito tempo discutida na província: uma completa reforma do ensino público (BORGES, 1893).

Apesar das grandes mudanças sociais, na segunda metade do século XIX a escolarização da população ainda era um desafio a ser vencido. De acordo com o censo apresentado pelo presidente da Província em 1872, Recife possuía uma população de 101.535 pessoas, dos quais 87,03% eram livres e 12,97% eram escravizados. Desse total, 68,89% eram analfabetos (MAC CORD, 2019). Era comum nos relatórios dos presidentes da Província a reclamação da falta de recursos para um maior investimento na instrução pública. Em muitos, destacava-se que não existiam escolas em número suficiente, nem se pagava aos professores o salário adequado ao seu trabalho (SILVA; OLIVEIRA, 2014). Nesse período, Recife contava com apenas 25 aulas públicas, sendo 13 de primeiras letras (ensino básico) para meninos e 6 de mesmo nível para meninas e 3 de pós-primeiras letras (ensino secundário) exclusivamente para meninos (SILVA, 2007, p. 272), dentre estas o Liceu Provincial de Pernambuco (LP), a principal instituição de ensino secundário da Província, mas que naquele momento sofria uma crise de credibilidade.

Criado em 1º de setembro de 1825 pelo então presidente da Província José Carlos Mayrink da Silva Ferrão (1771 – 1846), o LP foi a primeira instituição criada em Pernambuco especificamente para o ensino secundário. Segundo Olívio Montenegro, a primeira ideia para a fundação de um Liceu em Pernambuco partiu do Padre João Ribeiro Pessoa de Melo (1766 – 1817), professor do Seminário de Olinda. Coube ao seu primeiro diretor, Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1793 – 1852) ser o

responsável pela sua organização estrutural e pedagógica. Segundo Pereira da Costa, o LP era estruturado em um curso literário, composto pelas cadeiras de geometria, retórica, filosofia, racional e moral, latim e desenho. Mas somente em 10 de setembro de 1827, é que ocorreu a sua instalação pelo seu novo diretor, Padre Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, professor da cadeira de geometria. Além de funcionar como escola, o Liceu era o responsável por fiscalizar o ensino público e privado da província (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 135). Mas, as discussões sobre uma possível mudança no Liceu já tinham pelo menos uma década. Ainda em 1842, no governo do Conde da Boa Vista, foi apresentado um projeto de reestruturação do Liceu, que a partir de então se chamaria “Ginásio Provincial de Pernambuco”. O modelo educacional pretendido estava em conformidade com colégios europeus, especialmente o francês, que reunia os estudos de ciências e humanidades em um mesmo plano de estudos. Mais que o projeto de um novo prédio, a reforma pretendida pelo Conde contemplava uma ampla reforma na grade curricular da instituição, contemplando aulas práticas de disciplinas ainda pouco utilizadas no ensino básico como as de história natural. Essas disciplinas seriam ministradas em gabinetes estruturados para tal fim, conforme o modelo francês, a referência da época. Apesar de a proposta ter sido bastante inovadora para o cenário local, os altos custos para a sua implantação somado ao pouco apoio político que o projeto recebeu, acabaram por inviabilizar a sua implantação (ALGUMAS, 1842, p. 2).

Nesse período, o ensino secundário referia-se ao nível de ensino que intermediava a instrução elementar (básica) ao ensino superior. Segundo Karl Lorenz, o que era entendido como ensino secundário nas primeiras décadas do governo imperial não passava de uma pequena quantidade de “aulas avulsas” que funcionavam sem qualquer articulação entre si e algumas instituições de ensino secundário. Para o mesmo autor, esse problema foi, em parte, causado pelo legado da política implementada pelo Marquês de Pombal, que em 1759 expulsou os Jesuítas de Portugal e de suas colônias, o que provocou o fechamento dos colégios que, em sua grande maioria, eram administrados pela Ordem. Para resolver o problema, a Coroa Portuguesa criou as chamadas “aulas régias”, cursos ministrados por um professor de uma cadeira específica, como latim, grego, francês, retórica e filosofia. As aulas régias eram o principal meio de preparação para os estudos superiores em Portugal, especialmente em Coimbra, o principal destino da elite do período colonial (LORENZ, 2004, p. 48). Já no período imperial, foram criados os primeiros liceus no Brasil, destinados à educação secundária. Mas, eles não apresentavam um plano de ensino unificado, e sim um conjunto de aulas avulsas onde os alunos podiam escolher a ordem e a quantidade de disciplinas que desejavam cursar, na maioria dos casos restringindo-se às exigidas nos exames dos cursos superiores (SOUZA, 2008).

De acordo com o Ato Adicional à Constituição de 1824 (Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834) que instituiu a criação das assembleias legislativas provinciais que ficariam encarregadas, dentre outros assuntos, em legislar sobre assuntos específicos, como a instrução pública (BRASIL, 1834). Segundo a referida lei, o governo imperial ficou responsável por organizar o ensino superior no país e a educação do então Município Neutro (Rio de Janeiro). Os governos provinciais ficariam responsáveis pelo ensino primário, secundário e profissional, através da criação dos liceus e pela fiscalização dos estabelecimentos particulares (IMPERIAL, 2016). Assim, cada província do Império se responsabilizava pela instituição e administração da sua política educacional. Tal medida acabou por descentralizar a organização dos sistemas de ensino. Em Pernambuco, usando dessa prerrogativa, os presidentes da província foram criando aulas avulsas de latim, nas freguesias do Recife como a Boa Vista e São José e em cidades como Goiana, Nazaré e Vitória.

Como explica Solange Zotti, a partir do Ato Adicional de 1834, configuraram-se dois sistemas de ensino secundário no Brasil: o sistema regular seriado e o sistema irregular. O primeiro era oferecido no CPII e nos liceus provinciais e em algumas instituições particulares. O segundo, que era predominante, era constituído pelos cursos preparatórios anexos as faculdades que permitiam o ingresso no ensino superior sem a conclusão do ensino secundário regular, bastando o aluno ser aprovado nos exames de admissão ao ensino superior (ZOTTI, 2005). Para combater a descentralização provocada pelo Ato Adicional de 1834, o governo imperial tentou normatizar o ensino por meio do controle do currículo, tornando o CPII o padrão de ensino secundário que deveria ser adotado nas províncias. O governo imperial também manteve sob sua responsabilidade os cursos preparatórios anexos às faculdades, o que no entender de Maria de Lourdes Haidar provocou uma falsa descentralização do ensino secundário, pois as faculdades eram geridas pelo governo (HAIDAR, 1972). Como o preparo intelectual representava oportunidade de ascensão social, os poucos alunos que conseguiam cursar o ensino secundário, não tinham outro objetivo senão o de ingressar nas faculdades, o que aumentariam as chances de ingresso nos cargos públicos. Assim, o ensino secundário tinha um forte caráter elitista, visto que a grande maioria não tinha acesso a essa formação que viabilizaria o seu acesso ao ensino superior.

Segundo Ana Mendonça, a partir do argumento de Maria de Lourdes Haidar, os colégios configuraram-se, durante esse período, como um padrão **ideal**, mas não **real**, pois coexistiam diversas formas de organização do ensino secundário que se mantiveram mesmo depois da República. No sistema público existiam as aulas públicas avulsas, os liceus estaduais, as aulas dos preparatórios oferecidas pelas faculdades e os exames parcelados das disciplinas isoladas, nos quais não se exigia a comprovação

de nenhum tipo de formação regular anterior e que habilitavam para o ingresso nas faculdades. Esses exames só foram formalmente extintos no período republicano. No sistema particular existiam os colégios que ofereciam apenas um conjunto de aulas isoladas nas quais os alunos podiam matricular-se separadamente para prepará-los para os exames das faculdades. Cabe ainda acrescentar que a educação doméstica tinha um peso significativo no processo de formação, sobretudo das elites (MENDONÇA, 2013). Assim, essa diversidade de formações oficiais e não oficiais acabaram fragilizando o sistema educacional como um todo.

Com relação ao ensino secundário, as principais instituições que ofereciam esse nível de formação na província eram o LP, que funcionava no Recife, e o Colégio das Artes Preparatórias do Curso Jurídico, em Olinda. Também funcionavam instituições particulares e cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior, especialmente na Faculdade de Direito de Olinda (SILVA, 2007, p. 243). O Colégio das Artes Preparatórias foi criado pelo decreto legislativo de 7 de agosto de 1832, através da extinção do antigo Seminário de Olinda (BRASIL, 1832). A sua criação foi uma consequência do decreto de 7 de novembro de 1831 em que foram aprovados, provisoriamente, os novos estatutos para os cursos jurídicos, que incorporavam às suas organizações das cadeiras responsáveis pelas matérias exigidas para o exame de ingresso (BRASIL, 1875). Assim, os cursos jurídicos tornaram-se responsáveis em preparar os futuros alunos para o seu ingresso nas instituições. Nesse período, a elite pernambucana não precisava mais se deslocar para estudar em Coimbra como no período colonial para se formar em bacharel em Direito, a formação mais importante na época. Desde 1827, Olinda, a antiga capital da província de Pernambuco, abrigava a prestigiosa Faculdade de Direito, um dos destinos mais disputados para a formação superior no Brasil.

Apesar de o LP ter sido a principal instituição de ensino secundário da Província na década de 1850, a instituição sofria uma forte concorrência do Colégio das Artes e dos cursos particulares que ofereciam a preparação para os exames de ingresso das faculdades, em especial da Faculdade de Direito, que na época ainda funcionava nas dependências do Mosteiro de São Bento, em Olinda. Com a sua transferência para o Recife em 1854, o Colégio das Artes teve o mesmo destino. Por ser um anexo da faculdade e ter os mesmos professores, o Colégio era o destino preferido dos alunos que tinham a intenção de lá ingressar, o que aumentou consideravelmente a concorrência.

Segundo Olívio Montenegro, na década de 1850 a crise do LP tinha alcançado níveis críticos. O primeiro ponto de insatisfação era o seu currículo, considerado ultrapassado. O mesmo autor explica que em muitas cadeiras não existiam alunos

matriculados, e que em outras, o próprio professor da disciplina a oferecia de forma particular em sua residência, o que levou a uma completa desmoralização da instituição (MONTENEGRO, 1979, p. 105-107). Em 1851, aconteceu outro duro golpe para a sua credibilidade: através do regulamento de 12 de maio, expedido pelo presidente Souza Ramos, foi criada a Diretoria Geral do Ensino com a missão de fiscalizar o ensino público e privado na província. Assim, o LP perdeu uma das suas principais atribuições, submetendo-o à jurisdição do novo órgão, assim como todas as outras instituições de ensino (BELLO, 1978, p. 91).

Por encontrar-se esvaziado e desacreditado, sofrendo a forte concorrência dos colégios particulares e do Colégio das Artes, o LP corria o sério risco de ser extinto. Nesse período, foram publicados diversos artigos de opinião nos jornais locais cobrando providências das autoridades. Decidido a contornar a situação, o presidente José Bento da Cunha e Figueiredo decidiu empreender uma profunda reforma institucional no LP, o que, como veremos a seguir, acabou modificando radicalmente a política educacional da província e abriu caminho para a formação do GP.

2.1 A criação

No dia 1º de março de 1854, Figueiredo dirigiu-se à Assembleia Provincial de Pernambuco para a sua fala de abertura da sessão ordinária. Na ocasião, apresentou dados relativos à Província naquele momento e as suas expectativas sobre o ano legislativo que se iniciava. Sobre a Instrução Pública, fez uma longa consideração sobre os diversos problemas enfrentados como a falta de escolas e o baixo salário dos professores, mas a situação do LP ganhou destaque, pois não se encontrava em boa situação:

Falando sobre a instrução secundária, ou superior na frase do Regulamento, apresenta-se logo o Liceu. Este estabelecimento, que tem sido tantas vezes reformado, quantas são as casas por onde há peregrinado, não se acha no estado de prosperidade, a que tem indisputável direito uma cidade tão rica e populosa, como a do Recife (FIGUEIREDO, 1854a, p. 20).

Segundo Figueiredo, eram várias as situações que contribuíam para o desempenho pouco satisfatório da instituição, como o baixo salário dos professores, as instalações precárias onde funcionava e, principalmente, a sua organização pedagógica que era considerada defasada. Como vimos, a ideia de ser reformar o LP não era nova, mas não havia prosperado nos governos anteriores. A fim de resolver o problema, Figueiredo propôs uma reorganização completa do LP, que deveria ser um internato com as características dos colégios reais da França, ou do CPII, do Rio de Janeiro. Mas

a seu ver, a reforma só deveria acontecer após a transferência da Faculdade de Direito de Olinda para o Recife, onde a maioria dos alunos do Liceu ingressaria após o término dos estudos e a instalação de uma comissão especial que tratasse da reforma (FIGUEIREDO, 1854a, p. 20).

Como bem explicou Joaquim Conceição, a ideia da criação de um estabelecimento de ensino secundário com internato, ou a sua criação nos liceus já existentes, era muito recorrente nos relatórios de presidentes e/ou autoridades da instrução das províncias, principalmente nas décadas de 1850 a 1870. O internato, segundo tais autoridades, possibilitaria que jovens do interior das províncias pudessem cursar o ensino secundário nas capitais e evitaria que os estudantes recorressem a outra localidade para estudar (CONCEIÇÃO, 2012, p. 51). Antes da reforma do LP, Figueiredo propôs tomar algumas medidas emergenciais como a sua transferência para o Convento de São Francisco do Recife, através de um acordo com a Ordem Franciscana, a proprietária do local. O Convento também abrigaria a Biblioteca Pública Provincial que havia sido criada em 1852 e ainda não dispunha de um local, cujo acervo seria acrescido à biblioteca do LP (FIGUEIREDO, 1854a, p. 20).

Os argumentos utilizados por Figueiredo são muito semelhantes aos utilizados pelo diretor da Instrução Pública da Província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque no seu relatório de gestão entregue no dia 30 de janeiro de 1854, e publicado como anexo da fala de abertura da sessão ordinária do mesmo ano. No documento, ele relatou diversos problemas do Liceu, como a baixa frequência dos alunos ocasionada pela sua desorganização estrutural e pela concorrência dos colégios particulares e o Colégio das Artes. Ainda no relatório, Sá e Albuquerque defendeu com veemência a extinção ou a remodelação do Liceu nos moldes do CPIL, o único, a seu ver, alinhado com os modelos internacionais de ensino (ALBUQUERQUE, 1854, p. 59-76).

Na abertura da sessão extraordinária da Assembleia Provincial no dia 11 de setembro de 1854, Figueiredo novamente apresentou uma proposta de reforma da Instrução Pública na Província, convertendo o Liceu em um internato. Como justificativa para o seu projeto, ele informou que com a transferência da Faculdade de Direito e o Colégio das Artes para o Recife que aconteceu naquele ano, os alunos do Liceu poderiam assistir as aulas no Colégio, e ele se tornaria um internato que possibilitaria os alunos residirem, o que ajudaria a formar receita para a sua manutenção (FIGUEIREDO, 1854b, p. 20). Como bem explicou Ricardo Bezerra:

O Ginásio Pernambucano surgiu da necessidade que os filhos dos comerciantes e donos de engenho e de usinas do estado tinham de dar continuidade aos seus estudos sem precisar se deslocar para o Rio de Janeiro, capital do Império, ou para a Europa. Portanto, o Ginásio Pernambucano aparece no cenário educacional de Pernambuco com

um papel definido: oferecer ensino secundário de qualidade o suficiente para garantir às futuras gerações da elite pernambucana continuidade do seu status social, político e econômico (BEZERRA, 2012, p. 240).

Após longo debate na Assembleia, a proposta de Figueiredo foi aprovada sob a lei nº 355 de 25 de setembro de 1854. Dentro as várias modificações na estrutura do ensino público da Província, o ensino secundário foi o mais modificado. No artigo 111 da referida lei, o LP seria convertido em um “internato de educação pública e de instrução secundária, sob o título de Ginásio Provincial do Recife” (PERNAMBUCO, 1854, p. 1-25.). A mesma lei foi aperfeiçoada meses depois pela lei nº 369 de 14 de maio de 1855, que vigorou até a criação da lei nº 1.124, de 17 de junho de 1873 durante o governo de Henrique Pereira Lucena (1835 – 1913). A reforma de 1855 organizou a instrução pública em duas classes: primária, que correspondia a instrução elementar e a secundária, que seria oferecida exclusivamente no GP através da extinção das cadeiras avulsas de latim das freguesias do Recife (PERNAMBUCO, 1855, p. 1-2).

Com relação ao GP, a lei de 1855 manteve praticamente a estrutura planejada para a nova instituição da lei anterior, que deveria oferecer “um sistema de estudos elementares, que abrace as letras, as ciências e artes” (PERNAMBUCO, 1855, p. 1-2). As leis de 1854 e 1855 sofreram a influência das reformas que ocorreram na Corte em matéria de instrução pública. Seu modelo foi o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o Regulamento da instrução primária e secundária no município da Corte, assinada pelo Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818 – 1886). Essa lei, que ficou conhecida como a “Reforma Couto Ferraz”, reformou o ensino primário e secundário no município da Corte, estabelecendo diretrizes sobre o funcionamento e, principalmente, a regulamentação da fiscalização do ensino. A tarefa de inspecionar as instituições educacionais, a partir de então ficou delegada ao Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (pasta responsável pela área de educação), ao Conselho Diretor, aos delegados de distrito e ao inspetor-geral da Instrução Pública (BRASIL, 1854, p. p. 45-68). Tendo como inspiração o modelo da instrução francesa, a Reforma Couto Ferraz orientou-se pelos ideais “civilizatórios” da elite política, cuja intenção era equiparar o Brasil às “nações civilizadas”. Ainda que dirigida às instituições da Corte, pretendia-se que a reforma servisse de modelo para as províncias, permitindo ao governo imperial exercer maior controle através da inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária (GABLER, 2016a). Assim, o CPII tornou-se um meio de fiscalizar, ainda que indiretamente, o ensino secundário no Brasil.

Na sua fala de abertura da sessão ordinária de 1855 na Assembleia Provincial, Figueiredo justificou a adoção do modelo proposto por Couto Ferraz por ele ser

“sabiamente elaborado”, bem como “por entender conveniente conservar-se a unidade de ensino em todo Império” (FIGUEIREDO, 1855, p. 12). Na mesma ocasião, ele agradeceu a confiança da Assembleia pela aprovação da reforma da instrução pública e reafirmou o seu interesse em levar a frente a instalação do GP:

Desejando corresponder a confiança que em mim depositastes, cometendo-me a pesada tarefa de regular toda a instrução primária e secundária da Província, acabo de cumprir com essa honrosa missão de maneira que julguei mais conveniente, depois de consultar os entendidos. [...] Parecerão talvez muito largas as dimensões que tracei a instrução secundária no Internato, e muito pesadas as despesas que provoca o meu plano. Mas tal me parece a importância da instrução pública, que eu, sem o maior constrangimento, e até violência, não podia amesquinhar-me ante a perspectiva de uma Província de primeira ordem como Pernambuco (FIGUEIREDO, 1855, p. 12-13).

Após a aprovação do projeto, começaram os preparativos para a instalação da nova escola. A primeira questão a ser resolvida era a sua localização. O velho edifício da Rua do Hospício em que funcionava o antigo Liceu não serviria para a instalação da nova escola nos moldes em que fora planejada. Como vimos, as críticas ao LP se deviam, em parte, às suas precárias instalações físicas. A mesma lei que criou o GP, também autorizou a construção de um novo edifício para a sua instalação (PERNAMBUCO, 1855, p. 1-2).

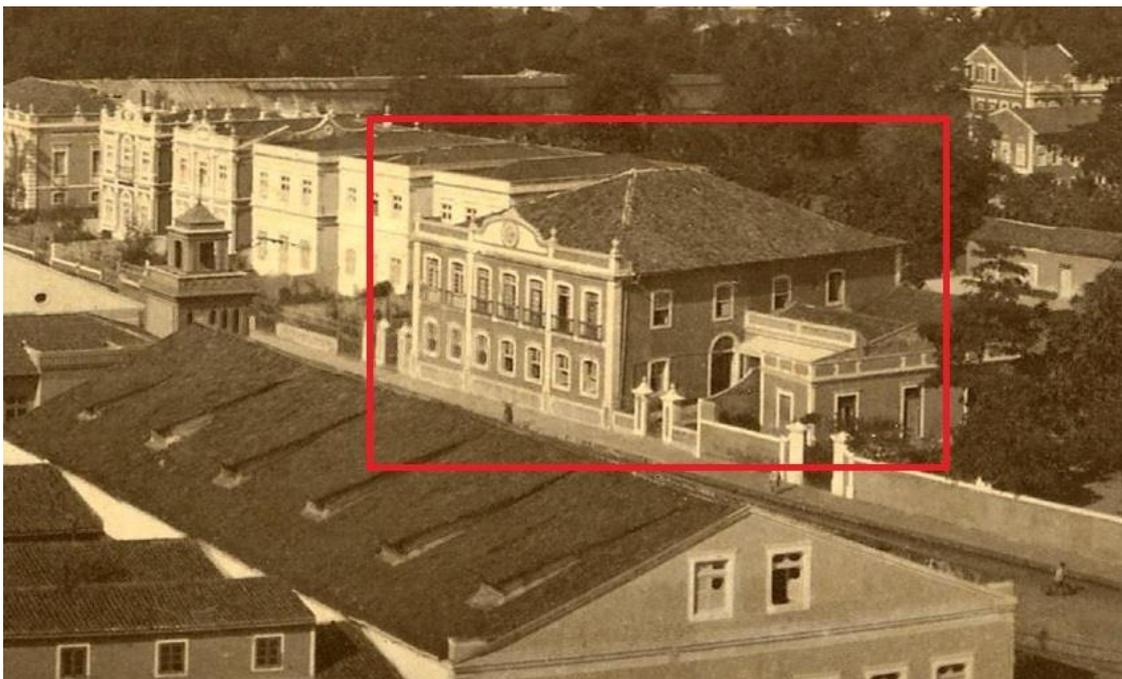
No dia 15 de agosto de 1855, foi realizada a cerimônia da colocação da pedra fundamental do edifício, com o projeto do engenheiro José Mamede Alves Ferreira (1820 – 1865), então chefe da Repartição de Obras Públicas do Estado. O prédio foi projetado para ser construído na Rua da Aurora, então um dos endereços mais nobres da cidade, próximo a outros importantes edifícios públicos como a Assembleia Provincial e o Palácio do Governo (COSTA, 1985). Segundo Montenegro, no projeto em estilo neoclássico elaborado por Mamede, o edifício teria a seguinte disposição: no primeiro pavimento ficariam as salas de aula, o **museu**²⁴, a biblioteca, a secretaria, a capela, os gabinetes de química e física, a sala dos professores, a do porteiro, o locutório, os aposentos dos criados, a cozinha, a despensa e o refeitório; no segundo pavimento ficariam as salas de estudo, sala das congregações e os aposentos do regedor; e no terceiro pavimento os dormitórios, enfermaria, prisão e os aposentos dos funcionários (MONTENEGRO, 1979, p. 116.). Também constaria no projeto inicial a construção de um pomar, uma piscina que teria comunicação com o rio, servindo para banhos e escola de natação e um jardim botânico.²⁵ No dia 7 de setembro de 1855, nas comemorações

²⁴ A partir do próximo capítulo, discutiremos a formação do museu, cujo espaço físico foi planejado no projeto do novo edifício do Ginásio.

²⁵ Como veremos no próximo capítulo, a construção de uma área destinada a um Horto Botânico no Ginásio foi um pedido pessoal de Louis Jacques Brunet para a realização das aulas de Botânica.

da Independência do país, o GP foi formalmente inaugurado pelo presidente José Bento da Cunha e Figueiredo e demais autoridades civis e eclesiásticas, iniciando as suas atividades no mesmo dia. Inicialmente, o GP instalou-se nas antigas instalações do Liceu, um casarão alugado situado na Rua do Hospício (Figura 01), na então freguesia da Boa Vista, onde funcionou até 1866 (MONTENEGRO, 1979, p. 113).

Figura 01: Casarão onde funcionou o Liceu Provincial e o Ginásio Pernambucano na Rua do Hospício.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da fotografia “Boa vista e Rua do Hospício” de autoria de Francisco du Bocage, c. 1910. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/2055> Acesso em: 08 fev. 2022.

2.2 Uma escola modelo

Como estava previsto no artigo 118 da lei nº 369 de 14 de maio de 1855, a presidência da província criaria um regimento específico para o GP, o que aconteceu no dia 25 de julho de 1855 (GOVERNO, 1855a, p. 1-2). Analisando esse documento, o primeiro da instituição, extraímos informações importantes sobre o seu funcionamento nos seus primeiros anos. O primeiro ponto a se destacar, é quem poderia se matricular na instituição. Segundo o documento, não poderiam frequentar o GP os alunos que padecessem de moléstias contagiosas, os que não tivessem sido vacinados e os escravos. Os alunos podiam matricular-se em três categorias: pensionistas, meio-pensionistas e externos. Os pensionistas além de estudar, residiam no GP e tinham a

sua estadia custeada por sua família. Os meio-pensionistas estudavam o dia inteiro, e tinham direito a parte dos benefícios dos pensionistas como a alimentação, que também deveria ser paga. Já os alunos externos apenas assistiam apenas as aulas (GOVERNO, 1855a, p. 1-2). Como já foi explicado, o ensino secundário interessava principalmente às elites das províncias, que podiam arcar com os elevados custos do internato que correspondiam principalmente ao pagamento da mensalidade ou pensão e do enxoval que exigido dos alunos. Assim, mesmo sendo uma instituição pública, o GP não oferecia formação gratuita, pois eram cobradas pensões dos alunos para que usassem serviços específicos do internato.

Com relação ao seu projeto pedagógico, o ensino do GP foi dividido em sete anos, contemplando um programa de base técnica, mas também de humanidades. Comparando com o programa de ensino do antigo Liceu, é notória a diferença do número de cadeiras obrigatórias. Em 1854, ano anterior a sua extinção, o curso do Liceu era composto pelas cadeiras de gramática nacional, latina, filosofia retórica, geometria, geografia e história, francês, inglês e desenho, o mesmo desde 1843 (PEREIRA DA COSTA, 1984, p. 135). Cabe lembrar que o currículo foi um dos principais problemas apontados pelos críticos do Liceu por ser sido considerado ultrapassado naquele momento.

Analisando mais a fundo o programa de ensino do Ginásio, encontramos muitas semelhanças com o programa recém implementado do CPII pelo decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854, mais conhecida como “Reforma Couto Ferraz”. Em relação ao ensino secundário, o regulamento fixou o curso no Colégio em sete anos e apresentou as cadeiras que comporiam o mesmo. Porém, a organização final do currículo foi definida pelo “Regulamento do Imperial Collegio de Pedro Segundo”, aprovado pelo Decreto nº 1.556 de 17 de fevereiro de 1855. Pelo documento, o ensino secundário foi dividindo em dois ciclos: os estudos de primeira classe e os estudos de segunda Classe. O primeiro tinha duração de quatro anos e deveria ser frequentado por todos os alunos. Os alunos que cursassem os estudos de Segunda Classe que tinham duração de três anos, receberiam ao final do sétimo ano o título de Bacharel em Letras, o que lhes garantiria o direito de se matricular em qualquer faculdade do Império (BRASIL, 1855, p. 80-93).

Segundo Louise Gabler e Salomão Alves, tal reforma que separou os estudos em duas classes, esteve relacionada à tentativa de formar dois públicos distintos: os alunos que concluíssem os estudos de primeira classe estariam aptos a exercer as profissões de caráter técnico, e os concluíssem o ciclo complementar ingressariam nas academias superiores do Império. Segundo os mesmos autores, essa divisão em ciclos foi inspirada nas reformas educacionais francesas, mas duraram pouco tempo na

França e no Brasil GABLER; ALVES, 2014). Com relação ao plano de ensino, a reestruturação do curso secundário em dois ciclos resultou em profundas mudanças no currículo do CPII. Como explicaram Ariclê Vechia e Karl Lorenz, o novo currículo procurou preparar os alunos para ingressar nos cursos técnicos, que exigiam disciplinas para os exames como Língua Nacional (Gramática e Escrita), Inglês, Francês, Álgebra e Geometria. Por outro lado, os alunos que optassem por seguir os estudos de segunda classe, além de cursar tais disciplinas fariam outras do ciclo de humanidades, exigidas para o ingresso nas faculdades (VECHIA; LORENZ, 2001).

Como já foi explicado, o ensino secundário no Império tinha como objetivo preparar os alunos para os exames preparatórios exigidos para o ingresso no ensino superior. Portanto, os planos de ensino seguiam os conteúdos exigidos pelas instituições. Como era do interesse do governo provincial, o currículo do recém-criado GP procurou seguir o modelo do CPII, mesmo não adotando o sistema de dois ciclos. Ao final do curso de sete anos, o aluno receberia um diploma, recebendo a preferência para ocupar os cargos públicos (PERNAMBUCO, 1855, p. p. 1-2). No quadro a seguir, apresentamos uma comparação entre os planos de ensino de ambas as instituições em 1855:

Quadro 01. Comparação entre os planos de ensino do Colégio Pedro II e do Ginásio Pernambucano em 1855

Colégio Pedro II	Ginásio Pernambucano
Primeiro Ano	
Leitura e Recitação de Português	Latim e Português
Exercícios Ortográficos	Matemáticas – Aritmética
Gramática Nacional	História e Geografia
Aritmética	Desenho
Gramática latina	-----
Francês	-----
Segundo Ano	
Latim	Latim e Português
Francês	Grego
Inglês	Francês
Continuação de Aritmética e Álgebra	Matemáticas – Aritmética
Ciências Naturais	História e Geografia
-----	Desenho
Terceiro Ano	

Latim	Latim
Inglês	Grego
Francês	Francês
Geometria	História e Geografia
Ciências Naturais	Matemáticas – Álgebra e Geometria
Geografia e História Moderna	Física
Quarto Ano	
Latim	Latim
Inglês	Grego
Trigonometria retilínea	Inglês
Ciências Naturais	História e Geografia
Geografia e história moderna	Matemáticas – Álgebra e Geometria
Corografia Brasileira e História Nacional	Ciências Naturais
Quinto Ano	
Latim	Inglês
Alemão	Alemão
Grego	Ciências Naturais
Filosofia Racional e Moral	História e Geografia
Geografia História Antiga	Matemáticas – Geometria e Trigonometria
-----	Filosofia Racional e Moral
Sexto Ano	
Latim	Alemão
Filosofia	Filosofia Racional e Moral
Alemão	História e Geografia
Grego	Matemáticas – Geometria e Trigonometria
Retórica	Ciências Naturais
Geografia e História da Idade Média	Língua e Literatura Nacional
Sétimo Ano	
Alemão	Matemáticas – Álgebra, Geometria e Trigonometria
Grego	História e Geografia
Eloquência Prática	Ciências Naturais
História da Filosofia	Eloquência e Poética
Latim	-----

Italiano	-----
----------	-------

Fonte: O autor, a partir do Decreto Federal nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855 e pelo Regimento do Ginásio Pernambucano de 1855.

Naquele período, a terminologia mais comum das cadeiras era de “história natural”, mas como podemos notar, as disciplinas foram denominadas de ciências naturais por ambas as instituições. Apesar das diferenças, as cadeiras de ambas as instituições são praticamente as mesmas, mudando basicamente a ordem e o nome. Segundo Ariclê Vechia e Karl Lorenz, o programa do CPII implementado pela reforma tomou como modelo o plano de estudos francês proposto pelas reformas do ensino francês implementada em 1833 e 1850. Os autores afirmam que na realidade, os programas de ensino estabelecidos pela reforma de 1850 e pela de Couto Ferraz foram quase idênticos (VECHIA; LORENZ, 2001). Assim, podemos inferir que o GP conseguiu implementar, ainda que indiretamente, o projeto pedagógico com influência francesa, como assim desejou o governo provincial.

Com relação às disciplinas científicas, como zoologia, botânica e mineralogia, que estiveram presentes no currículo desde a criação do CPII em 1837, em Pernambuco elas eram quase que uma novidade. Ainda que tenha havido algumas tentativas de incluí-las no antigo Liceu, elas não lograram êxito. Segundo Ruy Bello, o seu idealizador, Padre João Ribeiro, pretendia que a instituição tivesse um museu e gabinetes para aulas práticas (BELLO, 1978, p. 85). Mas, com a criação do Liceu em 1825, o seu currículo não apresentou nenhuma referência à história natural. A lei nº 43, de 12 de junho de 1837, primeira lei orgânica de ensino da Província de Pernambuco, sancionada pelo presidente Vicente Tomás de Figueiredo, indicou que seriam ensinadas as disciplinas de *Fronomia*²⁶ (ciência do movimento) e Física, as primeiras do campo das ciências no Liceu (PERNAMBUCO, 1837, p. 25). Em 1838, o Conde da Boa Vista propôs a criação da cadeira "História natural aplicáveis aos usos da vida" como uma das que deveriam compor o Curso Geral de Preparatórios para os exames parcelados para ter acesso à Faculdade de Direito de Olinda, mas, nos anos seguintes, essa cadeira não funcionou por atraso na matrícula ou impedimento do professor (FARIAS, 2020, p. 59). O plano de reforma do Liceu proposto pelo Conde em 1841, contava com as cadeiras de zoologia, botânica e mineralogia. Um aviso publicado no *Diário de Pernambuco* em 2 de agosto de 1841, informou que no dia 9 do mesmo mês, estariam abertas as matrículas para as aulas de ciências naturais (AVISOS, 1841, p. 2), mas, segundo o relatório apresentado

²⁶ Atualmente a disciplina Fronomia equivale a alguns conteúdos das atuais disciplinas de química e física.

a Assembleia Provincial, não houve o seu funcionamento (BARROS, 1842, p. 9-10). A cadeira acabou não sendo mais oferecida nos anos seguintes, sendo recriada no GP.

Assim, como no CPII, a presença dessas disciplinas provocou uma nova abordagem pedagógica e metodológica, o que exigiria a criação de gabinetes e laboratórios para as aulas práticas. No artigo 167 do regimento do GP, informa que existia a intenção de se criar um gabinete de física e um laboratório de química para aulas práticas dos professores das respectivas cadeiras e, logo que fosse possível, uma “coleção de objetos de história natural”.²⁷ A criação de espaços e coleções desta tipologia estavam presentes desde o primeiro regulamento do CPII em 1838, e foram se formando ao longo do século XIX e início do século XX. Importante destacar que o mesmo artigo informa que todos os objetos científicos estariam a cargo do “conservador” da instituição (GOVERNO, 1855, p. 2). Nesse período no Brasil, essa terminologia era frequentemente utilizada para se referir ao “preparador”, que como o nome diz, era o profissional responsável pela preparação e preservação, e muitas vezes, a taxidermia, para estudo ou exibição dos espécimes biológicos.²⁸ Como a sua presença era rara no Brasil naquele período, estando muito mais frequente em instituições como o MN. Para se ter uma ideia, não havia a previsão de um profissional do tipo no CPII, pois a responsabilidade dos gabinetes de ensino era dos professores repetidores da instituição (BRASIL, 1856). Este dado, nos permite supor que havia uma expectativa por parte da instituição na criação de uma ampla coleção de história natural, o que para nós, justificaria tal contratação.

Além da reformulação pedagógica, o governo promoveu uma renovação quase que completa dos profissionais que trabalhavam no antigo Liceu. No despacho oficial do dia 16 de agosto de 1855, Figueiredo nomeou os novos professores do GP, assim como a sua nova administração (GOVERNO, 1855b, p. 1). Para dirigir a instituição, foi nomeado o Padre Joaquim Raphael da Silva ([1795] – 1863), um respeitado clérigo regular, que já havia ocupado diversos cargos públicos. Com relação aos professores, a renovação foi quase que total, afinal muitos deles foram nomeados para cadeiras recém-criadas. De acordo com o artigo nº 13 da lei nº 369 de 1855, para se candidatarem ao magistério público, os professores teriam que preencher determinadas condições como: ser maior de idade, ter moralidade e ter capacidade profissional

²⁷ Como veremos no próximo capítulo, esta coleção começou a ser formada assim que o Ginásio Pernambucano começou a funcionar em agosto de 1855.

²⁸ Não confundir com o conservador de museus que nesse momento já existia nos museus europeus, sobretudo na França. Esse profissional seria o responsável pela execução das atividades de preservação e exposição das coleções museológicas, atividades semelhantes ao trabalho do atual profissional museólogo. No Brasil, esse termo só se popularizou com a criação do Curso de Museus em 1932, curso superior criado no Museu Histórico Nacional, cujos profissionais formados recebiam o título de conservadores de museus.

(PERNAMBUCO, 1855, p. 1-2). Analisando os perfis dos professores nomeados, apesar de terem formações e atuações distintas, ao que nos parece, o critério da capacidade profissional foi levado muito a sério, pois foram nomeados profissionais com atuação prestigiosa no período, em sua grande maioria clérigos e políticos.

Para as recém-criadas cadeiras de ciências naturais do GP, foram nomeados José Joaquim de Moraes Sarmiento (1804 – 1886) para a 1º cadeira e Louis Jacques Brunet para a segunda cadeira. Mesmo não sendo profissionais ligados ao magistério naquele momento, eram profissionais que detinham grande prestígio social e político. O primeiro era um conhecido e respeitado médico português naturalizado brasileiro. Foi um dos fundadores da *Sociedade Pernambucana de Medicina*, tendo sido membro correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e colaborado nos periódicos *Annaes da Medicina Pernambucana* e *Archivo Medico Brasileiro* (BLAKE, 1970, p. 489-490). Sarmiento foi professor por um breve período do antigo LP no período da reforma do Conde da Boa Vista.

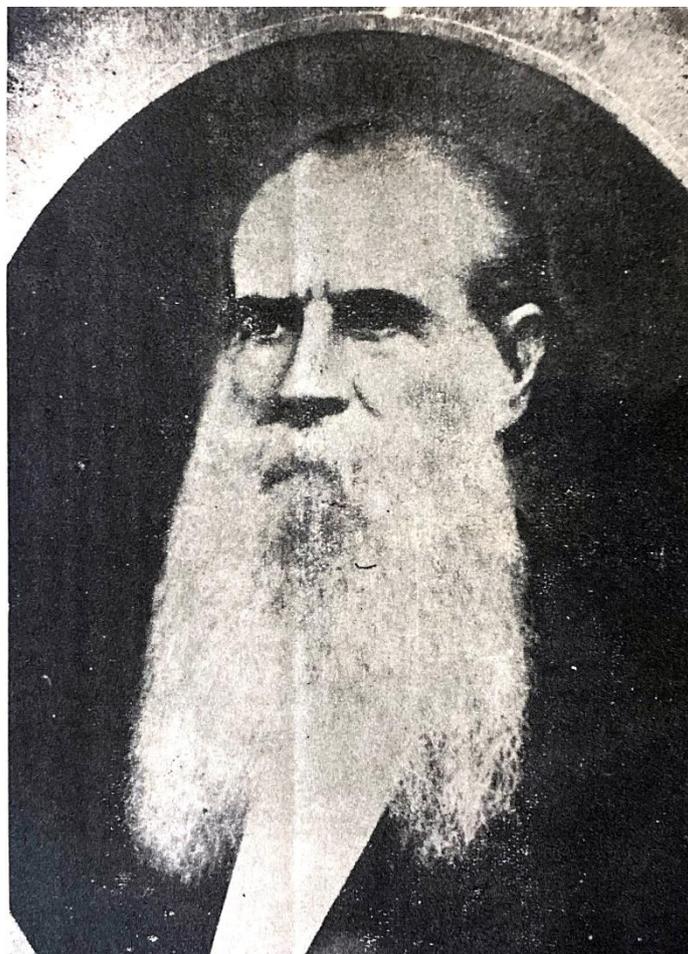
Louis Jacques Brunet, era um naturalista francês que se encontrava na região há alguns anos, e vinha se destacando com suas pesquisas científicas de forma autônoma. No próximo capítulo, analisaremos a importância de Brunet para a criação do museu, amparado no amplo projeto de renovação estrutural e pedagógica realizada no LP que culminou na sua transformação no GP.

CAPÍTULO 3

O MUSEU DO GINÁSIO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1855, compareceu Louis Jacques Brunet (Figura 02) à secretaria do GP para tomar posse como professor da segunda cadeira de ciências naturais da instituição. Munido da portaria que o nomeou, prestou o juramento de costume na presença do regedor interino e foi empossado pelo mesmo (ROSADO; SILVA, 1973, p. 151). Como veremos a seguir, a contratação de Brunet nos parece ter sido uma escolha natural, visto que o mesmo já se encontrava em atividade na região havia algum tempo e gozava de relativo prestígio profissional. Um dos aspectos mais importantes do trabalho de Brunet à frente do GP, foi o forte apoio dado pelo governo da Província, mesmo com a constante troca de presidentes, muito comum à época.²⁹

Figura 02. Fotografia de Louis Jacques Brunet



Fonte: ROSADO; SILVA, 1973, p. 7.

²⁹ No período em Brunet trabalhou no Ginásio, a província de Pernambuco teve treze presidentes.

Assim que tomou posse como professor, Brunet procurou se aproximar ainda mais da presidência, a fim de viabilizar seu trabalho. Em carta enviada pessoalmente à Figueiredo no dia 7 de abril de 1856, Brunet apresentou quais eram os seus objetivos como professor e como seria o seu trabalho no GP. Além dessas informações, o documento nos traz um dado importante para o nosso trabalho: Brunet já iniciou suas atividades de ensino com a formação de uma coleção de história natural para o GP. Segundo Brunet, a segunda cadeira de ciências naturais, da qual ele era responsável seria dividida em três partes, seguindo a divisão clássica dos reinos da natureza: no primeiro ano seria ensinada a Zoologia, no segundo a Botânica e no terceiro a Mineralogia.

Para a primeira disciplina, Brunet informou que naquele momento estava preparando “os esqueletos necessários para demonstrar a organização interior dos quatro grandes tipos de animais vertebrados (Mamíferos, Pássaros, Répteis e Peixes)” que serviriam à exposição das “generalidades anatômicas” dos mesmos (BRUNET, 1856). Ainda para a Zoologia, ele teria preparado uma dúzia de crânios, pertencentes às diversas famílias de Mamíferos, para a explicação dos seus respectivos sistemas dentários. Brunet também relatou ter preparado vários pássaros para o estudo da Ornitologia, entre os quais teria vários exemplares e para o estudo da Ictiologia (estudo dos peixes), no qual só teria “três ou quatro indivíduos”. Na carta, Brunet deixou claro a importância de se preservar determinadas espécies de animais pelas suas propriedades econômicas.³⁰

Não escusei tão pouco o ramo dos Articulados de que obtive e preparei numerosos representantes começando pelos crustáceos, que nos interessam como suplemento alimentar: depois destes os insetos dos quais há grande número e se recomenda pelos seus produtos, como seja a seda, a cera, o mel e outros por suas propriedades tintórias e medicinais (BRUNET, 1856).

Para o ensino da Botânica, que seria realizada no segundo ano, Brunet informou que tinha colhido alguns produtos vegetais como resinas, gomas, cascas medicinais e algumas plantas no interior”, que supostamente conservava em um jardim particular. Segundo ele, não teria condições físicas nem financeiras de desenvolver melhor essa parte. Para resolver o problema, Brunet retornou a sua ideia de criar em Pernambuco um Jardim Botânico, que, ao mesmo tempo serviria para “Jardim de aclimatar e naturalizar as plantas industriais e agrícolas, que se quisesse introduzir na Província”.³¹

³⁰ Como veremos mais adiante, este será um argumento recorrente utilizado por Brunet para justificar o seu trabalho no GP.

³¹ Cabe destacar que no projeto inicial do edifício do GP apresentado no capítulo anterior, havia sido planejada a construção de um Horto Botânico no seu terreno, o que nos permite supor que Figueiredo pretendia seguir o pedido de Brunet.

Para a sua criação, Brunet sugeriu a compra de um terreno específico pela Assembleia Provincial, descartando o terreno contíguo ao Palácio do Governo, anteriormente sugerido para tal fim. A ideia de se criar um jardim botânico científico vai ao encontro a uma política executada na Europa e no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, onde segundo Nelson Sanjad, as ciências naturais assumiram um caráter pragmático e utilitarista (SANJAD, 2010a). Quanto ao ensino da Mineralogia, Brunet defendeu que ela fosse oferecida no terceiro ano, pois os alunos já teriam estudado geometria, química e física para o seu melhor aproveitamento. Mas, segundo ele, teria um número pequeno de amostra de rochas, e novamente sugeriu pedir exemplares duplicados a outras instituições como o MN, que poderia dispor de amostras de “combustíveis minerais, minerais metalíferos e pedras finas acompanhadas, das gangas e rochas matrizes encontradas nas várias províncias do Império” (BRUNET, 1856).

Finalizando a carta, Brunet pediu à Figueiredo que ordenasse “aos delegados do interior e da costa de remeter ao governo quanto encontrassem e lhes parecesse mais notável de animais, vegetais e minerais” (BRUNET, 1856), para assim poder avançar no seu trabalho já que ele era o único profissional para as atividades de “diligência, pesquisa, caça e preparação” dos espécimes. Este trecho nos traz uma informação importante: Brunet além de ser um naturalista viajante, também era o responsável pelo processo de preparação e conservação dos animais e pela coleção e classificação da incipiente coleção do GP. Não localizamos nenhuma carta ou ofício em resposta à Brunet, mas Figueiredo acabou por dar publicidade a sua opinião sobre o assunto na abertura das sessões ordinárias apresentado a Assembleia Provincial no dia 21 de abril de 1856, e posteriormente publicado como era o costume.

Na ocasião, Figueiredo discorreu sobre as realizações do seu governo na Província e a inauguração do GP foi o destaque da sua fala, onde apresentou dados sobre o seu funcionamento, em especial sobre a segunda cadeira de ciências naturais, manifestando o seu apoio ao trabalho de Brunet no GP. No discurso, ele reproduziu várias informações contidas na carta enviada meses por Brunet com a sua proposta de trabalho, cujo conteúdo foi integralmente reproduzido no anexo da publicação impressa do discurso. Cabe ressaltar que na fala, nenhum outro professor ou disciplina do GP ganhou tanto destaque, o que demonstra o seu interesse pessoal no assunto. Sobre Brunet, ele informou que naquele momento, ele estava formando uma coleção de história natural para a instituição:

Convindo que desde logo se comesçassem a fazer os preparos necessários para o ensino prático da 2^o cadeira de Ciências Naturais, mandei encontrar em exercício a 18 de outubro do ano findo o

respectivo professor, Mr. Brunet, que, segundo vereis do apenso n. 7, tem já preparado importantes coleções para a explicação dos diversos ramos da Zoologia; possuindo além disto alguns produtos vegetais, e várias plantas que ele conserva em um jardim particular (FIGUEIREDO, 1856, p. 21).

Apesar de não termos informações sobre o que Brunet estaria trabalhando naquele momento, esta informação é muito importante, pois mostra que desde o seu ingresso no GP, Brunet trabalhou para a criação de uma coleção de história natural para compor um gabinete. De acordo com o primeiro regimento do GP, as disciplinas de ciências naturais seriam ministradas a partir do quarto ano do curso. Como o primeiro ano de funcionamento da escola aconteceu em 1856, as atividades da disciplina possivelmente só começariam em 1859. Segundo o Relatório da presidência da Província de 1856, naquele momento já se encontravam funcionando todas as cadeiras criadas pelo GP, mas as de língua alemã, língua grega, música e as ciências naturais ainda não tinham alunos. Por ainda não se encontrar ministrando as disciplinas, acreditamos que nos seus primeiros anos na instituição, Brunet dedicou-se a organizar a incipiente coleção por ele mencionada na carta dirigida à presidência da província.

Atendendo ao pedido de Brunet, Figueiredo afirmou que havia pedido às autoridades da Província, que enviassem ao Ginásio “os objetos mais raros que pudessem encontrar, pertencentes aos reinos animal, vegetal e mineral” (FIGUEIREDO, 1856, p. 21) e que havia solicitado ao Ministro do Império a remessa dos produtos naturais que o MN pudesse dispensar, por tê-los em duplicata. A solicitação foi atendida em junho de 1856, sendo remetida para o GP uma “escolhida coleção de produtos naturais, entre os quais tornavam-se notáveis quatrocentas espécies de plantas brasileiras e cem outras de alguns países da Europa” (FIGUEIREDO, 1856, p. 21). Quanto à ideia de Brunet de se criar um jardim botânico, apesar de reconhecer o mérito do pedido, Figueiredo foi mais comedido e pediu a Assembleia para julgar se a Província poderia arcar com a despesa. Mas, acabou sugerindo o jardim do Palácio do Governo que poderia sem grande custo ser aproveitado, podendo ainda poderia oferecer a estrutura para um passeio público (FIGUEIREDO, 1856, p. 21-22).

Poucos meses após esta fala, José Bento da Cunha Figueiredo deixou a presidência da Província para tomar assento na Câmara dos Deputados por Pernambuco. Entre 1856 e 1857, a presidência foi ocupada interinamente pelos vice-presidentes Sérgio Teixeira de Macedo (1809 – 1867) e Joaquim Pires Machado Portela (1827 – 1908), ambos do Partido Conservador. Mesmo após a saída de Figueiredo da presidência, o apoio ao trabalho de Brunet manteve-se praticamente intacto. A proposta do jardim botânico nunca saiu do projeto, mas a origem da coleção formada por Brunet, objeto de estudo desse trabalho, evoluiu e tornou-se um museu que atualmente leva o

seu nome e que funciona até hoje. Mas para melhor entendermos esse processo, faz-se necessário compreender quem era esse profissional e quais os meios que se utilizou para alcançar os seus objetivos.

3.1 O naturalista Louis Jacques Brunet

Infelizmente, não foi possível localizar muitas informações sobre a vida pessoal e profissional de Brunet antes da sua chegada ao Brasil, mas gostaríamos de destacar alguns aspectos que acreditamos ter tido muita influência sobre o seu trabalho no *Ginásio Pernambucano*. Segundo Rosado e Silva, Brunet nasceu em *Moulins*, na França em 1811, e por volta de 1835 teria sido professor de História Natural e Música em *Bazas*. Os mesmos autores afirmam que ele era médico, mas não encontramos maiores detalhes sobre a sua formação (ROSADO; SILVA, 1973, p. 42).

Um aspecto pouco conhecido da sua biografia é a sua colaboração com o farmacêutico e inventor francês Jean-Nicolas Gannal (1791 – 1852), autor do livro *Histoire des embaumements: et de la préparation des pièces d'anatomie pathologique et, d'Histoire Naturelle; suivie de procédés nouveaux* publicado em 1841. Segundo Salvador Pérez, a edição do livro de Gannal de 1840 apresenta o método de embalsamamento pelo qual ele ficou famoso na Europa e na América do Norte, denominado “Método Gannal”, só que aplicado a animais. Tal procedimento, desenvolvido por volta de 1832 e patenteado cinco anos mais tarde, consistia em uma injeção na artéria carótida de uma solução de acetato e alúmen, sem a necessidade de drenar todo o sangue. O mesmo autor diz que o método não era uma taxidermia, mas sim um método pouco invasivo de preservação que acabou sendo logo superado por outras técnicas (PÉREZ, 2016). O bibliotecário Joseph Marie Quérard (1797 – 1865), em sua obra de referência *Les supercheries littéraires dévoilées: Galerie des auteurs apocryphes, supposés, déguisés, plagiaires et des éditeurs infidèles de la littérature française pendant les quatre derniers siècles: ensemble les industriels littéraires et les lettrés qui sont anoblis à notre époque*³², credita à Brunet a escrita da terceira edição do livro publicado em 1840. Segundo o autor, Gannal estaria supostamente incluído na categoria de profissionais tão ocupados que não teriam tempo para escrever, e quando o faziam escreviam mal, porque não teriam o hábito da escrita. Assim, ele delegava a colegas próximos a tarefa de organizar suas anotações em forma de um livro (QUÉRARD, 1847, p. 129-130).

³² Em tradução livre: “As decepções literárias reveladas: Galeria de apócrifos, supostos, disfarçados, plagiadores e editores infieis da literatura francesa durante os últimos quatro séculos: juntos os industriais literários e os literatos enobrecidos em nosso tempo”.

Na edição supostamente organizada por Brunet, a autoria do livro é inteiramente creditada à Gannal, sem qualquer menção a uma possível colaboração editorial. Apesar disso, o livro é escrito citando o autor em terceira pessoa, o que sugere que outra pessoa de fato o escreveu. No final do livro, mais especificamente na última página, há um convite para conhecer “a rica loja de pássaros de M. Brunet”, onde seria possível “adquirir pássaros de todos os países” em Paris, na Rua *Neuve-Vivienne*, nº 49. “M. Brunet” foi apresentado no anúncio como “professor e preparador naturalista”, sem menção a outras informações sobre ele (GANNAL, 1840, p. 65).

Pesquisando nos anuários gerais do comércio de Paris na década de 1840, é possível localizar anúncios com o nome de Louis Jacques Brunet, ou mais frequentemente, na sua forma abreviada “M. Brunet” como professor e naturalista, no mesmo endereço citado acima. Analisando o perfil dos anúncios da época para este endereço, indicam que a rua tinha um perfil comercial variado, localizado bem no centro da cidade pré-reforma urbana (1852 – 1870).³³ Mais uma vez recorrendo aos anuários gerais de comércio da época, foi possível localizar sessões específicas para anunciar naturalistas, assim como outros profissionais liberais. O *Almanach-Bottin du Commerce de Paris* de 1842, apresenta 20 anúncios de naturalistas com estabelecimentos comerciais a eles associados, o que nos permite supor que existia um comércio consolidado na cidade para a aquisição desses produtos (BOTTIN, 1842, p. 244). Segundo Piotr Daszkiewicz, ao longo do século XIX, o comércio de objetos de história natural na França foi muito lucrativo, pois o mercado era importante e os preços de venda interessantes para os naturalistas que investiam nesse negócio (DASZKIEWICZ, 1997). Nesses anúncios, cada naturalista expunha a sua especialidade: minerais, rochas ou animais taxidermizados. Os anúncios localizados de Brunet não informam a especialidade da sua loja, exceto o de oferecer os seus serviços como professor de história natural, como no anúncio acima citado. Segundo Olívio Montenegro, Brunet não era nenhum desconhecido na França e seria amigo de intelectuais das ciências e das letras de sua época (MONTENEGRO, 1979, p. 124). Mas, pesquisando em periódicos científicos franceses desse período, não encontramos nenhum artigo publicado seu ou alguma menção ao seu trabalho no período anterior a sua contratação como professor do GP. Também não encontramos registros de sua filiação a instituições científicas no período anterior ao seu trabalho no Brasil.³⁴

³³ Entre 1852 e 1870 a cidade de Paris sofreu uma vasta intervenção urbana que modificou o centro antigo da cidade, com a demolição de ruas e edifícios para a abertura de largas avenidas planejadas.

³⁴ Para realizar esta afirmação, realizamos pesquisas em periódicos científicos da França entre 1830 e 1850 preservados em repositórios digitais como a *Gallica*, biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França, mas não encontramos menções a Brunet. Também procuramos registros de filiação a associações científicas como a *Académie des Sciences* e o *Muséum National d'Histoire Naturelle*, importantes centro de produção de pesquisa científica na época, mas não encontramos registros de sua associação.

Após 1848, não encontramos mais registros da loja de Brunet em Paris. A partir desta data, só vamos encontrar notícias suas no Brasil. A data da sua chegada ao Brasil é motivo de divergência por alguns autores que já escreveram sobre Brunet: Olívio Montenegro afirma que foi por volta de 1852; Vingt-un Rosado e Antônio Silva, autores da mais extensa pesquisa realizada sobre Brunet até hoje, afirmam que ele teria chegado por volta de 1850 (ROSADO; SILVA, 1973, p. 42), informação também compartilhada por Nelson Sanjad (SANJAD, 2010, p. 124) Montenegro e Rosado e Silva também divergem de outra informação. O primeiro afirma que o filho de Brunet, Charles Gilbert Theobald Brunet (1832 – 1898), teria vindo com o pai para o Brasil, enquanto o segundo afirma que ele só teria vindo após 1854.

A primeira notícia que localizamos sobre Brunet no Brasil foi uma carta dirigida à presidência da Província de Pernambuco em 19 de abril de 1850, onde ele ofereceu os seus serviços para a criação de um jardim botânico, que pudesse servir para a aclimação de espécies vegetais visando um retorno econômico para a província. No jardim, seriam cultivadas as plantas alimentares e as árvores frutíferas de todo o país, as plantas medicinais e as utilizadas nas artes e no cultivo das plantas que parecessem ter o melhor sucesso na Província. O local seria também o local de experimentos para melhorar as árvores frutíferas exóticas já introduzidas, assim como as árvores frutíferas nativas (MELLO NETO, 1954). Apesar da data sugerir que Brunet já estaria em Pernambuco nesse período, esta carta, que se encontra preservada no Arquivo Público de Pernambuco, não foi enviada diretamente por Brunet à presidência, mas sim por meio do consulado francês em Pernambuco. Esta informação, abre a possibilidade de que a carta tenha sido enviada ainda da França, antes da sua chegada ao Brasil. Pelas informações levantadas, acreditamos que ele tenha chegado no Brasil entre 1848 e 1852. Já no país, aparentemente, Brunet fixou-se na cidade de Sousa, na Paraíba, onde se casou em segundas núpcias com Custódia Francisca de Sá Barreto em 1854.

Segundo Olívio Montenegro, inicialmente a intenção de Brunet era explorar a fauna e a flora dos países da América do Norte, mas por conta dos custos da viagem que deveria ser feita com um amigo, acabou embarcando para o Brasil com escala em Pernambuco, onde teria se estabelecido (MONTENEGRO, 1979, p. 123). O autor não especificou a sua fonte, e apesar de boa parte da sua correspondência pessoal estar arquivada no Fundo Louis Jacques Brunet do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, não localizamos documentos que expliquem as suas motivações pessoais para vir ao Brasil. A sua experiência como professor, preparador e comerciante de objetos de história natural, nos permite supor que ele tenha sido atraído pela distante e ainda pouco conhecida América, que desde o início da sua colonização fascinava os europeus. Devido a sua localização nos trópicos, o Brasil foi constantemente explorado por

naturalistas europeus que viam na América uma fonte inexplorada de espécies vegetais, animais e minerais. De acordo com José Barreiros, o contexto histórico do Brasil no início do século XIX caracterizado pela independência e a formação do Estado Nacional, recriaram um processo de redescobertas pelos naturalistas estrangeiros. Esse processo tornou-se intenso ao longo do referido século, quando os viajantes visitaram praticamente todas as províncias do Brasil, deixando relatos detalhados sobre os mais diversos aspectos da natureza e a cultura dos seus habitantes (BARREIROS, 2002, p. 9).

Como bem estudou Mary Louise Pratt, os viajantes representavam os “olhos do império”, isto é, os viajantes funcionavam como mecanismos de viabilização da conquista e colonização, ainda que, de uma forma ou de outra, os escritos de viagem não fossem necessariamente elaborados em função de interesses imperiais. Como estavam a serviço de grandes nações coloniais, os relatos de viagem publicados por eles, muitas vezes, ajudavam a naturalizar a ideias de expansão e exploração territorial por parte das grandes metrópoles (PRATT, 1999, p. 31). A mesma autora entende que o advento das viagens naturalistas foi um momento de emergência da história natural como estrutura de conhecimento, tornando-se a base para o desenvolvimento do pensamento científico da época (PRATT, 1999, p. 41-42).

Lorelai Kury explica que os viajantes do século XIX foram muito mais especializados do que os do século anterior e, em geral, cumpriam missões com objetivos científicos bem definidos. Nesse período, os naturalistas já separavam o campo científico da esfera da política, passando a ser, em muitas ocasiões, a figura principal das viagens (KURY, [20--]). Os mais famosos viajantes do Brasil do século XIX foram estrangeiros, e as suas obras são até hoje importantes referências para os estudos sobre a história e a natureza do país como: Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Philipp von Martius (1794-1868), Maximilian zu Wied-Neuwied - Príncipe de Wied-Neuwied (1782 – 1867), Georg Heinrich von Langsdorff – Barão de Langsdorff (1774 – 1852), Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779 – 1853), Henry Walter Bates (1835 – 1892), Alfred Russel Wallace (1823 – 1913), Louis Agassiz (1807 – 1873), além do próprio Charles Darwin (1809 – 1882).

As viagens científicas desse período, são, em geral, consideradas pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência. Naquele período, a decisão de viajar por parte dos naturalistas não era uma decisão fácil, pois além dos perigos físicos que corriam, a comunidade científica da época não era unânime quanto a valorização do trabalho do viajante. Assim, muitos dos célebres naturalistas europeus nunca viajaram, tarefa que era muitas vezes realizada por naturalistas mais jovens, oficiais da marinha, nobres ou aventureiros em geral. Lorelai

Kury explica que existiam basicamente dois tipos de naturalistas: os viajantes e os de gabinete, o que reflete uma divisão do trabalho conforme parâmetros colonialistas, onde os resultados de pesquisa dos lugares colonizados eram produzidos nos locais de ciência centralizados na Europa. Assim, cabia aos viajantes o trabalho menos valorizado de reunir e descrever informações sobre as regiões visitadas e aos cientistas de gabinete a prestigiada tarefa de conceber as explicações científicas e publicá-las. O exemplo mais conhecido do primeiro tipo seria o alemão Alexander von Humboldt (1769 – 1859), que defendia que “as impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região fazem parte da própria atividade científica e não podem ser substituídas por descrições ou amostras destacadas dos lugares onde foram coletadas” (KURY, 2011, p. 865). O segundo tipo teria como exemplo o francês Georges Cuvier (1769 – 1832), um dos naturalistas mais poderosos do seu tempo, que não foi um viajante, pois, acreditava que seu lugar era em Paris, então capital da ciência, tendo a sua disposição as mais completas coleções de história natural do mundo para o seu estudo (KURY, 2011). Mas, segundo Mary Louise Pratt, depois de passada a fase das viagens científicas, Humboldt consolidou-se como cientista de gabinete e tornou-se uma figura ilustre nos salões científicos franceses (PRATT, 1999, p. 31). No caso de Brunet, acreditamos que a diferenciação entre “naturalista de gabinete” do “naturalista viajante” não se aplica a toda a sua trajetória. Enquanto a experiência de Brunet como naturalista na França nos parece ser mais ligada ao trabalho de gabinete, no Brasil ela tomou os dois caminhos. Como veremos ao longo desse trabalho, Brunet ao longo das suas viagens era o responsável pela coleta dos espécimes, mas também o responsável pela organização de um gabinete para a guarda e o estudo dessas coleções.

Ao decidir vir para o Brasil, Brunet juntou-se ao seleto grupo de naturalistas viajantes franceses que realizaram viagens científicas no país. Algumas delas, tornaram-se célebres pela coleta e a publicação de relatos que durante muito tempo foram as principais referências científicas e literárias sobre o Brasil no exterior. A França, ao contrário de Portugal, apoiava a publicação de informações sobre descobertas científicas pelo mundo.

No período colonial, um dos principais viajantes franceses a visitar o Brasil foi Charles-Marie de La Condamine (1701 – 1774), acompanhado de uma equipe científica patrocinada pela Academia das Ciências de Paris entre 1735 e 1744. O objetivo da viagem era realizar medições para conhecer a determinação exata do grau do arco de meridiano nas proximidades da linha do Equador e estudos sobre história natural. La Condamine publicou em 1745 um relato que é considerado uma das primeiras descrições científicas detalhadas da região (LA CONDAMINE, 1745). Segundo Mary

Louise Pratt, o maior sucesso da viagem foi o seu relato, assim como a receptividade que ele recebeu, repercutindo durante décadas na Europa (PRATT, 1999, p. 47).

Já no século XIX, destaca-se o trabalho do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire que realizou uma viagem ao Brasil entre 1816 e 1822, onde visitou as províncias do centro-sul e sudeste do país. O seu trabalho resultou na coleta de cerca de 30 mil espécimes biológicos, dos quais seis a sete mil espécies foram de plantas que foram descritas nos três volumes de *Flora Brasiliae Meridionalis*, publicados entre 1825 e 1832. Nesse mesmo período, destacam-se as viagens de: Aimé Bonpland (1773 – 1858) que visitou as margens do rio Negro, hoje zona fronteiriça entre a Venezuela, a Colômbia e o Brasil entre 1799 e 1800 durante a viagem que realizou com Alexander von Humboldt pela América do Sul; Jean-Ferdinand Denis (1798 – 1890) que esteve no Brasil entre 1816 e 1821 e publicou o livro *Le Brésil, ou, Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*³⁵, em 1822 e Alcide Dessalines d'Orbigny ([1802] – 1857), que visitou o Brasil durante a sua viagem à América do Sul entre 1826 e 1834, onde descobriu e recolheu diversas espécies biológicas até então desconhecidas.

Depois do seu pedido à presidência da Província de Pernambuco em 1850, não encontramos mais registros da passagem de Brunet pelo Brasil até 1853, quando ele foi contratado pelo presidente da Província da Paraíba, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque (1821 – 1868) para realizar uma viagem científica. Em carta dirigida ao Ministério do Império, Sá e Albuquerque recomendou Brunet por ser “de bastante conhecimento e habilidades” e que viajava a “expensas próprias” (ROSADO; SILVA, 1973, p. 31). Esta informação é importante, pois em sua grande maioria, as viagens dos naturalistas eram patrocinadas por governos ou instituições científicas, o que não foi o caso de Brunet. Esse evento marcou o início da criação de uma rede de influências pessoais com autoridades a fim de viabilizar o seu trabalho. A primeira foi com Sá e Albuquerque, que como veremos mais a frente, será um grande incentivador do seu trabalho.

Mesmo sendo considerado um dos trabalhos pioneiros de análise científica na região do sertão paraibano e adjacências, a viagem de Brunet acabou sendo mais conhecida por ter sido a responsável por revelar o pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843 – 1905), considerado um dos maiores artistas brasileiros do século XIX. Em sua passagem pela cidade de Areia, na Paraíba, Brunet o conheceu ainda menino e o contratou como desenhista da viagem. Após o fim dos trabalhos, Brunet recomendou ao presidente da Província da Paraíba, Sá e Albuquerque e ao seu sucessor, Flávio Clementino da Silva Freire (1816 – 1900) que ajudassem o jovem que não tinha recursos

³⁵ Em tradução livre: “Brasil, ou, história, modos, usos e costumes dos habitantes deste reino”.

financeiros para estudar. A presidência encaminhou o caso ao Ministério do Império que levou ao Imperador Pedro II, que permitiu o seu ingresso na Imperial Academia de Belas Artes (ZACCARA, 2011, p. 37). Pedro Américo manteve correspondência regular com Brunet até o fim de sua vida, mesmo no período em que esteve estudando na Europa.³⁶

Ainda que tenha sido financiada pela presidência da província da Paraíba e do Ministério do Império, a viagem passou pelos sertões da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Na obra “Louis Jacques Brunet, naturalista viajante” de autoria de Vingt-un Rosado e Antônio Silva, os autores a denominam de a “viagem dos vinte meses” (ROSADO; SILVA, 1973, p. 124). Segundo os autores, ela tornou-se célebre pela qualidade das coleções coletadas e pelas observações realizadas. Na obra, os autores detalharam com precisão os resultados da viagem, inclusive com a reprodução de escritos de Brunet sobre os seus trabalhos. Como não é foco da nossa pesquisa, não aprofundaremos tais informações, mas destacaremos alguns aspectos que consideramos importante para um melhor entendimento do trabalho de Brunet no Brasil. Apesar de o objetivo inicial da viagem ser muito mais de caráter observatório sobre o solo, temperatura, vegetação e altitude da região, foram coletadas diversas amostras de vegetais, fósseis, rochas e de solo.

Mesmo não existindo muitos registros de como se deu a coleta e qual foi o seu destino, uma parte desse acervo teve como destino o MN. Por ser parcialmente financiada pelo Ministério do Império, a viagem de Brunet ficou responsável pela coleta de objetos a serem destinados à instituição. Através desse trabalho, Brunet iniciou contato com Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1803 – 1866), então diretor do museu. Assim como Sá e Albuquerque, anos depois eles tornaram-se grandes aliados para o trabalho de Brunet no Ginásio. Entre 1854 e 1855, Brunet enviou ao MN uma expressiva quantidade de acervos de diversas tipologias. Em fins de janeiro de 1855, Brunet enviou uma carta a Burlamaqui noticiando a descoberta de fósseis na margem do rio São Francisco pelo juiz de direito da então Comarca de Penedo (Alagoas). Da Paraíba, Brunet enviou ao MN “três volumes” que consistiam em amostras de madeiras e minerais, um artefato de penas e diversos fósseis sendo 23 ossos de quadrúpedes, três conchas e quatro fragmentos de ictiólitos (peixes fósseis) que foram coletados também no Ceará e no Rio Grande do Norte (FERNANDES *et al.*, 2010).

Em seus trabalhos, Burlamaqui mencionou, mais de uma vez, o material enviado por Brunet ao museu, mas nem sempre concordando com os seus resultados. Sobre os moluscos fósseis, declarou que aquelas seriam as primeiras amostras brasileiras a fazer parte da coleção do Museu (BURLAMAQUI, 1856). Já sobre as amostras de solo ferroso

³⁶ A maioria das correspondências entre Brunet e Pedro Américo pode ser consultada nessa publicação: (CARTAS, 2001).

da Serra do Caxexa (Paraíba) caracterizadas por Brunet como magnéticos, Burlamaqui rechaçou veementemente tal hipótese (BURLAMAQUI, [1851-1855?], p. 156-157). Segundo Antônio Campos e Silva, a viagem de Brunet pode ser considerada a primeira grande pesquisa arqueológica e paleontológica realizada na região do Seridó, que abrange vários municípios dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba (ROSADO; SILVA, 1973, p. 135-150). Além da coleta de fósseis e outros objetos, Brunet realizou análises de gravuras rupestres encontradas durante a viagem, como a Pedra do Ingá³⁷ localizada na cidade homônima, na Paraíba, que a definiu como “entretenimento de selvagens sem ter o que fazer”. Anne Marie Pessi e Gabriela Martin, definem esse pensamento como característico de uma fase pré-científica da arqueologia nesse período, cujos cientistas não compreendiam a importância estética, arqueológica e histórica da arte rupestre (PESSIS; MARTIN; 2014, p. 27).

Outro aspecto a se destacar sobre a experiência de Brunet como naturalista é a ausência de uma publicação com o seu relato ou memória de viagem, como era o costume dos naturalistas viajantes. No período em que esteve no Brasil, Brunet pouco publicou relatos da sua experiência como naturalista, limitando-se a produzir relatórios essencialmente burocráticos que, vez ou outra, eram publicados nas partes oficiais dos jornais. No Fundo Louis Jacques Brunet do Arquivo Público de Pernambuco, encontra-se uma considerável documentação pessoal sobre Brunet, mas não foi possível localizar documentos que apresentem, com clareza, as suas posições pessoais com relação ao pensamento científico da época e as suas impressões sobre o Brasil. Rosado e Silva publicaram trechos de cartas e estudos, em sua maioria, rascunhos de textos, onde Brunet relatou informações sobre o seu trabalho e resultados sobre pesquisas. Os mesmos autores entendem, e nós concordamos, que o foco de Brunet realmente era o trabalho de coleta e a preparação de objetos e não a publicação literária e/ou científica, pois ele deixou poucos escritos sobre o seu trabalho.

Apesar da viagem de Brunet não ter sido muito conhecida em nível nacional na época, os jornais da região deram muito destaque ao seu trabalho, noticiando sua chegada em determinadas localidades e publicando parte dos relatórios que ele remetia à presidência da província. Geralmente, quando os jornais se referiam à Brunet, informavam a chegada de um “médico e naturalista francês” que estava de passagem pela cidade, despertando a curiosidade da sociedade local. Assim, frequentemente era solicitada a sua presença para pareceres técnicos ou mesmo consultas médicas (ROSADO; SILVA, 1973, p. 62). Nos jornais pernambucanos da época, a viagem de

³⁷ A Pedra do Ingá é um monumento arqueológico localizado na cidade homônima no Estado da Paraíba. É composta por uma rocha contendo inscrições rupestres entalhadas. Também conhecida como uma “itacoatiara”, nome de origem tupi que significa: itá (“pedra”) e kûatiara (“riscada” ou “pintada”).

Brunet era frequentemente mencionada, especialmente no *Diario de Pernambuco* na parte “Correspondências”, onde eram publicados cartas ou artigos de opinião. Em artigo não assinado de 14 de janeiro de 1853, e publicado na parte oficial do *Diario de Pernambuco* de 17 de janeiro do mesmo ano, foram destacadas as qualidades de Brunet e as vantagens que a viagem traria para o desenvolvimento da província:

[...] a mineralogia, a botânica, esperam ansiosas os resultados da viagem intentada por aquele naturalista, que se acha munido de todos os instrumentos necessários a tão importante viagem. E qual o que tanto tem feito em tão pouco tempo? Eis a razão do meu quase fanatismo por esse administrador; e porque amo de veras ao meu país, e beijo a mão que o beneficia, que o impele no caminho do progresso. Por essa mão cortarei a minha, porque pelo meu país dou a vida. Basta pôr hoje, pois esta já está de sofrível comprimento. Saúde, e quanto é bom lhe desejo (CORRESPONDENCIA, 1853, p. 1).

Apesar do apoio do governo da província, seu trabalho não era tão bem-visto por alguns setores da sociedade que não entendiam a razão do investimento na viagem e na coleta dos objetos, como mostra uma carta não assinada, datada de 25 de outubro e publicada no *Diario de Pernambuco* de 31 de outubro de 1854:

Vimos o naturalista Brunet, com toda sua família de bichos, e uma imensa quantidade de pedras de diversas espécies; dizem que aquele naturalista é alguma coisa no que concerne a mineralogia e zoologia, mas o que é verdade, é que ainda não se sabe que proveito teve o governo com sua viagem tão dispendiosa [...] (CORRESPONDENCIAS, 1854, p. 1).

A ampla divulgação da viagem na região, acabou projetando o trabalho de Brunet em Pernambuco. Neste período, José Bento da Cunha e Figueiredo já na condição de presidente da Província de Pernambuco, começou a trocar correspondência com Brunet sobre possíveis colaborações para o trabalho do naturalista, algumas delas publicadas nas partes oficiais dos jornais locais. Assim, iniciou-se a longa parceria entre Brunet e Figueiredo, que como veremos, será mantida pelos seus sucessores.

3.2 A criação do Museu

Como não se encontra disponível muita documentação sobre os primeiros anos de funcionamento do GP, não foi possível precisar em que momento, de fato, o “Museu” começou a funcionar. Como já foi exposto, desde o seu ingresso na instituição, Brunet trabalhou para a formação de uma coleção de história natural, apoiada pelo governo da Província e do regedor do Ginásio. A introdução de disciplinas como ciências naturais no novo currículo, acabou por criar uma demanda de espaços e acervos específicos para as aulas práticas.

Apesar da intenção, a criação desta coleção enfrentou diversas dificuldades, mas Brunet pôde contar com um grande aliado dentro do GP: Padre Joaquim Raphael da Silva, regedor da instituição desde a sua inauguração em 1855. Ambos ingressantes na instituição, o religioso, em consonância com a Diretoria da Instrução Pública e a presidência da Província, procurou viabilizar o trabalho de Brunet, em especial para a formação da coleção de história natural que ele se propôs a criar. Em carta datada de 20 outubro de 1855, poucos dias antes da contratação de Brunet, Padre Joaquim o informou que ele deveria ir dispondo os objetos indispensáveis para o ensino da segunda cadeira de ciências naturais, onde deveria entrar em exercício imediatamente (SILVA, 1855).

No seu primeiro relatório como regedor do GP datado de 30 de novembro de 1855, Padre Joaquim informou a sua preocupação com a escassez de recursos para a criação de um espaço adequado para a guarda dos objetos das disciplinas de história natural. No mesmo documento, informou que, naquele momento, Brunet não estava ensinando, mas sim preparando e dispondo os objetos para as aulas práticas (SILVA, 1856a, p. 147-155). Mas, nem sempre a relação entre eles era das melhores. Ainda em janeiro de 1856, Padre Joaquim informou ao diretor da Instrução Pública que restringiu ao máximo os “multiplicados pedidos” de Brunet, pois as despesas teriam ido além da sua previsão (SILVA, 1856b). Apesar da relação, por vezes, conflituosa entre Padre Joaquim e Brunet, as dificuldades foram superadas pela disponibilidade do primeiro em auxiliar o trabalho do professor, em especial na formação da coleção. Localizamos diversas menções à intenção de se criar um espaço que abrigasse a coleção que Brunet vinha trabalhando desde o seu ingresso ao GP, mas não conseguimos localizar registros institucionais que nos esclareçam quando, de fato, isso aconteceu. Como vimos, apesar dos esforços de Brunet, Padre Joaquim encontrou dificuldades financeiras para levar o projeto adiante, o que possivelmente atrasou os trabalhos.

O primeiro documento por nós localizado que menciona a existência da coleção formada por Brunet foi em um breve artigo publicado por *Abdalah-el-Kratif*, pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo (1814 – 1859), no folhetim *A Carteira* do jornal *Diário de Pernambuco* em 8 de fevereiro de 1857. O folhetim era conhecido por publicar artigos com crítica literária e teatral, biografia de artistas, traduções de artigos e também sobre assuntos locais (NASCIMENTO, 1968, p. 64). Cabe ressaltar que Figueiredo também era professor do GP, na segunda cadeira de História e Geografia, onde ingressou em 16 de agosto de 1855, no mesmo período em que Brunet foi contratado.³⁸ No artigo, ele

³⁸ Apesar de trabalharem na mesma instituição, não encontramos documentos que comprovem uma relação pessoal entre Figueiredo e Brunet. Como veremos mais a frente, seus artigos publicados no *Diário de Pernambuco* serão de fundamental importância para o estudo do museu nos seus primeiros anos.

relatou a existência de uma coleção de história natural que estava sendo formada no GP por Brunet:

Graças aos esforços do digno professor Brunet, já existe um núcleo considerável para a organização de um gabinete de história natural: encerra uma coleção inumerável de diversas espécies de borboletas, de passarinhos e de outros animais, tanto desta como de outras províncias do império (KRATIF, 1857, p. 1).

Alguns meses depois, Figueiredo publicou outro artigo no folhetim *A carteira* de 4 de maio de 1857, intitulado “Museu de ciências naturais do Ginásio fundado pelo professor L. J. Brunet – Ainda o Cometa de 1857”. O título do artigo já nos fornece uma informação muito importante para o nosso trabalho: o termo *museu* é usado para se referir à coleção do Ginásio, ao contrário do termo *gabinete* usado no artigo anterior. Como vimos no primeiro capítulo, no século XIX era comum o uso de termos como *museu* e *gabinete* para se referir a coleções de história natural. Como veremos mais a frente, o autor ao longo do texto também acaba utilizando os termos como sinônimos, o que demonstra essa dicotomia. Por ser mais frequentemente referido como *Museu* neste artigo e em outros documentos, neste estudo optamos por denominá-lo como *museu*.³⁹

O artigo se inicia exaltando os benefícios do estabelecimento do *Museu* para o estudo de ciências naturais e para a sociedade em si. A partir desse trecho já podemos inferir importantes informações sobre o início da instituição. O primeiro ponto a ser destacado desse trecho é o fato de o folhetim creditar a criação do *museu* à Brunet, no qual exaltou o seu empenho pessoal frente às adversidades:

O pequeno *museu* que a custa de paciência, trabalho, fadigas e privações já tem podido formar o digno professor de história natural, o Sr. L. J. Brunet que dele é encarregado, sob a direção do incansável e muito prestimoso regedor do Ginásio, nos tem vivamente interessado (KRATIF, 1857, p. 1).

Continuando a leitura do artigo, temos uma descrição feita pelo autor das coleções que o *museu* dispunha naquele momento. Apesar das descrições que o autor faz serem muito superficiais, ele nos dá uma ideia de como estas estavam agrupadas no espaço do *museu*, através das classificações taxonômicas do acervo. A primeira coleção que chama a atenção do autor é a dos insetos, em especial a dos lepidópteros (borboletas), e sobre ela escreveu:

Temos admirado entre a coleção de insetos, já numerosa, uma variedade de formas e uma riqueza de cores e de desenhos, cuja ideia precisa só a vista pode dar. Entre os Lepidópteros (Borboletas) figuram

³⁹ Retomaremos essa discussão ainda neste capítulo.

no meio das espécies mais brilhantes três ou quatro espécies de *Bombyx* indígenas, cujos bichos hão formado casulos mais ou menos próximo, poderão substituir entre nós os de *Bombyx* d'amoreira, que como toda a gente sabe, ministra ao comércio a maior parte da seda (KRATIF, 1857, p. 1).

Ao descrever a coleção, além de apreciar a sua qualidade estética, o autor acabou evocando um possível valor econômico, caso a extração do bicho da seda fosse iniciada na Província. Como veremos mais à frente, o autor usou a todo o tempo esse argumento para defender o trabalho realizado pela instituição, mas sempre apresentando os seus possíveis benefícios econômicos. Ao longo do texto, o autor vai narrando suas impressões sobre o que viu, e vai descrevendo aos poucos as coleções, que claramente estão divididas sob critérios taxonômicos. Ao descrever os *Hemeteros*⁴⁰, ele acaba evidenciando um detalhe da forma adotada por Brunet para expor os espécimes:

Temos observado ainda sobre ramos de diversos arbustos várias espécies de *Hemeteros* cujo corpo secreta em abundância uma cera branca, de que sem dúvida se tirara grande utilidade, assim que se procurar fazê-los multiplicar (KRATIF, 1857, p. 1).

Essa descrição nos mostra que Brunet utilizava dioramas para expor esses espécimes, uma tecnologia considerada inovadora naquele período. O termo *diorama*, na língua grega, significa ver através (dia significa “através” e “horama” significa “para ver”). Nos museus, esses objetos se tornam verdadeiros cenários que representam ambientes naturais e suas características museológicas. Além da representação de paisagens em superfícies bidimensionais, estão presentes nesse objeto expositivo animais taxidermizados e réplicas de organismos vegetais e minerais em tamanho real, conferindo um caráter realista (SANTOS; MARANDINO, 2019). Ao descrever a coleção de aves, o autor nos dá a informação de que o professor Brunet acabara de chegar de uma viagem ao interior de Pernambuco, de onde tinha trazido alguns pássaros para o museu. Segundo autor, lá encontrava-se a maior parte de espécie de pássaros mais notáveis da Província, como:

Entre os rapaces, citaremos *circaetes* ou pequenas águias, o urubú-rei, muitos gaviões pertencentes aos gêneros *Falco*, *Nisus*, *Milvus*, *Buteo*; grandes espécies de *Rapaces nocturnos*. Na ordem dos pássaros propriamente ditos encontram-se deslumbrantes colibris (beija flor) cujo esplendor rivaliza com os das pedras preciosas. Na ordem dos Echassiers (aves pernilongas) o grande *Tantalus* branco,

⁴⁰ Acreditamos que pode ter havido um erro de escrita por parte do autor ou publicação pelo jornal, pois não localizamos nenhum grau de classificação taxonômica denominada “Hemeteros”. O autor pode estar se referindo à ordem *Hemiptera*, a maior e mais diversa ordem de *paraneoptera* (super ordem dos insetos), mais especificamente à família *Aleyrodidae* cujas algumas espécies secretam um tipo de cera branca no corpo, semelhante à descrita no texto. Por não termos certeza sobre qual seria de fato o espécime citado, preferimos deixar no texto a nomenclatura original.

impropriamente chamado jaburu no país, diversas espécies d'Ardea ou garças, o Carão, o Ibis bronzeado, duas lindas espécies do gênero *Vanellus*, o Espanta Boiada, Tétéo, a Seriema, a Ema. Entre os Palmípedes, além das diversas espécies de marrecas, temos de mencionar o grande pato de aza branca e o ganso cor de bronze ou Putrião, pássaros tão notáveis pelo brilhantismo da plumagem quão uteis pela qualidade da carne, e que seria fácil domesticar (KRATIF, 1857, p. 1).

Como podemos notar, o autor preferencialmente utilizou uma linguagem científica ao descrever os espécimes, mas, em certos momentos, ele acabou utilizando termos vulgares, não científicos, para descrever os animais. Ao se referir aos *Echassiers* (aves pernilongas), ele utiliza o termo em francês, ao contrário do latim utilizado na taxonomia. Como a intenção não era produzir um texto científico, mas sim um artigo para um periódico popular, a escolha em variar a língua nos parece uma estratégia para deixar o texto mais próximo da linguagem coloquial. Como o autor possivelmente não tinha familiaridade com história natural, acreditamos que a escrita do texto tenha sido feita a partir de uma descrição prévia feita por Brunet da coleção, em especial pela quantidade de termos científicos utilizados, o que necessitaria um conhecimento mínimo sobre o assunto. A utilização de termos em francês ao contrário do latim, a língua científica oficial, nos parece mais um indício da colaboração de Brunet ao texto.

Finalizando o artigo, o autor descreveu dois fragmentos de um meteorito que caiu em 1842 na cidade de Cabaceiras, na Paraíba, que faziam parte da coleção do museu. No texto não são informados como e por quem se deu a coleta do meteorito, nem como ele chegou no museu. Estas informações nos indicam que a coleção, naquele momento, apresentava um caráter muito heterogêneo, contemplando acervos minerais, vegetais e animais.

Após a descrição das coleções feitas pelo autor, ele chegou à conclusão que era impossível descrever todas as coleções dispostas no Museu, e declarou: “Fora muito longo e fastidioso para o leitor continuar estas citações, achamos melhor pedir-lhe que, como nós, vá ao Ginásio admirar o museu” (KRATIF, 1857, p. 1). Esse trecho é muito importante, pois nos traz a informação de que o museu, naquele momento, já se encontrava aberto à visitação pública. Comparando com outras instituições congêneres existentes no Brasil naquele momento como o gabinete do CPII (Rio de Janeiro), o museu do GP é o único que oferecia esse serviço. Finalizando o artigo, Figueiredo informou que o museu ainda não estava completo, mas que o mesmo possuía um grande potencial e já era um orgulho para Pernambuco, enaltecendo mais uma vez o trabalho de Brunet:

O gabinete de história natural do Ginásio ainda não está completo, mas pode ser considerado como um germen fecundo para um futuro desenvolvimento grandioso, e um testemunho solene da habilidade e

dedicação do incansável professor L. J. Brunet. [...] Se Pernambuco ainda não possuía um estabelecimento deste gênero, onde se contenham os ricos tesouros que a natureza lhe concedeu com profusão, dentro em pouco, graças aos esforços deste digno professor, poderá' oferecer a' contemplação dos nacionais e estrangeiros [...] (KRATIF, 1857, p. 1).

Apesar do artigo do *Diario de Pernambuco* se apresentar como uma importante fonte para conhecermos os aspectos primitivos do museu, não podemos desvincular tal publicação com a política editorial do jornal naquele momento. Na inexistência de um “diário oficial” para dar publicidade aos atos oficiais, o jornal era contratado pelo governo da Província para a publicação de toda a documentação oficial da província como despachos e leis, prática comum nos jornais da época. Como professor do GP, é possível que o texto de Figueiredo seja uma tentativa de criar uma mídia positiva para a instituição que sempre enfrentou críticas desde a sua criação, como o mesmo afirmou no artigo:

O Ginásio, cercado na sua aurora de muitos preconceitos, contando apenas dois anos de existência, e sem um edifício conveniente, não pode ainda proporcionar as vantagens a que é destinado; contudo ninguém duvida hoje da sua necessidade e do futuro brilhante a que é destinado. [...] A ignorância, a inveja, a maledicência procuraram ao princípio desacreditar esta instituição e os indivíduos a cujo cuidado foi confiada, mas a verdade tem triunfado, e o porvir será brilhante (KRATIF, 1857, p. 1).

Mesmo que os artigos de Figueiredo possam conter elementos que possam configurar conflito de interesses, ainda assim são os documentos que nos oferecem o maior número de informações sobre a situação física e institucional do museu nos seus primeiros anos. A partir das descrições detalhadas das coleções e da sua exibição contidas no segundo artigo, se pode afirmar que por volta de 1857 a coleção já estava exposta visando apreciação pública, como mostram as descrições feitas nos artigos. Ainda que de forma incipiente, pelas descrições feitas por Figueiredo, a coleção naquele momento já tinha uma grande diversidade, com várias tipologias de acervos, organizada e exposta em um espaço destinado a tal finalidade. Como explicam Marília Petry e Vera Gaspar, a destinação de um espaço específico para a implantação de um museu na escola compõe uma questão instigante, pois, à primeira vista, indica a necessidade de instaurar processos de ensino mais concretos, criando condições para a sua realização, em detrimento de outras atividades que poderiam ser exercidas naquele espaço. As mesmas autoras explicam que esse espaço seria uma espécie de “transição entre um aparato pedagógico, que deveria oferecer a alunos e professores a possibilidade de contato direto com materiais de ensino, para uma concepção mais de espaço que guarda coisas a serem contempladas” (PETRY; SILVA, 2013, p. 92).

Nos relatórios de gestão do GP entre 1858 e 1860, encontramos elementos que confirmam o nosso argumento de que neste período o museu já tinha independência institucional. No relatório de 1858, Padre Joaquim informou à presidência que Brunet vinha “**coligindo, preparando e conservando objetos para o museu**”. No mesmo documento, solicitou a contratação de um preparador, que a seu ver, deveria ser o próprio Brunet, já que não existia alguém na província devidamente preparado para esta função (ROSADO; SILVA, 1973, p. 156). Como professor e responsável pela formação e tratamento da coleção, Brunet realizava uma tarefa dupla e oficialmente não recebia nenhuma remuneração adicional por isso. Como já foi explicado, um preparador seria o profissional responsável pelo trabalho de taxidermia das coleções de história natural. Para nós, a intenção de se contratar um profissional cuja função não estava diretamente ligada à função fim da instituição, demonstra que o museu já tinha uma organização que estava além das funções de um gabinete escolar. No relatório datado de janeiro de 1859, essa situação fica mais evidente. No documento, Padre Joaquim não só confirmou a existência do Museu como a heterogeneidade da coleção já apontada por Figueiredo em 1857:

Existe neste estabelecimento um princípio de Museu (grifo nosso), notadamente adiantado para o tempo em que começou e ainda mais em relação aos meios, que lhe tem proporcionado. Não apresenta decerto em algum de seus ramos coleções e classes completas; mas já abunda em voláteis e insetos; tem alguns peixes e quadrúpedes notáveis; também alguns crustáceos, fósseis, rochas, grande número de minerais e uma porção de plantas seção (grifo nosso) (SILVA, 1859).

No mesmo documento, Padre Joaquim pediu que a presidência designasse um orçamento próprio para o museu no valor de Um Conto de Réis por ano, quantia que a seu ver era “de pouco vulto para as necessidades da província, e suficiente para o gradual incremento do dito Museu” (SILVA, 1859). Esta informação é muito importante, pois nos mostra o grau de independência institucional que o museu já dispunha naquele momento, inclusive com a necessidade justificada pelo regedor do GP de um orçamento próprio.

Continuando o seu trabalho no GP, Brunet procurou desenvolver projetos paralelos na intenção de garantir o apoio tão necessário para os seus projetos. O mais importante projeto desenvolvido por Brunet nesse período foi uma pesquisa sobre o uso comercial da seda produzida pela *Bombyx cynthia*, conhecida localmente como “bicho-da-seda da carrapateira”. A prática de criação de bichos-da-seda, também conhecida por sericicultura, para a produção da seda crua, estava em curso há pelo menos 5.000 anos na China, onde se espalhou para a Índia, Coréia, Japão e posteriormente no Ocidente. Conhecida vulgarmente como bicho-da-seda, ela é a lagarta da espécie

Bombyx mori pertencente a essa família. Segundo Vingt-un Rosado, antes de Brunet, a Assembleia Provincial de Pernambuco em 1853 instituiu uma loteria para a fundação de um estabelecimento sericícola, a ser criado por Felipe Mena Calado da Fonseca, um importante empresário e professor local, que firmou contrato com a presidência da Província, para o funcionamento do estabelecimento que não chegou a se concretizar (ROSADO; SILVA, 1973, p. 184).

Na década de 1850, membros da *Société Impériale Zoologique d'Acclimatation* de Paris estavam estudando através de correspondentes em diversas partes do mundo a aclimação local da *Bombyx cynthia*, uma variante procedente da Índia do gênero *Bombyx*, uma mariposa pertencente à família *Bombycidae*. Através de correspondências com pesquisadores como Isidore Geoffroy Saint-Hilaire⁴¹ (1805 – 1861), presidente da Sociedade, Brunet foi convidado a participar da pesquisa em Pernambuco, onde cultivou amostras de *Bombyx cynthia* recebidas em 1856.

O estudo em questão, foi uma grande colaboração entre cientistas em diferentes partes do mundo, coordenado por Saint-Hilaire. Por ser um assunto em discussão em Pernambuco na época, Brunet aceitou participar do projeto e recebeu forte apoio da presidência para iniciá-lo. Em artigo publicado no Folhetim “A Carteira” do *Diário de Pernambuco* de 1º de junho de 1857, foi publicado um estudo de Brunet dirigido à presidência com as suas considerações sobre o assunto. Inicialmente, ele descreveu como recebeu os insetos e como procedeu a sua aclimação. Por ser abundante no sertão pernambucano, Brunet optou por utilizar a árvore da carrapateira⁴² (*Ricinus communis*) ao invés da amoreira branca⁴³ (*Morus alba*), alimento preferido do bicho-da-seda. Em suas observações, Brunet notou que o inseto se acostumou bem com o alimento e com o clima local, onde reproduziu-se com facilidade:

Como se vê, pelo que precede, a multiplicação dessa espécie de bicho da seda é extremamente rápida, porquanto no espaço de oito meses, do princípio de outubro ao de maio, obtive quatro gerações, e a quinta chegou quase ao meio do seu desenvolvimento. Um bicho da seda põe 300 ovos, pouco mais ou menos, e criando-se esse produto multiplicado por quatro gerações, obter-se-ia em oito meses 30 milhões de bicho de seda, o que seria mais que suficiente para fornecer semente a toda a América (BRUNET, 1857, p. 1).

⁴¹ Foi um zoólogo, etólogo e ornitólogo francês. Membro da Academia de Ciências de Paris, foi professor na Faculdade de ciências de Paris e professor de zoologia do Museu Nacional de História Natural. Não confundir com Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779 – 1853), naturalista francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, onde catalogou diversos espécimes biológicos.

⁴² *Ricinus communis* L., conhecido popularmente como mamona, mamoneira, carrapateira, é uma planta da família das euforbiáceas. O seu principal produto derivado é o óleo de mamona, também conhecido por óleo de rícino.

⁴³ A *Morus alba*, também conhecida como amora-branca, é uma espécie de planta com flor pertencente à família *Moraceae*. É a preferida na criação do bicho-da-seda, que se alimenta das suas folhas.

O estudo produzido por Brunet é bem extenso, e contém várias instruções técnicas de como deveria ser a aclimação da *Bombyx cynthia* e defendeu a sua exploração econômica em Pernambuco. No seu entender, além do baixo custo de produção e da farta disponibilidade da árvore da carrapateira para servir de alimentos aos insetos, ela também oferecia a possibilidade de se produzir óleo, o que seria duplamente vantajoso para o produtor (BRUNET, 1857, p. 1). No mesmo documento, também a pedido do presidente, Brunet discorreu sobre os possíveis usos comerciais da cochonilha (*Dactylopius coccus*), um pequeno inseto de onde é extraído um corante de cor carmim, muito utilizado na fabricação de pigmentos. A seu ver, a cochonilha indígena, ou selvagem, encontrava-se em abundância nos sertões, alimentando-se da Palmatória, mas não produzia um corante com a mesma qualidade da cochonilha existente no México, sendo apenas uma variante daquela, fruto do melhoramento empreendido pela humanidade.

No estudo, Brunet descreveu tecnicamente o inseto e quais seriam as melhores formas para a sua criação comercial, onde sugeriu trocar a palmatória (*Tacinga palmadora*), uma espécie de planta da família dos cactos (*Cactaceae*) de espinhos grandes e penetrantes, por outra espécie de cactos utilizada nas Ilhas da Madeira (Portugal) e Tenerife (México), que se adaptaria facilmente no sertão de Pernambuco por conta do clima árido. Assim como a *Bombyx cynthia*, Brunet defendeu a sua criação, sob o argumento de variar a economia do sertão, tão castigada pelas secas.

Os resultados obtidos por Brunet foram publicados no *Bulletin de la Société Impériale Zoologique d'acclimatation*, no artigo intitulado *Sur quelques résultats récemment obtenus a l'Égard du ver à soie du rici* em 1857, assinado por Geoffroy Saint-Hillaire, em coautoria com Ernest Kaufmann⁴⁴, John Le Long⁴⁵, Frédéric Sacc⁴⁶, Henri Schlumberger⁴⁷ e Louis Jacques Brunet. De acordo com a metodologia da pesquisa, tais cientistas realizaram os mesmos experimentos em diferentes localidades. Interessante destacar que Brunet foi apresentado como “professor de história natural do Ginásio de Pernambuco”, o único na publicação em que foi apresentada a sua filiação institucional (SAINT-HILAIRE, 1857, p. 533). No artigo, Saint-Hillaire descreveu os resultados da aclimação em diversas localidades da *Bombyx cynthia* através das experiências dos cientistas que participaram do projeto. Sobre o caso pernambucano, a partir de informações em parte transcritas no artigo de uma carta enviada à Le Long por

⁴⁴ Nessa época, era vice-presidente da Sociedade de Aclimação dos Estados Reais da Prússia.

⁴⁵ No boletim foi apresentado como antigo cônsul francês no Uruguai. Realizou algumas viagens científicas no Brasil nesse período.

⁴⁶ No boletim foi apresentado como antigo professor da Academia de Neuchâtel, na Suíça. Naquele momento ocupava o cargo de delegado da *Société Impériale Zoologique d'acclimatation* na cidade de Wesserling, na França.

⁴⁷ No boletim foi apresentado como um “proprietário” na comuna de Guebwiller, na França.

Brunet em 19 de maio de 1857, Saint-Hillaire destacou a satisfação de receber os casulos criados em tão precárias condições de trabalho:

O bicho-da-seda acaba de cruzar o Atlântico depois do Mediterrâneo; ele também existe hoje na América. A Sociedade de Aclimatização havia enviado casulos para o Brasil em várias ocasiões: uma dessas remessas, transmitidas pelo Sr. Le Long, com todas as precauções apropriadas, ao Sr. Brunet, professor de história natural de Pernambuco, totalmente bem-sucedido. O Sr. Le Long gentilmente me remeteu e tenho a satisfação de apresentar ao Conselho os casulos da quinta geração. É notável e esse fato atesta bem a rusticidade desses insetos que os bichos da primeira e quinta geração foram em parte criados a cavalo, durante as viagens a grandes distâncias que deverá fazer o sr. Brunet e durante as quais não quisera confiar suas crias a mãos estranhas⁴⁸ (SAINT-HILAIRE, 1857, p. 532-533).

Sobre a *Bombyx cynthia*, Saint-Hillaire finalizou resumindo o sucesso da pesquisa em outros locais:

Eis aqui, portanto uma espécie animal que, saída da Índia, depois de alguns anos apenas se tornou quase ao mesmo tempo europeia e africana e três anos depois americana. A natureza a fizera exclusivamente asiática; a cultura a fez cosmopolita⁴⁹ (SAINT-HILAIRE, 1857, p. 533).

Apesar dos resultados satisfatórios da pesquisa e a sua divulgação a nível internacional, não encontramos notícias sobre a implantação comercial das pesquisas realizadas por Brunet nesse período.

A partir das informações discutidas nos últimos capítulos, somado a outros documentos pesquisados, se pode discorrer, ainda que parcialmente, sobre a questão proposta para este trabalho. Com relação à formação da coleção do museu, podemos afirmar conforme foi desenvolvido nos últimos capítulos, que ela se deu para servir as aulas práticas das cadeiras de história natural no recém-criado GP, cujo projeto pedagógico foi inspirado no CPII do Rio de Janeiro, a instituição referência de ensino secundário no Império. Esta coleção, a princípio, esteve organizada em um gabinete de estudos, semelhante aos encontrados em diversas escolas da época.

Para nós, desde já, está claro que a coleção foi formada em sua grande maioria pelo trabalho de Louis Jacques Brunet, contratado para ser professor da 2ª cadeira de ciências naturais em 1855, logo após a inauguração do GP. Como vimos, quase que

⁴⁸ No original : « Le Ver á soie du Ricin vient même, après la Méditerranée, de franchir l'Atlantique ; il existe aussi aujourd'hui en Amérique. La Société d'acclimatation avait envoyé, á plusieurs reprises, des cocons au Brésil : un de ces envois, transmis par M. Le Long, avec toutes les précautions convenables, á M. Brunet, professeur d'histoire naturelle á Fernambouc, a pleinement réussi. M. Le Long a bien voulu me remettre, et j'ai l'honneur de présenter au Conseil des cocons provenant d'une cinquième génération. Il est remarquable, et ce fait atteste bien la rusticité de ces insectes, que le Vers de la première et de la cinquième de ces générations ont été en partie élevés á cheval, pendant des voyages á grandes distance qu'avait du faire M. Brunet, et durant lesquels il n'avait pas voulu confier ses élevés á des mains étrangères. ».

⁴⁹ No original : « Voici doc une espèce animale, qui, sortie, de l'Inde depuis quelques années á peine, est devenue, presque au même moment, européenne et africaine, et trois ans après, américaine. La nature l'avait faite exclusivement asiatique ; la culture l'a faite cosmopolite. »

imediatamente a sua contratação, ele começou a organizar esta coleção, inclusive com a doação de objetos por parte do governo provincial e do MN. Com relação ao processo de musealização, em 1857, data da publicação dos dois artigos de Figueiredo acima discutidos, acreditamos que de alguma maneira, a coleção de história natural concebida por Brunet, já havia evoluído e formado, ainda que de maneira incipiente, um museu de história natural. Além disso, o próprio diretor da GP, Padre Joaquim reconheceu que, em 1859, existia um museu na instituição que se encontrava em processo de formação de acervo (SILVA, 1859).

A partir da leitura das descrições realizadas por Antônio Pedro de Figueiredo (*Abdalah-el-Kratif*) no folhetim A Carteira do jornal *Diario de Pernambuco*, no qual reproduzimos parte do seu conteúdo neste capítulo, encontramos elementos que nos indicam que a coleção do gabinete, naquele momento, já havia passado por pelo menos duas das atividades específicas da musealização propostas por Stránský: a **seleção** e a **comunicação** (STRÁNSKÝ, 2005). Com relação à primeira, as fontes pesquisadas indicam que já tinha sido atribuído o potencial de musealidade a coleção, não encontrando-se mais exclusivamente como recurso didático das cadeiras de ciências naturais do GP. Com relação à segunda atividade, a comunicação, as mesmas fontes indicam claramente que a coleção já se encontrava exposta seguindo critérios museográficos. Como explica Stránský, o processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu, pois ocorre uma mudança no estatuto dos objetos, perdendo a sua função original (STRÁNSKÝ, 2005; DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Ainda sobre Brunet, a sua experiência como professor, preparador e comerciante de acervos de história natural, assim como o seu trabalho de campo na viagem que realizou entre 1853 e 1854, nos parecem ter contribuído para o seu interesse na formação da coleção. Além disso, Brunet também realizou pesquisas científicas no museu, o que, a nosso ver, é mais um indício de que Brunet e a direção do GP entendiam aquele espaço com uma função que superava a função didática original.

Como veremos no próximo capítulo, estes saberes foram fundamentais para o desenvolvimento da coleção durante o período em que trabalhou no GP. Nos próximos capítulos, aprofundaremos o processo de musealização da coleção, especialmente a partir da experiência de Brunet como naturalista para ampliar a coleção do museu que criou, nas viagens que realizou pela província de Pernambuco entre 1857 e 1858 e pelas províncias do norte do país (Pará e Amazonas) entre 1860 e 1862.

CAPÍTULO 4

AMPLIANDO A COLEÇÃO

Desde a sua contratação como professor do GP, Brunet trabalhou de modo a ampliar o acervo do museu que estava organizando. Aproveitando a sua boa relação com o meio político local, Brunet conseguiu conciliar os seus interesses científicos com as necessidades do museu propondo a realização de viagens para a coleta de acervos. A primeira viagem realizada aconteceu entre 1857 e 1858 no interior da província de Pernambuco e províncias vizinhas como Ceará, Paraíba e Alagoas. A segunda, e mais longa, foi realizada às províncias do Pará e do Amazonas entre 1860 e 1862. Como veremos a seguir, as viagens foram marcadas por dificuldades, mas também por acréscimos importantes à coleção do recém-criado museu do GP.

4.1 A primeira viagem: desbravando a província e arredores

De acordo com Lei nº 884 de 1º de outubro de 1856, o governo ficou autorizado a nomear “uma comissão de engenheiros e naturalistas que explorem o interior de algumas províncias, devendo fazer coleções de produtos naturais para o MN e para os das províncias” (BRASIL, 1856b). Não localizamos registros que informem se Brunet se ofereceu para realizar o trabalho ou o governo da província o requisitou para tal, mas o trabalho era de total interesse de sua parte. Cabe lembrar que desde a carta enviada ao presidente da província em 7 de abril de 1856 por nós, apresentada no capítulo anterior, Brunet reclamou da falta de espécimes biológicos do museu, o que, segundo o seu entendimento, prejudicava o ensino da cadeira de história natural (BRUNET, 1856).

Segundo Vingt-un Rosado, a licença original dada à Brunet foi de 4 meses e iniciou-se no dia 9 de março de 1857. Posteriormente, a licença foi renovada por mais 6 meses, concluída em janeiro de 1858, sendo novamente prorrogada até fins de junho do mesmo ano. Mas, apesar do interesse por parte de Brunet em ampliar a coleção do museu do GP, o governo da província tinha outros interesses com a viagem. Antes do fim do prazo, o presidente o designou para a examinar “a natureza e produção do terreno do centro da província”, onde ele coletou diversas amostras de solo para estudos sobre a agricultura. Além dos estudos sobre o solo, o governo pretendeu com a viagem de Brunet viabilizar a extração econômica da seda a partir da criação da *Bombix cynthia*, vulgarmente como “bicho-da-seda”. No capítulo anterior, discorremos sobre os estudos de Brunet sobre a sua aclimação em Pernambuco, sendo premiado pela publicação na França. Em carta endereçada ao Frei Caetano de Messina, pároco da então freguesia de Papacaça (atualmente Bom Conselho), o presidente interino da província Joaquim Pires Machado Portela pediu ao frade que recebesse Brunet e o ajudasse a estudar melhor o assunto:

[...] recomendei ao naturalista Mr. Brunet, que na excursão científica que agora vai fazer pelo interior da província, passe por Papacaça, e entendendo-se aí com a pessoa que V. Rvm.^a indicar, lhe dê as convenientes instruções sobre a maneira de fiar a seda dos casulos do bicho do carrapateiro (*bombix cynthia*), a fim de que as recolhidas aprendam essa nova indústria, que se deve ir introduzindo na província [...] (EXPEDIENTE, 1857, p. 1).

Após alguns meses da viagem, o trabalho de Louis Jacques Brunet começou a ser documentado pela imprensa. O *Diário de Pernambuco*, jornal que publicava as publicações oficiais do governo da província deu longo destaque à viagem. O folhetim “A Carteira” do *Diário* de 9 de maio de 1858 publicou longo artigo fornecendo várias informações sobre os trabalhos de Brunet, que naquele momento já tinha percorrido quase toda a província de Pernambuco e deixado a então freguesia de Exu (sertão de Pernambuco) e seguido em direção da então província do Piauí. Em tom elogioso, *Abdalah-el-Kratif*, pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo escritor do folhetim “A Carteira”, deu detalhes da viagem e dos resultados alcançados por Brunet. Como explicamos no capítulo anterior, apesar de não descartarmos possíveis conflitos de interesses por parte de Figueiredo, seus artigos são importantes fontes sobre os primeiros anos de funcionamento do museu do *Ginásio Pernambucano*. No artigo, Figueiredo destacou por diversas vezes o apoio do governo da província para a realização da viagem: O artigo também detalhou vários achados do naturalista, com destaque para os achados arqueológicos descobertos na Serra de Dois irmãos, território que atualmente pertence ao estado de Alagoas:

Perto da serra dos Dois Irmãos, [...], o sr. Brunet visitou na povoação do Caboclo uma alagoa afamada por se ter descoberto nela antigamente, na escavação de uma cacimba, uma ossada antediluviana. [...] O que ele achou de mais importante naquele lugar foram alguns ossos e vários pedaços do casco de um bicho, pertencente à família dos tatús, que a julgar-se do tamanho pelos pedaços do casco de mais de uma polegada de grossura, não havia de ter menos de trinta palmos de comprimento (KRATIF, 1858, p. 1).

Segundo as descrições do folhetim, até então, Brunet já contava com uma considerável quantidade de objetos coletados, contemplando coleções de minerais, de objetos arqueológicos e de animais. A todo tempo, o folhetim destacou a importância dos trabalhos, a fim de viabilizar novas atividades econômicas para a província:

A carga de minerais é composta dos ossos fósseis antediluvianos já mencionados, das rochas principais, pertencentes a várias formações geológicas da província, a várias amostras de minerais, de ferro, de ágata, de mármore brancos, cinzentos, azuis com veias brancas, cujas poderosas formações ele encontrou na barra do Rio S. Francisco. He uma riqueza importante que muito deve aumentar a prosperidade da nossa província, a revelação de uma nova indústria (KRATIF, 1858, p. 1).

Além dos acervos minerais e animais, o folhetim destacou a preocupação de Brunet em coletar acervos botânicos de diversas localidades, que viabilizariam no futuro a construção de um suposto horto botânico no Ginásio:

O Sr. Brunet traz ainda uma porção de sementes dos paus de frutos silvestres, tais como o Pequi e o Jatobá de veado da Serra de Araripe, [...], várias qualidades de pau d'óleo, e uma quantidade de arvoredos, cipós e plantas próprias para enfeitar um horto botânico, como é que se projeta fazer no Ginásio (KRATIF, 1858, p. 1).

Além dos acervos minerais e animais, o folhetim destacou a preocupação de Brunet em coletar acervos botânicos de diversas localidades visitadas, como sementes de árvores. Segundo o folhetim, tais aquisições poderiam viabilizar, no futuro, a construção de um horto botânico acadêmico no GP. Como discutiremos no capítulo, anterior esse era um desejo de Brunet desde o seu ingresso na instituição. Finalizando o artigo, o folhetim destacou a necessidade de o governo continuar apoiando financeiramente os trabalhos, a fim de que o museu do GP crescesse e dispusesse de um grande acervo:

Diz ele que quatro armários grandes não seriam suficientes para guardar o que ele conduz, e por isso lembra que se peça uma quantia a assembleia provincial. [...] Se estas diligências e esforços não forem interrompidos, a prosperidade do museu será grandiosa, e Pernambuco terá um belo estabelecimento deste gênero para oferecer a curiosidade nacional e estrangeira (KRATIF, 1858, p. 1).

De fato, mesmo estando em viagem Brunet remeteu objetos ao Ginásio Pernambucano, conforme as informações do artigo de Figueiredo. Em ofício do secretário de governo do dia 10 de junho de 1858, dirigido ao regedor do GP, deu instruções para receber as coleções remetidas (GOVERNO, 1858, p. 1). Apesar de a viagem ter contemplado essencialmente o interior da então província de Pernambuco, Brunet percorreu localidades das províncias vizinhas como Alagoas, Piauí e Ceará. Por onde passava chamava a atenção, sendo mencionado nos jornais locais como um “naturalista francês”. Um artigo publicado no jornal *O cearense* do dia 18 de setembro de 1857, nos dá uma ideia de como era a rotina de Brunet nessa viagem. Segundo o jornal, na sua rápida passagem pela cidade do Crato (Ceará), Brunet teria causado uma boa impressão, realizando atendimentos médicos sem cobrar honorários, além de ter realizado experimentos pela localidade e recolhido objetos (CRATO, 1857, p. 3).

Apesar do apoio da presidência da província e da diretoria do GP, Brunet enfrentou alguns problemas de ordem prática na viagem. A escassez de recursos para o pagamento das despesas provocou desentendimentos entre ele e o regedor do GP, Pe. Joaquim Raphael da Silva. Como bem apontou Vingt-un Rosado, o entusiasmo do

regedor com o trabalho de Brunet, arrefecia toda vez que ele solicitava mais verbas para o museu ou para as suas pesquisas (ROSADO; SILVA, 1973, p. 156). A relação dos dois teve o seu momento mais tenso quando em carta dirigida ao regedor em 29 de julho de 1858, Brunet relatou as dificuldades que estava enfrentando pela falta de dinheiro, e informou que tinha paralisado as atividades e que tinha pedido demissão do cargo de professor do GP:

Vendo-me com impossibilidade tanto de conduzir a minha família em Pernambuco que de ali estabelecer-me e sustentá-la convenientemente com a brecha que havia de fazer no meu pequeno ordenado tanto por este fim que para fazer honra as obrigações que tenho contraído [...] mande a minha demissão de lente do Ginásio ao Exmo. Snr. Presidente que vai na carta acompanhando esta (BRUNET, 1858b).

O súbito pedido de demissão de Brunet provocou um profundo desgaste na sua relação com o regedor do GP, que não aceitou o seu pedido de imediato. Para contornar a situação, ele escreveu ao presidente da província solicitando recursos para o andamento dos trabalhos, ressaltando o prejuízo que a província teria com o cancelamento da viagem. O presidente da província prometeu enviar mais dinheiro para os trabalhos e pagar as dívidas que tinha feito em nome do GP, o que o fez reconsiderar seu pedido de demissão, como informou a sua esposa em carta datada de 17 de outubro de 1858:

Prometeu-me que continuando aqui os meus trabalhos, mandava ele pagar primeiramente os gastos feitos por conta do **Museu** (grifo nosso) e que ele faria diligência para fazer pagar a parte devida do meu ordenado e que depois havia de dar participação ao ministro do acontecimento. [...] Não podendo mostrar mais de exigência, prometi de ficar e continuar os meus trabalhos (BRUNET, 1858a).

Apesar dos conflitos, Padre Joaquim continuou apoiando o trabalho de Brunet e incentivando o investimento por parte do governo. No relatório de 1857, ele elogiou o trabalho de Brunet e informou que “em lugar de ser onerosa foi útil ao estabelecimento, porque não estando ele em exercício por não lhe ter ainda chegado o ano respectivo, de lá não cessou de enviar diversos objetos” (ROSADO; SILVA, 1973, p. 155-156). No relatório de 1858, Padre Joaquim não só manteve os elogios, como propôs que Brunet assumisse o cargo de preparador do museu, com um aumento salarial para uma atividade que ele já exercia e não era remunerado, pois, não seria fácil encontrar no Brasil alguém que o igualasse em “conhecimentos a tal respeito em dedicação e zelo” (ROSADO; SILVA, 1973, p. 155-156). Conforme já discutimos anteriormente, profissionais dessa tipologia eram raros no país naquele período, e Brunet já tinha muita experiência nessa função muito antes da sua chegada ao Brasil.

Apesar de não termos localizado nenhuma listagem dos objetos remetidos por Brunet ao museu do GP, o relatório das despesas feitas a serviço da instituição relativo ao período de maio de 1857 a 5 de setembro de 1858, conservado no Arquivo do GP e no qual a reproduzimos na íntegra nos anexos, nos dá uma ideia do que foi remetido e outras informações sobre a viagem. Na listagem, são apresentados os custos para adquirir animais como alguns *mephitis*, peixes de Exu (sertão de Pernambuco), dois tamanduás-bandeira (uma fêmea), dois tatus-canastra (um velho), duas queixadas (uma fêmea), uma colhereira, um surubim, um pirá, três capivaras, uma paca, um sagui de orelhas pretas, um jucurutu e um jacaré grande. Interessante destacar que, no caso de alguns animais, ele indicou qual deles seria preservado o seu esqueleto, como o caso de uma das capivaras, a colhereira e o tamanduá-bandeira (BRUNET, 1858c). Essa listagem nos mostra que ele se preocupou especialmente com a coleta de animais, de diferentes espécies. Outro detalhe curioso dessa lista é a informação de que Brunet comprava animais vivos para prepará-los, como ele mesmo mencionou no relatório, “sem defeitos”, como um tamanduá-bandeira, comprado a seu pedido ao Padre Pedro, Vigário de Ouricuri (Pernambuco). Também são mencionados, em menor número, gastos com a compra de peixes fósseis, ossos e minerais, o que confirma a heterogeneidade da coleção formada por Brunet tão mencionada nas descrições do museu por nós localizadas.

Também é importante mencionar a alta quantia que Brunet dispendeu para a compra de materiais para a caça, preparação, conservação, e transporte dos objetos. Foram listados materiais como uma pinça, papel de embeber, arrobas de algodão, “ferros para trabalhar os peixes” e uma tarrafa (rede de pesca). Também são mencionados gastos com produtos químicos clássicos para a conservação e a preparação de materiais biológicos como “espírito de vinho”⁵⁰ (álcool), sabão arsenical⁵¹, pedra hume⁵² e espermacete⁵³. Os gastos com esses produtos fazem sentido, pois, como discutimos no capítulo anterior, além do trabalho de coleta, Brunet também era o

⁵⁰ O termo “espírito de vinho” era atribuído ao álcool etílico ou etanol, líquido inflamável muito utilizado para a preparação e conservação de espécimes biológicos. No século XIX, a substância era obtida principalmente pela destilação do vinho, daí a origem do termo.

⁵¹ Criado pelo farmacêutico e ornitólogo francês Jean-Baptiste Bécoeur (1718 – 1777), era um produto a base de arsênio para a conservação de peles e contra o ataque de insetos. Foi muito utilizado por taxidermistas no século XIX, até a primeira metade do século XX.

⁵² Pedra hume é o nome popular geralmente dado ao alúmen de potássio, substância com características adstringentes e antissépticas. Segundo o clássico “Breves instruções aos correspondentes da academia das sciencias de Lisboa”, de autoria de Domenico Vandelli publicado em 1781, a pedra hume calcinada poderia ser utilizada em uma solução para a preparação e conservação de animais de pequeno porte (VANDELLI, 1781, p. 13).

⁵³ Substância cerosa de cor clara, produzida na cabeça dos cachalotes (*Physeter macrocephalus*), utilizados para diversos fins. Pelas suas características químicas, acreditamos que ele pode ter sido usado por Brunet como um impermeabilizante de peles.

preparador dos espécimes, com muita experiência nessa atividade antes da sua chegada ao Brasil.

Para o acondicionamento dos objetos para o seu transporte, são listados materiais como algodão, “papéis de embrulho” e até couro de bezerro, este último para proteger os *mephitis* que ele enviou. Além disso, foram comprados dois caixões grandes de madeira para o transporte dos objetos. Importante também destacar os gastos com pessoal como os caçadores contratados e os “portadores”, para transporte da carga entre as cidades e Recife, além de material para caça como pólvora, chumbo e espoletas. Essas informações são importantes, pois nos ajudam a conhecer melhor o trabalho de Brunet como naturalista viajante, assim como a sua equipe de apoio. Ainda que consideremos esse documento uma fonte importante para conhecermos os resultados da viagem, o documento não deixa claro se a listagem dos objetos é definitiva, ou se só foram listados os animais e objetos comprados. Como foram listados gastos com caçadores e produtos para caça, acreditamos que possivelmente outros animais possam ter sido coletados e acabaram não sendo listados.

Apesar das dificuldades, a viagem foi duplamente benéfica para Brunet, pois ampliou e diversificou a coleção do museu, seu grande objetivo, e fortaleceu a sua popularidade com o regedor e o governo da Província. Em um relatório datado de janeiro de 1859, por nós, mencionado no capítulo anterior, Padre Joaquim afirmou que existe no GP, “um princípio de Museu, notadamente adiantado para o tempo em que começou e ainda mais em relação aos meios, que lhe tem proporcionado”. Esta informação é muito importante, pois confirma o nosso argumento de que a coleção formada por Brunet era mais que uma coleção com fins didáticos. No mesmo documento, em um tom muito crítico, Padre Joaquim criticou a Assembleia Provincial por supostamente negar ao museu “os meios de que necessita” (SILVA, 1859). Segundo ele, o Museu precisava de investimentos, para que não se perdesse o que foi feito até aquele momento e que o museu pudesse crescer:

Não exijo que se nomeie e gratifique a quem dele se encarregar porque no ponto em que se acha ainda posso velar por sua conservação; sim que a pouco a pouco se lhe deem acomodações precisas, como dois ou mais por ano; que haja com que se comprem as drogas preservativas da corrupção, tabuas, polias, arames, instrumentos para o trabalho e grande porção de algodão; e além disto algum dinheiro com que se paguem os objetos se mandam vir de diferentes partes. Portanto, se deve existir na província um Museu, que julgo indispensável no ensino de ciências naturais, se convém que se não se perca o que já se acha recolhido neste estabelecimento, por alguns entendidos na matéria avaliado em contos de réis, é de necessidade que se marque para o Museu a cota anual de um conto de réis, quantia de pouco vulto para as necessidades da província, e suficiente para o gradual incremento do dito **museu** (grifo nosso) (SILVA, 1860).

Localizamos algumas discussões em atas da Assembleia Provincial sobre iniciativas para disponibilizar dinheiro para o Museu. Na sessão ordinária de 31 de maio de 1858, foi discutida a possibilidade de autorizar uma dotação anual de 1:000\$000 (Um Conto de Réis), mas não foi aprovada (ASSEMBLEA, 1858, p. 2). Durante o período em que Brunet trabalhou no GP, essa situação se repetiu algumas vezes. Como veremos no próximo capítulo, a questão financeira sempre uma questão difícil para o museu, mas a boa vontade de Padre Joaquim foi fundamental para a sua criação.

4.1.1 O grande reconhecimento

No ano seguinte ao retorno de Brunet depois da difícil viagem ao interior da província, o GP recebeu a visita mais importante da sua história até então: o Imperador do Brasil, Dom Pedro II (1825 – 1891). Na intenção de conhecer as províncias do Império. Entre 1859 e 1860, o Imperador empreendeu uma viagem às províncias do Nordeste brasileiro, e Pernambuco foi visitada. A viagem foi anunciada pelo Imperador no discurso que encerrou a sessão legislativa da Assembleia Geral em 11 de setembro de 1859:

Para melhor conhecer as províncias do meu Império, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos, e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficam ao norte da do Rio de Janeiro, sentindo que a estreiteza do tempo que medeia entre as sessões legislativas me obriguem a percorrer somente as províncias do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, reservando a visita das outras para mais tarde (PEDRO II, 2003, p. 25).

Aproveitando o recesso parlamentar, o Imperador em companhia da Imperatriz Tereza Cristina e grande comitiva, embarcou no dia 1º de outubro de 1859 no Rio de Janeiro chegando à Bahia no dia 6, onde permaneceu até o dia 19 de novembro. Em Pernambuco, o Imperador chegou no dia 22 de novembro e ficou até o dia 24 de dezembro, quando partiu para a Paraíba. Em seguida, visitou as províncias de Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, só retornando à Corte no dia 11 de fevereiro de 1860 (GARCIA, 1925). A primeira e única passagem do Imperador pelas províncias do Nordeste tornou-se um evento de grande repercussão social. Em Recife, não se poupou esforços nos preparativos: nomeou-se uma comissão especial para a organização da visita e realizaram diversas melhorias urbanas, como a iluminação de ruas e decoração de casas (SCHWARCZ, 2008, p. 212). Como explica Lília Schwarcz, viagens como essas eram uma estratégia de consolidação do Estado Nacional, onde o Imperador aproximava o Império e os poderes locais, apresentando-se como o representante máximo do poder, preservando a e preservasse a unidade nacional (SCHWARCZ, 2008,

p. 357-358).

Durante os 31 dias em que esteve em Pernambuco, o Imperador ocupou-se de recepções oficiais e visitas aos estabelecimentos públicos como escolas, hospitais e igrejas. Também visitou outras cidades históricas pernambucanas como Olinda, Igarassu e Goiana, onde demonstrou profundo interesse pelas suas igrejas. Também visitou os Montes Guararapes, em Jaboatão, e os Montes das Tabocas, em Vitória de Santo Antão, locais das batalhas históricas que expulsaram os holandeses do Brasil em 1654 (FUNDAÇÃO, 1985, p. 61-76).

Nas escolas, assistia às aulas e examinava pessoalmente o conhecimento dos alunos, e em instituições de caridade realizava doações do próprio bolso (CARVALHO, 2007, p. 139). O GP recebeu o Imperador em duas ocasiões. A primeira aconteceu no dia 9 de dezembro de 1859, acompanhado pelo Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana (1793 – 1875) Visconde de Sapucaí e do Presidente da Província de Pernambuco Luís Barbalho Moniz Fiúza (1813 – 1866), onde foi recebido pelo regedor do GP e por todos os professores e alunos. Na ocasião, premiou com coroas de ramos de café e flores os alunos mais destacados das turmas, e como era de costume, examinou pessoalmente os alunos premiados e os professores nas diversas disciplinas ensinadas (MONTENEGRO, 1979, p. 131-133), momento privilegiado para firmar entre seus súditos a imagem de um monarca ilustrado, de um homem culto, preocupado com a qualidade do ensino ministrado (PIRES, 2007, p. 35).

Ao se deslocar pelo Império, D. Pedro II sempre levava consigo um diário, que se tornou uma marca registrada de todas as suas viagens, no Brasil e no exterior, onde anotava os aspectos naturais e econômicos das províncias, as condições dos prédios, a situação do pessoal, a qualidade da administração e a eficiência do administrador (CARVALHO, 2007, p. 139). Nos seus escritos, D. Pedro II registrou as suas visitas ao GP e comentou a sua opinião sobre os alunos e professores. Sobre Brunet ele notou que ele falava muito mal o português e pronunciava “às vezes de modo a provocar riso” (PEDRO II, 1952, p. 106). Sobre o museu, ele escreveu:

No andar térreo está a coleção de História Natural arranjada pelo Brunet: agradou-me; porém hei de ir vê-la com vagar uma tarde assim como examinar se parte não devia ter sido remetida para o Museu do Rio pelo Brunet, que recebeu dinheiro do Governo Geral para explorações científicas pelo interior de algumas das Províncias do Norte, e nada ou pouco remeteu (PEDRO II, 1952, p. 107).

Este trecho indica que o Imperador já conhecia o trabalho de Brunet, possivelmente das viagens contratadas pelas províncias de Paraíba entre 1853 e 1854 e pela província de Pernambuco entre 1857 e 1858, autorizadas pelo governo imperial. Sobre a remessa de objetos ao MN questionada pelo Imperador, não encontramos mais informações

sobre o assunto. Analisando o diário, o museu do GP e Brunet foram os principais interesses do Imperador, dedicando-os a maior parte dos seus escritos relativos à instituição. Mecenas das artes e das ciências, o interesse de Dom Pedro II pelas ciências o levou a buscar a companhia de cientistas, tanto no Brasil como no exterior, e a participar ativamente dos acontecimentos culturais e científicos mais importantes do país.

Segundo Simon Schwartzman, o apogeu da ciência imperial foi marcado pela presença ativa do próprio Imperador, pois durante o seu reinado, além de promover a criação de diversas instituições públicas ligadas à educação, arte e ciência no Brasil, tratou de consolidar instituições anteriores ao seu reinado como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o CPIL e o MN visando a formação de uma ciência nacional (SCHWARTZMAN, 2012). Além de colaborar ativamente com o MN, onde doou importantes coleções, o Imperador mantinha um museu privado no Palácio de São Cristóvão, então a sua residência oficial (SCHWARCZ; DANTAS, 2019). Mesmo com a dúvida sobre as viagens de Brunet, o Imperador fez questão de retornar ao GP no dia 14 de dezembro de 1859, desta vez por conta própria, para conhecer melhor o museu. Sobre a visita, ele escreveu:

A tarde fui ao gabinete de história natural arranjado pelo Brunet no Ginásio e depois de o examinar com atenção, tendo observado peixes fósseis em incrustações calcáreas muito curiosas apanhadas nos sertões do Norte do Brasil, creio que na Serra do Araripe e um quadrúpede entre o macaco e os carneiros chamado no rótulo Kincajú paraná, que só se encontra no sertão desta Província, informei-me do resultado das explorações do Brunet dizendo-me ele que da primeira vez fora só encarregado de explorar pontos próprios para açudes no interior da Paraíba e da segunda da coleta das diversas terras, que chegando no Recife o Presidente (ilegível) mandou deitar no aterro do cais por de traz do Palácio, não lhe abonando as despesas da condução; ficou de levar-me e eu verei a exatidão do que ele me referiu (PEDRO II, 1952, p. 128).

Como podemos ler, o Imperador deu mais detalhes sobre o Museu, inclusive mencionando alguns objetos que lhe chamaram mais a atenção. A descrição feita por ele, é muito semelhante as dos artigos de Antônio Pedro de Figueiredo publicados no folhetim *A Carteira do Diário de Pernambuco*, onde a heterogeneidade da coleção naquele momento fica muito clara. Segundo o relato, o Imperador mostra que conversou com Brunet sobre a viagem que realizou pelo interior da Província de Pernambuco e nos traz uma informação curiosa sobre o destino das amostras de solo coletadas por Brunet que, talvez por ignorância, o presidente da Província acabou por descartá-las. Essa informação é importante, pois nos mostra que, mesmo com o investimento, não existia uma estrutura que garantisse a continuidade das pesquisas que vinham sendo realizadas.

Apesar das dúvidas iniciais, o Imperador parece ter ficado muito satisfeito com o que viu. Como reconhecimento à instituição, o regedor do GP, Padre Joaquim, foi agraciado com a Ordem de Cristo e Brunet e José Joaquim de Moraes Sarmiento, os professores das cadeiras de ciências naturais, foram agraciados com a Ordem da Rosa, duas das mais importantes ordens honoríficas do Império (ROSADO; SILVA, 1973, p. 264). Padre Joaquim parece também ter ficado muito satisfeito, no relatório de gestão do ano de 1859, elogiou o museu conforme o trecho a seguir:

O Museu (grifo nosso) deste Ginásio teve a distinta honra de ser minuciosamente examinado por S. M. I., que o achou bem disposto, asseado e já em ponto superior a sua expectativa e não só aquele Augusto sr. ficou satisfeito com este nosso princípio de **Museu** (grifo nosso), como todos os que o vieram ver, os quais desta vez foram em crescente número (SILVA, 1860).

O mesmo relatório nos traz mais informações importantes sobre o funcionamento do museu no ano de 1859. Segundo Padre Joaquim, foram adquiridos dois novos armários para acomodar 49 objetos recebidos, sendo 4 novos e outros que estavam no depósito. Não foi informado no relatório quais seriam a sua origem. Padre Joaquim também informou que duas gavetas foram enchidas com “objetos miúdos” como lagostins e diversas espécies de crustáceos. Novamente, ele pediu mais recursos à Assembleia Provincial para que o museu pudesse “realçar a província” (SILVA, 1860). Essas informações são muito importantes, pois mais uma vez confirmam o nosso argumento de que o museu já era uma espécie de departamento do GP, necessitando de um orçamento específico para o seu funcionamento, como atestou Padre Joaquim.

4.2 A segunda viagem: rumo ao norte do país

Em fins de 1859 e início de 1860, a popularidade de Brunet nunca esteve tão alta em Pernambuco. Após a viagem ao interior, que aumentou consideravelmente o acervo do Museu do Ginásio e o sucesso da visita do Imperador, Brunet recebeu fartos elogios das autoridades pernambucanas pelo excelente trabalho que vinha desempenhando. Com o prestígio em alta, ele aproveitou a oportunidade para realizar uma nova viagem, desta vez, para a região amazônica. Até então uma das regiões mais desconhecidas do mundo, a região sempre exerceu fascínio sobre exploradores e homens de ciência que realizaram viagens desde o início da colonização brasileira no século XVI.

Com o argumento de ampliar a coleção do museu e considerando o baixo número de alunos matriculados na disciplina de ciências naturais por ele ministrada, Brunet encaminhou ao presidente da província o requerimento nº 689, de 14 de fevereiro

de 1860, onde solicitou licença do seu cargo e auxílio financeiro para uma viagem científica:

Luiz Jacques Brunet, professor de história natural do Ginásio, pedindo que atendendo-se ao diminuto número de alunos que frequentam este ano a sua aula, e a necessidade de prover o respectivo número dos elementos precisos para o estudo daquela ciência, se lhe encerre a aula, ministrando-se lhe os meios para uma viagem ao Amazonas, a fim de adquirir as numerosas coleções de objetos de que ainda precisa o **museu** (grifo nosso) (GOVERNO, 1860a, p. 1).

O requerimento veio acompanhado de uma carta, em uma linguagem mais pessoal, onde ele justificou mais uma vez o seu pedido e relatou suas preocupações com o seu trabalho. No documento, Brunet fez uma explicação detalhada de como funcionava o ensino da disciplina de ciências naturais e propôs um rearranjo do calendário, que segundo ele, não prejudicaria as atividades, já que só tinham dois alunos matriculados. Ainda sobre a disciplina, ele solicitou a criação de um gabinete com instrumentos de física e química e novamente recomendou a criação de um jardim botânico para auxiliar nas aulas de botânica. Na carta, Brunet informou que o presidente da Província do Pará, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, havia prometido apoio no caso da presidência de Pernambuco aceitar o pedido (BRUNET, 1860).

Meses antes de formalizar o seu pedido de licença, Brunet entrou em contato com Sá e Albuquerque, que havia assumido em outubro de 1859 a presidência da Província do Pará para lhe pedir apoio. Desde que chegou ao Brasil, Brunet sempre buscou a proteção financeira dos políticos locais para a realização dos seus trabalhos, e Sá e Albuquerque que mais colaborou com ele. Entre 1851 e 1853, período em que ocupou o cargo de presidente da Província da Paraíba, apoiou financeiramente os trabalhos de Brunet que trabalhava de forma autônoma na região. Apesar de não trabalharem juntos havia muitos anos, ambos trocavam correspondência regular entre si, onde trocavam opiniões sobre diversos assuntos como política e ciência.⁵⁴

Utilizando-se da sua influência pessoal, Brunet propôs um acordo com Sá e Albuquerque para coletar objetos de história natural para o GP em troca de também coletar objetos para a Província do Pará e realizar pesquisas científicas. A ideia não era nova, visto que ainda em 1854, Sá e Albuquerque ofereceu a Brunet proteção para ele realizar uma viagem ao Pará para realizar suas pesquisas caso assim o desejasse, mas com a sua contratação como professor do GP o projeto foi adiado. Sá e Albuquerque aceitou a proposta de imediato, lhe prometendo apoio financeiro e hospedagem no Palácio do Governo (ALBUQUERQUE, 1860a, p. 51).

⁵⁴ Parte dessa correspondência encontra-se arquivada no Fundo Louis Jacques Brunet do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

O projeto de Brunet aconteceu em um contexto de mudanças nas políticas econômicas na província do Pará. Nelson Sanjad explica que desde a década de 1850, foram realizadas iniciativas no intuito de incentivar as ciências naturais na Província, com a intenção de aumentar o desenvolvimento econômico por meio da agricultura e da industrialização de produtos nativos. Nesse período, a agricultura foi colocada em segundo plano, mesmo em crescentes lucros, em benefício da extração da seringueira. Tal política gerava conflitos, sobretudo pela discordância entre os presidentes (que geralmente eram de outras localidades) e deputados provinciais que enxergavam o retorno à agricultura como um atraso, visto os enormes lucros que a extração da seringueira vinha proporcionando à Província. Além da contratação de Brunet, em 1860, foi criada a Escola Rural Pedro II, em conformidade com a política imperial de incentivo à agricultura brasileira.⁵⁵

Em um rascunho de uma carta, possivelmente para ser enviado à Sá e Albuquerque, e reproduzido na obra de Vingt-un Rosado e Antonio Silva, Brunet propôs uma parceria entre as Províncias de Pernambuco e do Pará, para que ele pudesse estender as suas pesquisas, visto a exiguidade de recursos que a primeira o oferecia. No mesmo documento, Brunet destacou as vantagens que a Província teria caso o contratasse, em especial pela possibilidade de ampliar o conhecimento sobre as plantas da região que seriam aclimatadas no Jardim Botânico da cidade:

O Jardim Botânico do Pará espera muitas plantas interessantes que crescem naturalmente sobre o território da Província do Amazonas. Quase todas as árvores frutíferas indígenas, os tubérculos alimentícios, as plantas (ilegível) têxteis, tintoriais e medicinais faltam aí; e não seria sem interesse para a ciência nem sem utilidade para o futuro reuni-las e estudá-las enquanto as cultivando numa escala um pouco desenvolvida. A Província teria um potente meio de troca que lhe permitiria obter de lugares distantes e quase sem despesas vegetais exóticos os mais preciosos cuja introdução na Província aumentaria suas riquezas vegetais (ROSADO; SILVA, 1973, p. 279).

A partir deste trecho, fica claro que Brunet sabia da política econômica praticada na Província, e a usou como argumento para pleitear o acordo com Sá e Albuquerque. Cabe ressaltar que além da sua amizade com o presidente, que o mantinha informado sobre a política nacional e local, Brunet mantinha constante correspondência com outro naturalista francês que tinha trabalhado na Província do Pará, Louis Arsène Onessim Baraquin, contratado anos antes como responsável pelo Jardim Botânico de Belém.⁵⁶ Cabe ressaltar que Baraquin também colaborou com o MN mesmo não sendo oficialmente contratado, onde coletou produtos de geologia, zoologia e botânica,

⁵⁵ Sobre esse assunto recomendados a seguinte leitura: SANJAD, 2010, p. 45-46.

⁵⁶ A maioria dessa correspondência encontra-se arquivada no Fundo Louis Jacques Brunet do Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

posteriormente recebendo o título de adjunto naturalista viajante do museu (LOPES, 2009, p. 99).

A princípio, o presidente da província de Pernambuco hesitou com o pedido de Brunet, mas concordou em ouvir o diretor da Instrução Pública Jerônimo Villela de Castro Tavares, que não se opôs, e o regedor do GP, Padre Joaquim, que não só confirmou as informações prestadas por Brunet ao presidente da Província como justificou a importância da viagem para o museu, pois ele não se prestava devidamente ao “fim de sua instituição” (SILVA, 1860a). Cabe lembrar, que Padre Joaquim sempre foi um dos maiores entusiastas da criação do Museu e do trabalho de Brunet, favorecendo, no possível, as suas atividades. Após a concordância dos seus superiores, Brunet teve seu pedido deferido pelo governo da província, em ofício dirigido ao regedor do Ginásio e publicado na parte oficial do *Diário de Pernambuco* de 20 de março de 1860:

S. Exc.^a. o Sr. presidente da província, concedeu licença ao professor Luiz Jacques Brunet, para ir às províncias do Pará e Amazonas, onde poderá demorar-se este ano afim de promover aquisição de objetos para o museu daquele Ginásio recebendo todos os seus vencimentos durante essa comissão (DIRECTORIA, 1860, p. 1).

Após a liberação oficial da presidente da Província de Pernambuco, Sá e Albuquerque anunciou formalmente a contratação de Brunet, que realizaria uma viagem pela Província, na região do Rio Amazonas e seus afluentes, justificada pela intenção de “com meios seguros de promover [no Pará] a exploração de objetos pertencentes aos três reinos da natureza, tão abundantes aqui, e tão desconhecidos ao mesmo tempo” (ALBUQUERQUE, 1860b, p. 51).

Pelo acordo, as pesquisas de Brunet teriam os seguintes objetivos: coletar e estudar rochas e minerais de consideradas pelo presidente como de “útil aplicação” para construções como mármore e granitos; coletar sementes de frutos oleosos das espécies mais abundantes da província; o terceiro coletar frutos e raízes alimentícias; o terceiro, sementes de produtos que constituíam a indústria agrícola do país na época como o cacau e a goma elástica, etc.; o exame da qualidade e aptidões de terrenos das diferentes localidades da Província; realizar observações sobre as aves e peixes, que por seus préstimos e usos mereceriam maior cuidado na sua “conservação e reprodução”, além de “quaisquer objetos que sendo hoje mal conhecidos forem de grande e pronta utilidade pública”. Brunet também se comprometeu ainda a realizar outros estudos, que a qualquer tempo, lhe fossem determinados pela presidência e manteria correspondência com o governo, devendo lhe apresentar todos os resultados de estudos e observações que fossem de seu interesse. Tais documentos deveriam

designar os lugares nos quais se encontram os objetos estudados e uma análise qualitativa das “terras, matas ou rios” visitados (GOVERNO, 1860b, p. 2).

Apesar do acordo entre Sá e Albuquerque e Brunet visar muito mais ampliar o conhecimento sobre as potencialidades econômicas da Província, em ofício dirigido do juiz da Comarca de Santarém em 30 de abril de 1860, ele declarou que parte dos objetos que seriam coletados iriam compor um futuro museu a ser criado na capital. Assim, a “coleta, a conservação e a exposição dos produtos naturais” poderiam, de acordo com a visão propagada por Sá e Albuquerque, contribuir para o “progresso local e para a civilização da província” (ALBUQUERQUE, 1860c, p. 2).

Para a realização dos trabalhos, a Província do Pará pagaria uma gratificação mensal de 100\$000 réis à Brunet como auxílio, já que ele continuaria recebendo seu salário do GP e daria passagens gratuitas nos vapores para a sua locomoção. A confiança do presidente em Brunet era de modo tão particular que em seu relatório de trabalho ao entregar a gestão em 1860 afirmou que contratou Brunet sem autorização da Assembleia Provincial, e mandou pagar a sua remuneração sob a sua responsabilidade. No mesmo documento, ele reconheceu que a sua atitude não tinha respaldo na lei, mas autorizou “tendo em vista o progresso e o desenvolvimento da província” (ALBUQUERQUE, 1860b, p. 2).

O Barão de Arary, Antônio Lacerda de Chermont (1806 – 1879), rico fazendeiro da Província do Pará, se ofereceu para pagar a fiança em nome do presidente, o que possibilitaria continuar a missão, caso a despesa não fosse aprovada pela Assembleia. O Barão era conhecido por ser participativo nas políticas regionais, ajudando financeiramente em obras de infraestrutura locais em troca de apoio político e social, além de proteger financeiramente naturalistas que visitavam à província (BATISTA, 2004, p. 190). Em uma região ainda pouco estudada geograficamente, cortada por grandes rios e de difícil acesso, uma missão que pretendia realizar o reconhecimento de recursos naturais e o reconhecimento dos seus rios, as principais vias de transporte, deve ter chamado a atenção do Barão para possíveis novos investimentos.

4.2.1 Naturalista Viajante do Museu Nacional

Mesmo com a licença do GP e a sua contratação pela província do Pará, os recursos disponibilizados pelas instituições foram considerados insuficientes por Brunet, o que o levou novamente a mobilizar a sua rede de influências para viabilizar os trabalhos. Desta vez, a parceria estabelecida foi com o MN, na época dirigido por outro velho conhecido de Brunet, Frederico Leopoldo César Burlamaqui. Anos antes, Brunet havia colaborado com o museu quando ainda trabalhava para a Província da Paraíba,

onde chegou a enviar amostras de fósseis e minerais para a sua análise. Burlamaqui também havia colaborado com Brunet quando já estava contratado como professor do GP, enviando para a instituição várias amostras botânicas em 1856.

Segundo Maria Margaret Lopes, sob a gestão de Burlamaqui, procurou-se viabilizar o novo ideal de funcionamento do museu implementado por seu antecessor, Frei Custódio Alves Serrão (1799 – 1873), que objetivava melhor acomodar e conservar as coleções. Uma das suas grandes contribuições, foi a aquisição de acervos de história natural brasileira, cuja ausência era alvo de críticas de viajantes que visitavam o museu, sobretudo estrangeiros (LOPES, 2009, p. 96-98). Burlamaqui procurou investir na contratação de naturalistas viajantes a fim de ampliar o acervo de história natural da instituição. Cabia a eles, geralmente funcionários externos do museu, a prestação de serviços a eles incumbidos pelo Diretor-Geral (LACERDA, 1905, p. 41). Entre 1842 e 1843, Estanislau Joaquim dos Santos Barreto e em 1847, o Coronel Francisco Raimundo de Faria realizaram viagens à Amazônia para formaram uma coleção zoológica. No “Relatório dos Trabalhos Executados no Ano de 1850”, ele insistiu na nomeação de um naturalista, suficientemente habilitado nos diversos ramos das ciências naturais que viajasse pelas províncias do Império, que não seria só útil ao museu, mas também para a indústria nacional agrícola e de mineração (LOPES, 2009, p. 98).

Segundo Maria Margaret Lopes, a partir da década de 1850, foram contratados naturalistas estrangeiros, em sua maioria franceses, sendo empregados em comissões pelo MN e forneceram grande parte das coleções que se formaram naquele momento (LOPES, 2009, p. 98). Na primeira metade do século XIX, a coleta e a classificação de espécimes biológicos do interior do Brasil eram escassas, restando ao museu contratar viajantes estrangeiros e naturalistas que residiam no Brasil para realizar esse trabalho. No MN, o cargo de naturalista viajante era indicado àqueles com formação e conhecimento das ciências naturais, que fosse habilitado para preparar coleções de diferentes tipologias provenientes das diversas províncias do Brasil, para posteriormente enviá-las à instituição (SOUZA, 2017).

Desde o seu início, o MN recebeu objetos de história natural de naturalistas estrangeiros que doaram importantes coleções em troca da subvenção do governo imperial para as suas viagens, dentre eles Georg Heinrich von Langsdorff - Barão de Langsdorff (1774 – 1852), Johann Natterer (1787 – 1843) e Augustin François Cesar Provençal de Saint-Hilaire (1779 – 1853). Mas só em 1829, o Museu contratou um naturalista a seu serviço, o italiano Francisco Ricardo Zani. Tendo como auxiliar o preparador Estanislau Joaquim dos Santos Barreto, foi encarregado de formar uma coleção zoológica em uma exploração na Amazônia (LEITÃO, 1937, p. 174). Um dos

principais naturalistas viajantes franceses contratados por Burlamaqui foi Jean-Theodore Descourtilz (c. 1796 – 1855), nomeado adjunto da sessão de Zoologia por decreto imperial de 31 de julho de 1854 até 13 de janeiro de 1855, quando veio a falecer em uma viagem à Província do Espírito Santo. Especialista em ornitologia, publicou importantes obras sobre as aves brasileiras como: *Oiseaux Brillants et Remarquables du Brésil* em 1834, considerado, até então, um dos álbuns ilustrados mais raros de história natural do país e *Ornithologie Brésilienne*, publicado em 1854 (STICKEL, 2004, p. 180). Após a morte de Descourtilz, outro francês foi contratado como naturalista viajante do Museu, Alfred Sohier de Gand, naturalista e comerciante de espécimes botânicos e zoológicos, encarregado de colher material para o MN nas províncias do Pará e Amazonas em 1855 (LOPES, 2009, p. 98).

Em portaria do Ministério do Império datada de 21 de abril de 1860, Louis Jacques Brunet foi nomeado viajante adjunto do MN, com remuneração anual de 800\$000 (Oitocentos Mil Réis). Com mais essa parceria, a coleta de objetos realizada por Brunet não estava somente endereçada a Pernambuco, mas também com outras instituições das províncias visitadas e o MN. Como veremos mais adiante, essa colaboração interinstitucional foi um dos maiores legados do trabalho de Brunet no GP.

4.2.2 Pará e Amazonas

A “Revista Diária” do *Diario de Pernambuco* de 17 de abril de 1860 noticiou o embarque de Brunet, de sua esposa Custódia e três criados, no vapor Tocantins, em direção “aos portos do norte”. No dia 25 de abril do mesmo ano, o governo autorizou o adiantamento da quantia de 1:000\$000 (Um Conto de Réis), para a compra dos primeiros materiais necessários para os trabalhos (PASSAGEIROS, 1860, p. 2). Brunet chegou em Belém no dia 22 de abril de 1860, hospedando-se inicialmente no Palácio do Governo, o que a nosso ver, demonstra o prestígio que ele tinha com Sá e Albuquerque. Apesar de Brunet ter contado com seu grande apoio, ele foi exonerado do cargo de presidente da província poucos dias após a chegada de Brunet, em 12 de maio de 1861. Como veremos mais adiante, seus sucessores mantiveram o seu apoio ao projeto, o que permitiu, mesmo com as dificuldades, a sua conclusão.

Apesar de a viagem ter sido inicialmente contratada pela província do Pará, ela foi realizada em sua grande parte na província do Amazonas. No período em que esteve na localidade, Brunet contou um apoio interinstitucional para viabilizar o seu trabalho. Entre 1860 e 1863, existiu uma intensa troca de correspondência oficial entre as três províncias (Pernambuco, Amazonas e Pará), informando providências tomadas como o transporte de Brunet entre as localidades por ele visitadas e o transporte das cargas

com os objetos. Também localizamos referências relativas ao envio de materiais e o envio de trabalhadores para auxiliarem no seu trabalho (EXTRACTO, 1860a, p. 3). Além disso, foram emitidas portarias em seu favor, como a que colocou a sua disposição os Diretores de Índios⁵⁷ da província para que prestassem o auxílio que lhe fossem requisitados (EXTRACTO, 1860b, p. 3).

Mesmo com a saída de Sá e Albuquerque da presidência da província, os políticos paraenses mantiveram o interesse no trabalho no Brunet. Um deles foi o então chefe da Repartição de Obras Públicas, José Coelho da Gama e Abreu - Barão do Marajó (1831 – 1906), que também ocupava o cargo de professor do Ginásio Provincial do Pará. Ao mesmo tempo, em que se dedicava a uma intensa atividade política, ele também exercia grande atividade intelectual se destacava como sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (COELHO, 2015). Gama e Abreu assumiu a direção da Repartição de Obras Públicas em 1855, sendo responsável por importantes obras na Província como a recuperação do Jardim Botânico que naquele momento encontrava-se em péssimo estado de conservação, ampliando o terreno e contratando jardineiros franceses para a sua manutenção (SANJAD, 2001, p. 158 – 162). Seu interesse por coleções de história natural já era conhecido desde 1856, quando propôs ao então presidente da Província do Pará, Sebastião do Rego Barros (1803 – 1863), criar um museu em Belém para “recreio e instrução da população” (SANJAD, 2010, p. 44).

Ao tempo que as coleções que Brunet formava na viagem, elas eram enviadas à Repartição de Obras Públicas, dirigido por Gama e Abreu, que se preocupou em dar uma guarda adequada a esses objetos, tendo requisitado a compra de uma estante envidraçada para este fim (AMARAL, 1861, p. 15). Com a intenção de aproveitar essas coleções, os deputados, Joaquim José de Assis e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (1829 – 1888), ambos professores do Liceu Paraense, propuseram um artigo aditivo à Lei do Orçamento Provincial de 1862, autorizando a quantia de 600 mil réis para a instalação de um museu de história natural. O aditivo foi aprovado, mas o museu não foi criado por razões de economia (SANJAD, 2010, p. 47). Em sua tese de doutorado, Nelson Sanjad entende a contratação e a formação das coleções por Brunet no Pará como uma das iniciativas que antecederam a criação, anos mais tarde, do Museu

⁵⁷ Criadas a partir do Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, as Diretorias gerais de índios deveriam ser estabelecidas em todas as províncias brasileiras e tinha por função administrar o estabelecimento dos aldeamentos e a política de catequese e “civilização” dos indígenas (CABRAL, 2016).

Paraense em 1866 pela Associação Filomática, idealizado pelo naturalista e político Domingos Soares Ferreira Penna⁵⁸ (1818 – 1888) (SANJAD, 2010, p. 47-48).

No capítulo intitulado “A fase amazônica” da obra “Louis Jacques Brunet, naturalista viajante”, Vingt-Un Rosado e Antonio Silva trazem importantes informações sobre a viagem, a partir da documentação atualmente preservada no Arquivo Público de Pernambuco. Como não é o foco do nosso trabalho desenvolver o trabalho de Brunet como naturalista, vamos focar nos resultados da viagem a partir dessa obra e a sua importância para o Museu do GP. Segundo os autores, Brunet enfrentou diversos problemas de ordem financeira, principalmente pela demora do governo imperial em formalizar a sua contratação como naturalista do MN. Também sofreu com doenças que paralisaram as suas atividades por alguns períodos.

Brunet também frequentemente reclamava com Padre Joaquim sobre a demora da presidência da Província de Pernambuco em enviar os recursos prometidos. Mesmo sendo um projeto de colaboração interinstitucional, houve constantes atrasos para a remessa de materiais e dinheiro de todas as instâncias envolvidas. Do Recife, Padre Joaquim foi um dos mais empenhados em resolver o problema dentro das suas possibilidades. No Arquivo Público do Pará, localizamos documentos que mostram o envio de materiais para taxidermia por parte do GP, como pedra hume e “espírito de vinho”, materiais clássicos para a conservação e a preparação de animais, assim como “barricas” e tábuas de madeira, possivelmente para fabricar caixas para transporte dos objetos coletados (OFÍCIO, 1861b).

Apesar das dificuldades, Brunet conseguiu enviar em outubro de 1860 quatro caixas com “objetos de história natural”, sendo uma destinada à Província do Pará, duas ao GP e uma ao MN (EXTRACTO, 1860c, p. 2). Em novembro do mesmo ano, a carga chegou ao Ginásio com os seguintes animais:

- **Quadrúpedes** - 1 anta, 2 grandes veados, 1 casal de tartarugas, 1 cagado, 1 maracajá, 1 guaxinim preto de cabeça branca, 1 cutia, 3 macacos pequenos;
- **Peixes** – 1 pirarucu grande, um pouco deteriorado e um outro peixe;
- **Répteis** – 1 cobra;
- **Pássaros** – 1 águia, 1 anum-rei, 6 da família dos tucanos, 2 papagaios, 4 da família “dos perdizes” e 70 menores de diversas famílias (ROSADO; SILVA, 1973, p. 286-287).

No relatório de gestão para o ano de 1860, Padre Joaquim confirmou o recebimento desses objetos no dia 24 de novembro, mencionado a existência de “muitos e estimáveis objetos de ornitologia e alguns de zoologia, avultando entre estes uma bem

⁵⁸ Natural de Mariana (MG) e radicado em Belém (PA), Ferreira Penna foi um político, professor e naturalista brasileiro. Inspirado pela passagem do naturalista suíço por Belém do naturalista Louis Agassiz, foi um dos fundadores da Sociedade Filomática em 1866, que daria origem ao Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi), onde tornou-se o seu primeiro diretor.

crescida anta” (SILVA, 1860). Também encontramos registros de que entre 1861 e 1862 Brunet enviou outras cargas ao GP, como uma onça suçuarana e um jacaré (SILVA, 1862) de 16 palmos de comprimento⁵⁹ (aproximadamente 3,6576 metros), mas a listagem acima é o documento por nós localizado, que apresenta de maneira detalhada os objetos enviados por Brunet. Pelas dimensões apresentadas e por ser mencionado várias vezes a sua existência em documentos localizados e em fotografias antigas, acreditamos que o espécime é o mesmo que se encontra conservado atualmente na instituição (Figura 02). Outro indício de que se trata do mesmo espécime, é que o exemplar do museu é um jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), uma espécie de grandes proporções, podendo atingir até 4,5 metros de comprimento, muito encontrado na região da bacia amazônica.

Figura 03. Jacaré pertencente ao acervo do Museu Louis Jacques Brunet



Fonte: O autor, fev. 2022.

Mesmo não sendo um documento que apresente de maneira definitiva os

⁵⁹ A medida em palma fazia parte do sistema métrico oficial português e foi incorporado ao Brasil durante a colonização. Equivalia a aproximadamente 22 cm. O Brasil só adotou oficialmente o sistema métrico em 1862.

acervos coletados, somado as informações presentes nos relatórios de Padre Joaquim, podemos fazer algumas considerações sobre os resultados da viagem para o museu. Assim como na listagem que localizamos da viagem realizada pela província de Pernambuco e arredores entre 1857 e 1858, identificamos uma predominância do número de espécimes de aves em comparação com outras classes de animais. Acreditamos que existia por parte de Brunet um interesse pessoal no assunto, pois conforme o anúncio que identificamos da sua loja em Paris na década de 1840, ele era apresentado como especialista no assunto. Importante destacar que, até hoje, a coleção de aves é a maior do Museu do GP, ocupando diversos armários.

Outra informação importante que podemos extrair do documento é a preocupação com a coleta de espécies endêmicas da região amazônica como o pirarucu (*Arapaima gigas*), um dos maiores peixes de água doce do planeta. Atualmente, o museu conserva um exemplar dessa espécie (Figura 03), cuja tradição da instituição diz que foi proveniente da viagem de Brunet à região. Não encontramos registros que provem essa afirmação, mas, assim como o jacaré, eles são mencionados em fontes documentais desde o século XIX. O inventário do museu datado de 1933, o mais antigo por nós localizado, menciona a existência do pirarucu e o jacaré como peças únicas (GUIMARÃES, 1933). Por se tratar de uma espécie de uma região tão específica e que os sucessores de Brunet na instituição não realizaram viagens para lá, há uma possibilidade de que, de fato, sejam do período em que estamos trabalhando.

Figura 04. Pirarucu pertencente ao acervo do Museu Louis Jacques Brunet



Fonte: O autor, fev. 2022.

No acervo do Museu também se encontram outros animais cujas espécies são endêmicas da região amazônica, mas a ausência de documentação sobre o acervo nos impede de fazer afirmações sobre as suas origens. Como a viagem também foi patrocinada pelo MN e a Província do Pará, Brunet também enviou acervos a essas instituições. Vingt-un Rosado localizou documentos que mostram que Brunet enviou ao museu pelo menos três cargas entre julho e outubro de 1861 com acervos de diversas tipologias, principalmente botânicos. O autor também localizou cartas trocadas com Burlamaqui com instruções e pedidos de coleta de espécimes (ROSADO; SILVA, 1973, p. 286). Infelizmente, a ausência de documentação preservada do Ginásio Pernambucano e o incêndio do arquivo do MN, que possivelmente guardava informações sobre a viagem, não nos possibilitou conhecer melhor os seus resultados. No Arquivo Público do Pará, localizamos uma listagem (OFÍCIO, 1861a) com muitas sementes enviadas por Brunet à Diretoria de Obras Públicas da Província, mas não encontramos registros sobre outras tipologias de acervos que Brunet possa ter enviado ou sobre os estudos originalmente previstos no contrato inicial de trabalho.

Ao tempo que as cargas enviadas por Brunet chegaram ao GP, a instituição preparou-se para recebê-los. O expediente do dia 1º de agosto de 1861 do governo da província e publicado no *Diário de Pernambuco* em 5 de agosto do mesmo ano, autorizou a compra de armários para acomodar a crescente coleção (GOVERNO, 1861, p. 1). Segundo Rosado e Silva, o final da viagem foi melancólico, pois devido aos constantes atrasos de pagamento por parte do governo imperial e da província do Pará, seu trabalho foi muito prejudicado. Ainda que tenha conseguido enviar várias cargas com objetos ao GP, Brunet também perdeu vários espécimes zoológicos pelas precárias condições de trabalho a que foi submetido (ROSADO; SILVA, 1973, p. 289-290). Brunet retornou a Pernambuco no dia 2 de fevereiro de 1862, onde reassumiu imediatamente o seu trabalho. A viagem foi formalmente extinta no dia 17 de fevereiro do mesmo ano, a partir de aviso do Ministério do Império (RAMOS, 1862, p. 21).

A partir das informações apresentadas nesse capítulo, pudemos compreender melhor o trabalho de Brunet como naturalista e a sua importância para a formação museu, objeto do nosso estudo. Nesse período, materiais coletados por naturalistas contribuíram para a criação ou a ampliação de muitos museus em várias partes do mundo. Conforme discutimos anteriormente, a clássica diferenciação do “naturalista de gabinete” do “naturalista viajante” não se aplica completamente a Brunet ao longo da sua trajetória profissional. Além de ser um naturalista viajante, Brunet também era o

responsável pelo processo de preparação, conservação dos espécimes e pela formação e classificação da coleção do museu, trabalho mais característico do naturalista de gabinete. Cabe também destacar que Brunet não deixou publicado nenhum relato, ou memória, das suas viagens no Brasil, como era o costume dos naturalistas da sua época, limitando-se aos escassos relatórios por nós citados. A coleta de objetos por naturalistas foi uma estratégia recorrente por museus de história natural no Brasil nesse período, especialmente por parte do MN, que como vimos, utilizava-se dos seus serviços com frequência. Como vimos, a segunda viagem de Brunet, permitiu que o GP formasse uma rede de colaboração que possibilitou a coleta de acervos para diversas instituições. Ainda sobre a instituição, essa atividade nos parece ser mais um indício de que a sua musealização se assemelha do modelo de um museu de história natural e não de um museu escolar. A realização dessas viagens por Brunet foi a estratégia mais eficiente para a ampliação do acervo do museu, além de terem sido um importante meio de visibilidade ao seu trabalho. No próximo capítulo, discutiremos o período final do trabalho de Brunet no GP e o seu legado para a instituição.

CAPÍTULO 5

A CONSOLIDAÇÃO DO MUSEU

A década de 1860 iniciou-se com muitos desafios para o museu do GP. Ao longo deste capítulo, discutiremos como o processo de consolidação da instituição na sociedade da época, também causaram problemas. Após a longa viagem à região amazônica realizada por Brunet, a coleção do museu cresceu de maneira exponencial, necessitando maiores investimentos para a sua preservação. Como vimos nos capítulos anteriores, a questão financeira sempre foi uma questão delicada para a instituição, mas a boa vontade das autoridades, especialmente a de Padre Joaquim, possibilitou que, dentro das possibilidades, o trabalhando fosse desenvolvido.

Nos relatórios de gestão produzidos entre 1862 e 1863, encontramos informações importantes sobre o funcionamento do museu. Neles, Padre Joaquim e Padre Tranquilino Cabral, regedores do GP nesse período, reclamaram mais de uma vez da crônica falta de recursos destinados ao museu. Ainda assim, são registrados investimentos e acréscimos de objetos para a exposição. No relatório datado de 31 de dezembro de 1863, foram listados uma grande quantidade de animais que haviam sido preparados e expostos naquele ano, dentre eles: uma vasta coleção entomológica com a predominância de coleópteros, 4 esqueletos articulados, 2 peles de surucucus e outras serpentes, uma coleção de répteis conservados em “espírito”, 1 pirarucu, um jacaré, 50 pássaros armados provenientes da viagem à região amazônica e outros exemplares de peles, e animais taxidermizados cuja quantidade não foi informada (VASCONCELLOS, 1863a). Por esta listagem, dá para se ter uma ideia de como o museu cresceu naquele período.

A incorporação do novo acervo, também aumentou a demanda por mobiliário específico para a sua guarda e exibição. Nesse período foram registrados a aquisição de armários de madeira envidraçados para a guarda e a exposição do acervo. Em sua tese de doutorado, Verona Segantini explicou que esse modelo de exibição foi muito utilizado nos séculos XVIII e XIX por museus de história natural, dentre eles, o MN (SEGANTINI, 2015). A escolha por esse tipo de mobiliário tinha dois objetivos: a preservação das coleções por agentes de deterioração como insetos e poeira, e a possibilidade da visualização do acervo pelo vidro. Como explica Michael Belcher (1991), as vitrines de museus têm sua origem nos gabinetes de curiosidades e nos relicários, e o seu design, foi influenciado pelo mobiliário da época e pela arquitetura do local. No século XIX, existia a predominância do uso da madeira maciça como material básico de construção de vitrines para exposição em museus, tendência mantida até a primeira metade do século XX, quando o material foi substituído por outros mais baratos e com menos restrições para a sua produção.

No caso dos museus escolares, Marília Petry lembra que, ao longo dos séculos XIX e XX, mobiliários desta tipologia eram frequentes, e a depender da situação, o

próprio armário era o “museu” da escola por geralmente encontra-se na própria sala de aula (PETRY, 2013. p. 35). Pelas descrições levantadas na documentação do GP e pelas características do museu, esse não era o caso, pois são mencionados a compra de vários armários com essa finalidade, que se encontravam dispostos em um ambiente reservado para a exibição dos espécimes. No mesmo relatório, encontramos a curiosa informação de que foi adquirido um armário descrito como uma “carteira” com a parte superior envidraçada e a parte posterior com armários e gavetas na parte posterior para o acondicionamento de animais e minerais não preparados (VASCONCELLOS, 1863a). Esta informação é importante, pois demonstra que o museu já tinha uma preocupação com a guarda e a conservação do acervo que não estavam em exposição, criando uma espécie de “reserva técnica” primitiva para a sua guarda. Infelizmente, pela falta de documentação disponível na instituição não conseguimos realizar mais informações sobre o mobiliário expositivo do museu naquele período.

Outro problema do museu naquele momento era o espaço. No relatório de gestão datado de 20 de março de 1862, o presidente da província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1823 – 1899), informou que, naquele momento, o museu mal se acomodava na sala em que se encontrava, demandando acomodações mais espaçosas. No mesmo documento, o presidente reclamou da demora para a finalização do novo prédio que estava em construção desde 1855 e não estava concluído por conta das diversas paralisações por falta de orçamento (GONÇALVES, 1862, p. 17). Naquele momento, o GP continuava funcionando no mesmo casarão alugado na Rua do Hospício, onde tinha anteriormente funcionado o LP. Somente em 1866, a instituição mudou-se para o novo prédio, com as obras ainda inacabadas.

Além dessas questões apontadas, o GP também não se encontrava em uma boa fase financeira, o que certamente prejudicou as atividades do museu. No relatório datado de 20 de março de 1862 por nós já mencionado, o presidente da província apresentou um minucioso levantamento das receitas e despesas do GP, onde constatou que a instituição estava deficitária de recursos, causada pelos elevados custos de sua manutenção. No mesmo documento, apesar do déficit, o presidente elogiou o trabalho de Brunet e recomendou que a Assembleia Provincial aprovasse um orçamento próprio para a instituição e criasse um cargo de preparador de objetos naturais, que ajudasse Brunet em seus trabalhos. Como já apontado, Padre Joaquim fizera tal pedido em diversos documentos oficiais. Não localizamos quais seriam as funções do profissional mencionado, mas acreditamos que seria um profissional com conhecimento em história natural, como Brunet, que auxiliasse sobretudo no processo de taxidermia dos animais, já que essa era a maioria do acervo do museu. Como já discutimos anteriormente, esse

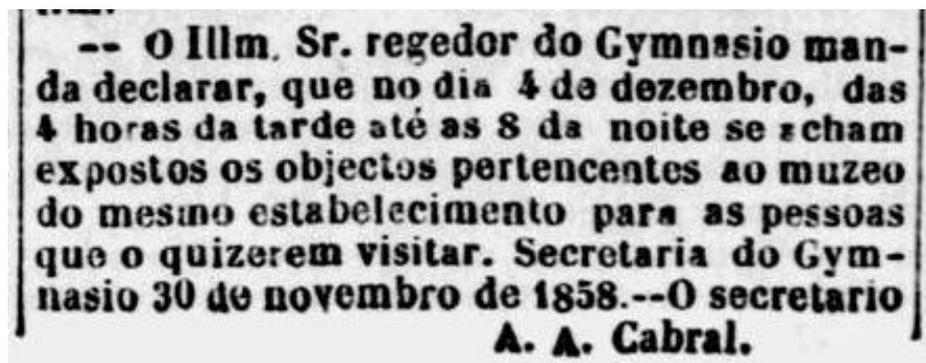
profissional era escasso no Brasil na época, e Brunet acumulava essa função com o cargo de professor.

Com relação à crise financeira que o GP sofreu naquele momento, acreditamos que ela pode ser explicada, em parte, pelo desinteresse por parte dos alunos em realizar o curso completo, preferindo cursar disciplinas específicas como latim, exigida para os exames das faculdades. No caso da disciplina de ciências naturais, a falta de alunos tornou-se um problema quase crônico para a instituição. Cabe lembrar que o ensino secundário não era obrigatório nesse período, era um nível de ensino que intermediava a instrução elementar e o ensino superior. Como bem explicou Gilmar Farias e por nós já discutido no segundo capítulo, como as cadeiras de ciências naturais no GP estavam posicionadas no final do curso, a partir do quarto ano, os alunos não se matriculavam nelas, pois não era exigida a conclusão do ensino secundário para ingresso nas faculdades e nem os conhecimentos das cadeiras faziam parte do conteúdo dos exames parcelados (FARIAS, 2020, p. 67). Essa situação manteve-se praticamente durante toda a década de 1860 e 1870, com a quase extinção das cadeiras do currículo do GP.

5.1 O público e o museu

Após a chegada dos objetos trazidos por Brunet da região amazônica, o Museu do GP experimentou um súbito crescimento de visitação. Como vimos no terceiro capítulo, pelo menos desde 1857, já existia algum tipo de visitação pública, a partir das informações presentes nos artigos de Figueiredo. Nos relatórios de gestão realizados por Padre Joaquim, localizamos algumas informações sobre essa questão. Em alguns relatórios, é geralmente mencionada a abertura para visitação pública sempre no dia 15 de agosto, na festa de Nossa Senhora da Assunção, padroeira do GP. No relatório relativo ao ano de 1860, ele informou que o museu não foi no fim do ano anterior “exposto à aprovação pública como era de costume” (SILVA, 1860). No relatório datado de 24 de janeiro de 1862, Padre Joaquim informou que o museu esteve aberto ao público durante todo o mês de agosto de 1861, onde o público teria apreciado muito a instituição (SILVA, 1862). Em anúncios publicados nos jornais locais no fim da década de 1850 e início da década de 1860, localizamos anúncios de quando o museu era aberto, como o publicado no *Diário de Pernambuco* no dia 1º de dezembro de 1858, no qual reproduzimos a seguir (Figura 05):

Figura 05. Anúncio de visitação do Museu do Ginásio em 4 de dezembro de 1858.



Fonte: CABRAL, 1858, p. 3.

Importante destacar que o anúncio foi publicado na seção de anúncios pagos e não na seção oficial, onde geralmente encontramos informações sobre o museu. Parece-nos curiosa a escolha do horário para abrir a visitação, visto que nesse período os museus praticamente são funcionavam no horário diurno para melhor aproveitamento da luz natural, a principal fonte de iluminação de museus até o início do século XX. Como foi apontado por Suely Cerávolo e Maria Margaret Lopes, essa prática perdurou até pelo menos o ano de 1880 na instituição (CERÁVOLO; LOPES, 2020, p. 146). Como a escola funcionava no horário diurno, supomos que a escolha pela abertura no museu nesse horário seria uma tentativa de separar o público externo do espaço escolar. Cabe ressaltar que o GP também funcionava como um internato, o que talvez justificasse tal medida. Em outra notícia localizada, o horário é o mesmo, o que parece ser uma prática recorrente (FACTOS, 1861a, p. 2). Infelizmente, não encontramos informações que expliquem essa escolha. Importante também destacar, que são em 1859 aconteceu a implantação de l mpioes a gás na cidade do Recife, substituindo os precários l mpioes de azeite de mamona ou óleo de peixe, o que certamente demandava por parte da instituição, um esforço maior para garantir a iluminação do espaço interno do museu, assim como do seu exterior.

A partir dessas informações, podemos fazer algumas considerações sobre a visitação do museu nesse período. Aparentemente, o museu não era aberto ao público diariamente, mas em datas ou períodos específicos, embora com alguma regularidade. O GP realizava um trabalho de divulgação em jornais, o grande meio de comunicação da época, o que, ao nosso ver, é mais um indício de que a instituição entendia aquele espaço como um **museu** e não apenas como um gabinete de ensino. Outra informação importante por nós localizada com relação   visitação, é a de que não era cobrado nenhum tipo de ingresso. No relatório de gestão apresentado à Assembleia Provincial

no dia 1º de março de 1863, o então presidente João Silveira de Souza, sugeriu a possibilidade de se cobrar uma “módica contribuição” para os visitantes do museu nos dias de exposição para auxiliar no seu custeio (SOUZA, 1863, p. 16), mas não encontramos informações se a cobrança foi, de fato, implementada pela instituição. Essas informações evidenciam o caráter público que o museu possuía, não se restringindo aos alunos do GP. Nesse período, os gabinetes e museus escolares eram praticamente restritos ao público escolar.

Apesar de os esforços em manter o museu aberto ao público, isso causou problemas ao acervo. Em um artigo não assinado publicado no jornal O Constitucional de Recife no dia 7 de setembro de 1861, foram noticiados incidentes com o público:

Somos informados de algumas das pessoas que concorreram à exposição do pequeno museu no Ginásio deixaram de portar-se como era de desejar. [...] Apesar de conservarem-se ali todas as noites três dos empregados da casa para obstar que danificassem os objetos expostos, arrancaram o olho de um peixe para verem se era natural, descascaram nas costas de um tatú meia linha de conchas, quebraram duas barbatanas de um lagostim, e um espinho grosso que tinha um pássaro grande na volta d’aza, e partiram um olho de um crustáceo (FACTOS, 1861b, p. 2).

Esse relato é interessante, pois relatos desse período sobre visitaçõ em museu no Brasil são muito escassos. As ações relatadas, nos sugerem que havia um desconhecimento por parte da população de como se portar dentro de uma instituição com tantas peculiaridades como um museu. Não existindo na cidade outra instituição do gênero na época, acreditamos que a curiosidade das pessoas com algo no qual elas possivelmente não estavam acostumadas, acabou por provocar danos ao seu acervo.

Apesar das dificuldades, Brunet continuou as suas atividades no museu e a visitaçõ pública foi mantida. Com o tempo, além da coleção formada em sua grande maioria por ele, o museu começou a receber importantes doações de coleções particulares, o que demonstra o nível de prestígio que a instituição tinha conquistado na sociedade naquele momento. A primeira grande coleção recebida foi a do Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, que naquele momento era presidente da Província de Minas Gerais. Cabe lembrar que ele foi o responsável pela criação do GP e a contratação de Brunet em 1855, quando foi presidente da província de Pernambuco entre 1853 e 1856. O jornal *Diário de Pernambuco* no dia 28 de março de 1863, publicou informações sobre doaçõ a pedido do próprio Brunet, onde agradeceu o gesto por parte do seu antigo benfeitor e listou os objetos recebidos:

Entre os minerais que compõe aquela coleção, que, graças a generosa solicitude de S. Ex. foi reunida durante a sua administração na província de Minas Gerais, existem algumas amostras nimamente preciosas, não só com relação a sua beleza como ao interesse

científico, que elas oferecem [...]. Um magnífico grupo de cristais de quartzo briolino perfeitamente regulares, [...] uma bela amostra de mineral de ouro, o qual se acha encerrado em uma matriz (gangue) quartzos. [...] Várias espécies de minerais de ferro, [...]. Diversas variedades de carbonato de cal, tais como o mármore pardo, e estalactites de Sabará, Aragonitas. Alguns minerais próprios a serem empregados nas artes, como ágata, o amianto, o feldspato. [...] Diversas pedras trabalhadas pelos índios, entre estas citaremos algumas archas de cristal de rocha admiravelmente talhadas em forma de ferro de lança e lapidadas em cada uma de suas faces (REVISTA, 1863, p. 2).

Pela listagem apresentada, a doação teve um caráter bem heterogêneo, incluindo objetos arqueológicos. Como vimos nos capítulos anteriores, essa é uma característica do museu desde a sua concepção. Nesse período, o museu recebeu outras doações de particulares como a do Dr. Pedro Moscoso, que doou três pedaços de ossos petrificados como “objeto de estudo” e as coleções de numismática do Sr. Manoel de Figueirôa Faria (? - ?), em 14 de setembro de 1861 e a do Sr. Antonio Nobre de Almeida (? - ?), que doou “14 moedas antigas do império romano [...], sendo 7 delas de prata e outras 7 de cobre” (FACTOS, 1861, p. 2). Segundo o jornal, este último, já havia doado em outra ocasião uma grande medalha comemorativa da *Tomada de Cajens*⁶⁰ aos franceses, que teria ocupado posição de destaque na exposição da coleção de numismática do museu (REVISTA, 1863, p. 1). A coleção doada pelo Conselheiro somada a outras como as descritas acima nos mostram, mais uma vez, que a coleção do museu ainda na época de Brunet tinha um caráter heterogêneo, contemplando objetos de diversas tipologias. Não conseguimos mais informações sobre os doadores, mas para nós, indicam um certo grau de prestígio que o museu tinha naquele momento para receber esses objetos. Indo além, nos parece um reconhecimento social daquela instituição como um museu.

Outro sinal de reconhecimento social que o museu recebeu, veio por parte do então Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (atualmente Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano). Inaugurado no dia 28 de janeiro de 1862, é considerada a segunda instituição do tipo no país, após a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro em 1838. Assim, como a sua congênere da Corte, o Instituto era formado por membros da aristocracia política e econômica, com a intenção de construir e consolidar uma identidade histórica, neste caso, regional. Como explica Lilia Schwarcz, a instituição nasceu como uma tentativa de manter as aspirações políticas e culturais da Província pernambucana, que pretendia manter a sua hegemonia diante de um período de clara decadência econômica causada

⁶⁰ Acreditamos que possa ter acontecido um erro na escrita ou na publicação no termo “Cajens”, quando o certo deveria ser “Caiena”, capital da Guiana Francesa, invadida pelos portugueses em 1808 como resposta às Invasões napoleônicas.

pela queda nos preços do açúcar e do algodão, os seus principais produtos de exportação. Assim, o Instituto era fruto de uma elite rural tradicional, porém decadente, que desejava preservar o seu passado glorioso (SCHWARCZ, 1993, p. 117-118).

Durante o século XIX e o início do século XX, o Instituto foi um dos principais redutos intelectuais de Pernambuco, publicando vasta produção produzida pelos seus sócios, especialmente na sua revista criada em 1863 (SOUZA, 2010). Na ata de reunião ordinária publicada no *Diário de Pernambuco* de 21 de agosto de 1863, os sócios da instituição discutiram sobre “coisas que valem a atenção de serem vistas em Recife”, e uma delas seria o museu do GP. No documento, a partir de uma visita feita por um sócio não identificado, foi feita uma minuciosa descrição das coleções do museu, no qual extraímos algumas informações importantes para o nosso trabalho. O documento confirmou a existência de espécimes como o jacaré e o pirarucu, ambos por nós já mencionados anteriormente, além de uma grande variedade de coleções dos três reinos da natureza.

Um outro detalhe importante do documento diz respeito à exposição do museu. Naquele momento, ela estaria exibida em dois salões no térreo do GP com entrada independente, abertos ao público, com as coleções expostas em vitrines envidraçadas, com os espécimes identificados com o seu nome científico, nome vulgar e o local de procedência. Essas informações são importantes, pois confirmam o nosso argumento de que o museu era uma espécie de setor da instituição, com o acervo exposto de modo a apresentá-lo à exposição pública, não se restringindo a um recurso didático. Também indica que o museu, de alguma maneira, realizava alguma atividade de organização das informações sobre a sua coleção. Importante também destacar que o documento menciona a existência das coleções doadas por José Bento da Cunha e Figueiredo e a do Sr. Manoel de Figueirôa Faria, que naquele momento, se encontravam em exposição. Assim com a direção do GP, a instituição lamentou que o museu não recebesse mais investimentos por parte do governo da Província (REVISTA, 1863, p. 1).

Apesar do crescimento e do reconhecimento do museu nos últimos anos, superando todo o tipo de dificuldades, o ano de 1863 terminou com duas difíceis perdas para a instituição. A primeira foi o falecimento do Padre Joaquim Raphael da Silva no dia 18 de janeiro. Como vimos, ele foi regedor do GP desde a sua criação em 1855 e um grande incentivador da criação do museu. Apesar das diferenças pessoais, o seu apoio foi fundamental para o trabalho de Brunet, especialmente durante as viagens que realizou para a coleta de acervos. No dia 4 de dezembro, após anos de trabalho, Brunet foi exonerado, a pedido, para trabalhar na criação da Escola Agrícola da Bahia em São

Francisco do Conde, no recôncavo baiano. Brunet trabalhou na instituição até 1876, onde foi o seu primeiro diretor, sendo um dos responsáveis pela sua implantação.

Segundo Vingt-un Rosado, os motivos que o levaram a deixar o GP foi a sua insatisfação com as péssimas condições de trabalho, e a irrecusável proposta de ser o criador e o diretor da escola pelo seu antigo protetor, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que naquele momento, era o presidente da província da Bahia (ROSADO; SILVA, 1973, p. 305-306). Foi nomeado em seu lugar o professor Felipe Mena Calado da Fonseca⁶¹ (? – 1878), que lecionou na instituição até 1874. A sua saída foi muito lamentada pela instituição. Em seu relatório, Padre Tranquilino Cabral Tavares de Vasconcelos, então regedor interino do GP, assim resumiu a saída de Brunet:

Os conhecimentos não vulgares, o assíduo trabalho e a dedicação do Sr. Brunet a este estabelecimento deixa um vácuo bem difícil de preencher-se. É este um testemunho a verdade a que não posso furtar. Bendigam os baianos, essa exoneração que por nossa parte sentimos (VASCONCELLOS, 1863b).

Encerrou-se assim, de maneira melancólica, a promissora passagem de Brunet pelo GP, instituição que preserva até os dias atuais o seu maior legado na instituição, o Museu do Ginásio Pernambucano. Mesmo trabalhando na Bahia, Brunet não se desligou totalmente da instituição, aonde retornou por um breve período em 1868, para realizar algumas atividades a pedido da presidência de Pernambuco (REVISTA, 1868, p. 1).

5.2 O legado de Brunet

Conforme foi atestado por diversos autores como Vingt-un Rosado e Olívio Montenegro, e nós concordamos, o grande legado de Brunet no GP foi a criação do museu que atualmente leva o seu nome. Conforme discutimos anteriormente, desde pelo menos 1857, já existia alguma atividade museológica regular, mas a sua existência como museu foi atestada pelo regedor do GP, Padre Joaquim, no relatório de gestão de 1859 por nós já mencionado (SILVA, 1859). Como a utilização do termo gabinete era recorrente no período, acreditamos que esse é mais um indício de que o GP entendia aquele espaço exatamente como um museu, embora não seja o que entendemos hoje

⁶¹ Felipe Mena Calado Fonseca foi um português que chegou ao Brasil em data desconhecida, aparentemente aos nove anos de idade e morreu em 1878. Estudou no Seminário de Olinda, em 1809, onde concluiu o curso de humanidades. Participou da Revolução Pernambucana de 1817 e foi um dos líderes da Revolução de 1821. Durante a sua vida, demonstrou interesse por ciências naturais. Publicou em 1841 um artigo nos *Annaes de Medicina de Pernambuco* sobre a importância de um Jardim Botânico para o Recife. Durante a década de 1860, cultivou amoreiras para a criação do bicho-da-seda (FARIAS, 2020, p. 65-66).

como tal. Para nós, o museu já nos seus primeiros anos, era mais que um gabinete de ensino, ele seria uma espécie de departamento ou setor do GP, e Brunet era o seu responsável direto. Seguindo a classificação proposta por Marília Petry, acreditamos que, no caso do GP, foi criado inicialmente um museu escolar, onde a sua coleção serviria como recurso de ensino às disciplinas de ciências naturais (PETRY, 2013. p. 32-38). Mas, logo evoluiu para uma instituição museológica, a termo e de fato, logo superando a função didática para o qual foi concebido, ao contrário da grande maioria das instituições congêneres onde o valor patrimonial/museológico só foi agregado muito posteriormente.

Recuperando os argumentos de Nara Witt e Zita Possamai, os museus escolares/gabinetes do século XIX estavam inseridos em uma iniciativa de modernização pedagógica, mas só a partir do final do século XX, criou-se um segundo tipo de museu nas escolas, este sim, com a preocupação de preservar a memória, em sua maioria, como patrimônio da educação. Com o GP, acreditamos que aconteceu exatamente o contrário, a sua musealização aconteceu quase que concomitante à sua criação. No caso do CPII, instituição que serviu de modelo para o GP, as suas coleções nunca se tornaram museus, apesar de terem sido valoradas como patrimônio da ciência e tecnologia, e nos últimos anos, vêm passando por processos de preservação do seu acervo (GRANATO *et al.*, 2018).

Também é importante destacar que, quando se dava publicidade aos valores gastos para com a Instrução Pública nos relatórios da Presidência da Província de Pernambuco desse período, os valores gastos com o Museu eram apresentados à parte no total destinado ao GP. Ainda que esses documentos possuam forte caráter político-partidário, eles nos fornecem informações sobre gastos e as prioridades do governo vigente. Segundo Rosado e Silva, Brunet dispendeu no museu, de fins de maio de 1857 a 5 de setembro de 1858, a quantia de 708 mil réis (ROSADO; SILVA, 1973, p. 157). Para se ter uma ideia, este valor representava aproximadamente 75% de todo o orçamento que as escolas de instrução primária da capital receberam para custeio no ano de 1857.⁶² Nos anos seguintes, esse valor aumentou, mas ainda de forma muito irregular. Mesmo não existindo um orçamento específico, grande parte dos gastos do museu vinham de dotações diretas da presidência da Província, o que evidencia uma certa autonomia institucional e financeira.

Retomando ao nosso problema de pesquisa, ao fim do período de trabalho na instituição, o museu adquiriu características que o diferenciavam de outros museus escolares do mesmo período. Fazendo um balanço do trabalho de Brunet na instituição

⁶² Este cálculo foi realizado considerando o valor total gasto apresentado com custeio para a instrução primária em 1857 (TAQUES, 1858, p. 25).

(1855 – 1863), percebemos que o museu, sob a sua direção, realizou durante esse período as atividades entendidas por Stránský, sendo fundamentais para o processo de musealização (CURY, 2020):

- A **seleção**, onde são atribuídos o seu potencial de musealidade. Ao longo deste trabalho, discorreremos a importância de Brunet para a criação e o desenvolvimento da coleção do museu. Brunet inicialmente formou uma coleção de história natural com fins didáticos conforme era o desejo da instituição, cuja realização já estava prevista no regulamento que criou o GP. Como vimos, por volta de 1857, ano da publicação dos artigos de *Abdalah-el-Kratif*, pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo, no folheto *A Carteira* do jornal *Diário de Pernambuco*, de alguma maneira, a coleção formada por Brunet, já havia formado um incipiente museu de história natural. Durante todo o período em que trabalhou como professor da segunda cadeira de ciências naturais do GP, Brunet trabalhou para ampliar essa coleção. Aplicando o conceito de musealidade, entendida por Stránský como o sentido atribuído aos objetos que são a causa do processo de musealização (STRANSKÝ, 2005, p. 112), no caso do GP, essa valoração atribuída por Brunet para a seleção dos objetos seguiu claramente o critério científico. Pelas descrições apresentadas, Brunet parecia interessado em criar um museu de história natural seguindo critérios taxonômicos, modelo semelhante aos museus de ciências do período.

- Sobre a “**tesaurização**”, isto é, a inserção do objeto em um sistema documental, conforme discutimos anteriormente, ainda que não tenhamos conseguido reunir mais informações sobre essa questão, identificamos que, de alguma maneira, as coleções formadas passavam por um processo mínimo de preservação das informações intrínsecas e extrínsecas aos objetos. Nos documentos pesquisados, são mencionados a existência de inventários realizados naquele período que faziam o controle dos objetos do museu, porém não conseguimos localizar nenhum desses documentos. Pelas descrições realizadas por Antônio Pedro de Figueiredo e do então Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, é possível inferir que existia essa prática, ainda que de maneira muito incipiente.

- Com relação à **comunicação**, desde por volta de 1857, ano da publicação dos artigos de Antônio Pedro de Figueiredo (*Abdalah-el-Kratif*), o museu já se encontrava em um espaço específico na instituição, e a coleção se encontrava exposta seguindo critérios museográficos, como o caso dos dioramas, técnica expositiva muito comum na época em museus de história natural, visando a visitação pública. Como vimos ainda neste capítulo, a prática da exposição era uma atividade consolidada na instituição, inclusive com a aquisição de mobiliário específico para essa finalidade. Além disso, o GP investiu na divulgação da visitação em jornais, mais um indício do seu caráter público.

Além dessas atividades elencadas por Stránský, também é importante destacar outras atividades de caráter museológico, como, por exemplo, o trabalho de conservação das coleções realizado por Brunet, especialmente dos espécimes biológicos pela técnica da taxidermia, sua especialidade. Como explica José Madi Filho, no século XIX, a técnica era reconhecida pelos cientistas como um importante instrumento para o estudo da zoologia, por representar o animal com sua aparência viva. Segundo o mesmo autor, os animais taxidermizados também eram um importante recurso didático para o ensino da referida disciplina (MADI FILHO, 2013).

Como vimos no capítulo 3 e 4, Brunet já era especializado no assunto antes da sua chegada ao Brasil, onde manteve uma loja especializada em aves taxidermizadas em Paris na década de 1840, e durante as suas viagens, a coleta de aves eram a sua preferência. Outro indício da relação de Brunet com os acervos de aves, é um desenho de um projeto de uma base (Figura 06) localizado no Fundo Louis Jacques Brunet do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Não há identificação da autoria do desenho, mas ele estava no meio de vários documentos relativos ao GP. A base é composta por uma barra horizontal sustentada por uma coluna estilizada, onde a ave seria fixada para parecer estar em posição de repouso. O uso dessa base difere do modelo do diorama, onde possivelmente haveria uma base em formato de um galho com aparência naturalizada, a fim de emular a ave em seu habitat. O design da base não é necessariamente inovador, pois encontramos outros exemplares semelhantes em outros museus de história natural no século XIX na França. O que nos chama a atenção é o fato de que o design é muito semelhante às bases encontradas na grande maioria do acervo de aves do museu, o que abre a possibilidade de ser um projeto de autoria, ou contratado, por Brunet para servir de base a esses acervos.

Figura 06. Comparação entre um desenho de uma base proveniente do Fundo Louis Jacques Brunet e uma base de uma ave do Museu do Ginásio Pernambucano.



Fonte: Montagem a partir de um desenho do Fundo Louis Jacques Brunet do Arquivo Público Estadual de Pernambuco e uma fotografia do autor, fev. 2022.

Também é importante destacar que, desde o seu início, o museu realizava pesquisas científicas sob a coordenação de Brunet. A pesquisa, também é uma das atividades presentes nas instituições museológicas, especialmente nesse período, onde os museus eram funcionavam como grandes laboratórios para a pesquisa científica. Mesmo não sendo possível afirmar que existisse essa prática institucionalizada, não se pode ignorar o fato de que o ato de coleta, classificação e preparação dos objetos requer um trabalho de estudo e pesquisa. O estudo realizado com a *Bombyx cynthia*, cujos resultados foram publicados em uma revista internacional, nos sugere que havia um interesse por parte da instituição em realizar atividades do tipo, com Brunet como pesquisador. Cabe lembrar que o trabalho foi premiado na Europa, através de uma produção internacionalizada baseada nas relações entre pares, ainda que fundada na diferenciação do trabalho de campo e o trabalho de gabinete. Como foi bem trabalhado por autores como Maria Margaret Lopes, os museus brasileiros no século XIX foram os responsáveis pelo nascimento e o desenvolvimento da pesquisa científica no país.

Novamente comparando com o CPII, instituição que inspirou a criação do GP, não encontramos registros de que, nesse período, havia atividade de pesquisa fora das atividades de ensino.

Do ponto de vista institucional, o museu do GP se assemelha ao modelo conceitual dos “museus provinciais”, instituições localizadas nas províncias brasileiras do século XIX, sem o status de “nacionais”, cujas trajetórias estiveram ligadas às características regionais de onde foram criados, conforme discutimos no capítulo 1 (CERÁVOLO; LOPES, 2020, p. 146). Um dos “museus provinciais” que apresenta algumas semelhanças ao Museu do GP na época, é o Gabinete de História Natural do Maranhão, também denominado como “Museu Maranhense”. Criado em 1844 na Biblioteca Pública do Estado, foi formado a partir da doação de objetos pelo engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes (1803 – 1895) que foi o seu primeiro diretor.

Assim como no GP, o museu também era utilizado para as aulas de história natural do Liceu Maranhense, instituição que era contígua à Biblioteca Provincial, e era aberta ao público. Mesmo servindo a tal finalidade, o museu não fazia parte do Liceu, mas sim da Biblioteca. Mas, apesar de ser denominado como museu, e ter aparentemente realizado exposições, a instituição não tinha autonomia financeira e institucional, e tampouco, realizava pesquisas. A sua breve existência foi marcada pela ausência de investimentos específicos, o que levou a incorporação do seu acervo ao Liceu Maranhense, onde aparentemente transformou-se em um gabinete de história natural da instituição (BRITTO, 2020, 86-102). Como vimos ao longo desta tese, com o GP aconteceu exatamente o contrário, onde um gabinete passou por um processo de musealização e assim se manteve.

No nosso entendimento, guardadas as devidas proporções, o MN seria a instituição que mais se aproximaria do modelo do museu do GP, pois nesse período já tinha se firmado com um museu de história natural e um centro de pesquisa, com a participação de pesquisadores estrangeiros. Conforme discutimos no capítulo 1, o MN realizava atividades regulares de ensino, ainda que essa não fosse a sua atividade fim. No caso do GP, a educação era a atividade fim da instituição, mas como vimos ao longo deste trabalho, a instituição acabou por criar um museu na sua estrutura com características de um museu de história natural, diferindo do modelo de um museu escolar daquele período. Assim, reafirmamos a nossa posição amparando-nos no argumento de Diana Vidal de que a escola não é necessariamente um local de preservação da memória como um museu, ainda que possa fazê-lo, a depender da sua vontade institucional (VIDAL, 1999, p. 111). No caso do GP, ficou claro que essa vontade existiu por parte da direção da instituição e do governo da Província. Como vimos anteriormente, na grande maioria dos casos, os gabinetes escolares funcionavam

como recurso didático, ainda que realizando algumas atividades de caráter museológico.

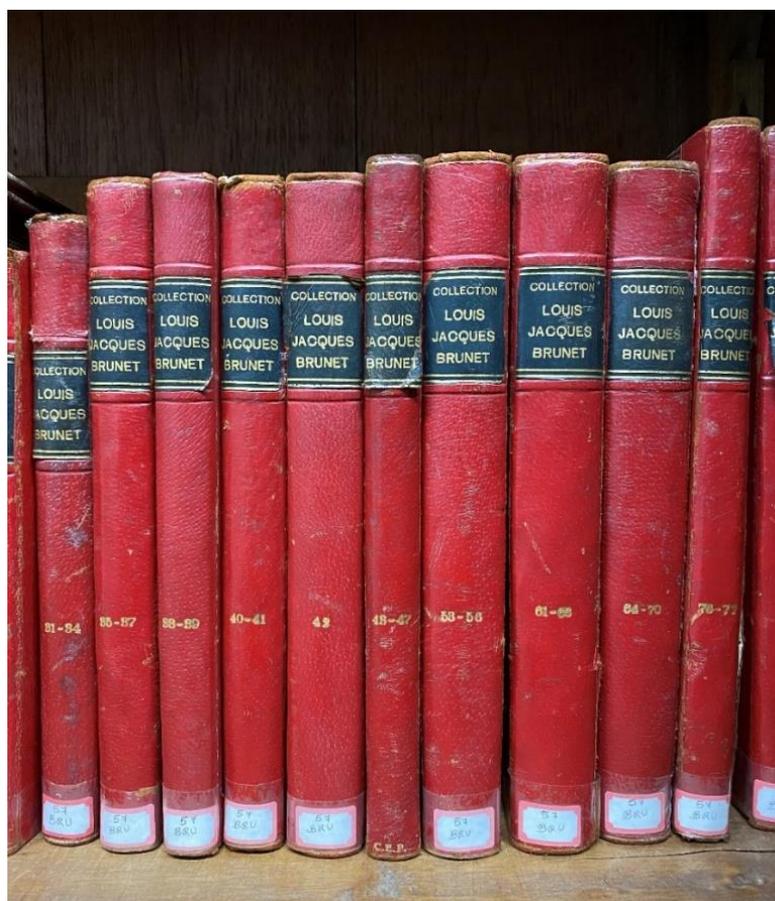
Infelizmente não conseguimos mais informações sobre a prática de ensino de Brunet no GP e como ele possa ter utilizado o museu nesse sentido. Como ele foi contratado em 1855 e esteve viajando entre 1857 e 1858 pelo interior da Província de Pernambuco, e entre 1860 e 1862 pela região amazônica, ele praticamente só trabalhou efetivamente como professor por pouco mais de 4 anos. Conforme mostramos no capítulo 3, Brunet apresentou um plano de ensino bem estruturado para o curso completo da cadeira de ciências naturais em sete anos, mas as suas viagens e, como já foi discutido, o pouco interesse dos alunos em cursá-la, certamente prejudicou o seu andamento. Ainda assim, o GP e a presidência da Província incentivaram Brunet a continuar ampliando as coleções do museu, o que nos parece ser mais um indício de que existia o interesse em transformar aquele espaço em um museu, um projeto que ultrapassaria a função didática.

Outra contribuição pouco conhecida de Brunet ao GP e que, de algum modo, está relacionada ao museu é uma coleção de livros intitulada *Collection Louis Jacques Brunet*, atualmente preservada na biblioteca da instituição (Figura 06). Também formada por Brunet, os livros são compostos por volumes compostos recortes de gravuras científicas, organizados seguindo critérios taxonômicos. Em alguns volumes, encontramos diversas anotações de próprio punho que acreditamos ser do próprio Brunet, pois as características da escrita são semelhantes a outros documentos originais escritos por ele, localizados no Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Não encontramos informações de quando e por quem essa coleção foi incorporada ao acervo do GP. Há uma possibilidade que tenha sido na década de 1930, quando a nora de Brunet, a Sra. Maria Luiza de Sá Brunet (? - ?), doou à instituição uma variada coleção de objetos pertencentes ao sogro, incluindo diversos livros (GYMNASIO, 1931, p. 4).

Vingt-un Rosado e Antonio Silva, na sua obra *Louis Jacques Brunet, naturalista viajante*, mencionam a existência da coleção de livros no GP que, naquele momento, seriam de 82 volumes. Atualmente na instituição encontram-se preservados apenas 31 volumes. Os autores afirmam que a coleção seria a mesma mencionada em uma carta endereçada ao então diretor do MN, Ladislau de Souza Mello Netto (1838 – 1894), pelo Sr. Antonio de Lacerda (? - ?) em 22 de agosto de 1876, transcrita em sua integralidade na obra. Na carta, ele descreve como uma “rica coleção de estampas relativas à história natural”, apresentadas em “cartões”, alguns com 100 ou 200 folhas, cada uma com cerca de 1 a 20 desenhos, que estaria à venda por Brunet, que naquele momento teria viajado à França para tratamento de saúde. A carta ainda informa que a classificação

dos seguiu o modelo de “Cuvier e Valenciennes para os peixes; os répteis o modelo de Duméril e Biberon, os mamíferos de Blainville, e as conchas o de Ducaux” (ROSADO; SILVA, 1973, p. 337-338).

Figura 07. Parte dos livros pertencentes à Collection Louis Jacques Brunet.

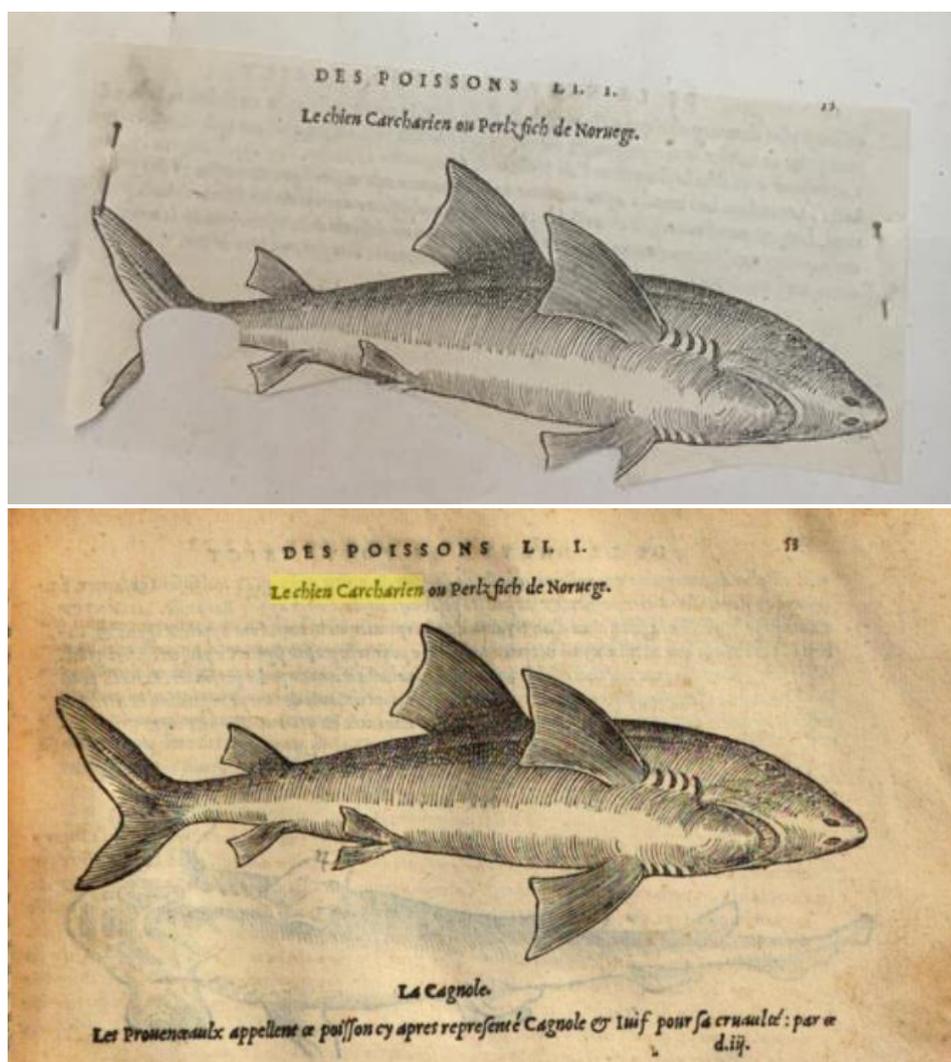


Fonte: O autor, fev. 2022.

Confrontando as informações contidas na carta com os volumes preservados, podemos fazer as seguintes afirmações: A descrição apresentada confere com os exemplares preservados no GP, exceto pelo fato de que estão em livros encadernados, mas segundo Vingt-un Rosado e Antonio Silva, elas foram colocadas posteriormente, já na gestão de Annibal Fernandes na década de 1940 como diretor da instituição. Os volumes são organizados seguindo a classificação taxonômica de animais, vegetais e minerais, apresentando, em sua grande maioria, informações como ordem, família, gênero e espécie. As classificações são ilustradas por gravuras recortadas de publicações científicas, seguidas de desenhos e anotações a próprio punho. Grande parte das gravuras encontram-se coladas nas folhas, mas, em sua grande maioria, estão fixadas por alfinetes o que nos sugere que essa organização não era definitiva,

pois elas podem ser facilmente removidas. Não foi possível analisar todos os volumes preservados na biblioteca do GP, mas alguns cientistas citados na carta, são, de fato, os autores das obras em que, em sua grande maioria, Brunet extraiu as gravuras das suas publicações, como a coleção *Histoire naturelle des poissons*, publicados entre 1828 e 1849 por Georges Cuvier (1769 – 1832) e Achille Valenciennes (1794 – 1865). Nos volumes 1 e 2, encontramos diversas gravuras extraídas dessa publicação, além de outras como *La Nature et diversité des poissons, avec leurs pourtraicts représentés au plus près du naturel*, publicado por Pierre Belon (1518-1564) em 1555 e *Histoire naturelle des poissons, ou, Ichthyologie générale*, de autoria de Auguste Henri André Duméril (1812 – 1870), publicados entre 1865 e 1870.

Figura 08. Comparação de uma gravura encontrada de uma página do Vol. 1/8 da Collection Louis Jacques Brunet e uma gravura do livro de Pierre Belon.



Fonte: Fotografia do autor (fev. 2022) e BELON, Pierre. *La Nature et diversité des poissons, avec leurs*

[pourtraicts représentez au plus près du naturel. Paris: C. Estienne, 1555, p. 53.](#)

Apesar de não termos localizado informações de quando, e onde, essa coleção foi formada por Brunet, a sua existência nos sugere uma tentativa por parte dele de construir uma espécie de enciclopédia visual científica. Como boa parte da sua trajetória profissional foi ligada ao ensino, existe a possibilidade de que a coleção foi formada com fins didáticos. As gravuras que conseguimos localizar nos volumes organizados por Brunet, são de autores franceses consagrados, muito utilizados para estudos de história natural naquele período. Como são vários volumes, organizados de maneira muito meticulosa, acreditamos que eles possam ter sido produzidos durante algum tempo, o que abre a possibilidade de terem sido produzidos, em parte, durante a sua passagem por Pernambuco. No século XIX, a partir da evolução das tipografias e da popularização das ilustrações científicas nos livros dos viajantes, as gravuras dessa tipologia alcançaram uma grande circulação na Europa. Nesse período, era escassa a impressão de livros de história natural no Brasil, o que obrigava a sua importação, especialmente da França. Como bem explicou Karl Lorenz, a partir dos seus estudos sobre o CPII, os compêndios de história natural franceses eram os preferidos pelos professores nos programas das disciplinas científicas (LORENZ, 2010). Infelizmente, por falta de documentação disponível, não foi possível realizar maiores considerações sobre a relação entre esses livros e a coleção atual do museu, que se acredita que tenha sido formada, em sua grande maioria, por Brunet. De todo modo, esta é mais uma coleção de grande importância formada por Brunet, que o GP tem sob a sua guarda.

Mesmo trabalhando pouco mais de seis anos no GP, o trabalho de Brunet tornou a instituição uma referência em ensino e pesquisa em ciências naturais no século XIX em Pernambuco. Como bem explicou Gilmar Farias, a criação de um museu nas dependências do Ginásio Pernambucano foi uma estratégia para a criação e a de manutenção da disciplina de história natural no currículo do ensino secundário em Pernambuco. O mesmo autor entende, e nós concordamos, que a sua criação foi um grande avanço para a institucionalização das ciências no país naquele período, a partir de um modelo civilizatório europeu (FARIAS, 2020, p. 63). Os sucessores de Brunet, se preocuparam em manter o seu legado e a sua importância para o GP se faz presente até os dias atuais. Em reconhecimento ao seu trabalho, o museu por ele criado, foi rebatizado como Museu de História Natural Louis Jacques Brunet. Apesar das dificuldades, o museu continua existindo, sendo uma das mais antigas coleções de história natural formadas no século XIX preservadas no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a formação da coleção inicial do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, encontramos diversos fatos importantes sobre a constituição e consolidação do museu, o mais antigo de Pernambuco. Apesar de ser um período relativamente curto, o período em que o professor Louis Jacques Brunet dedicou ao GP foi fundamental para a formação da coleção que compõe o museu que atualmente leva o seu nome e, até hoje, funciona na instituição. Inspirado por outros naturalistas da sua época, Brunet aportou no Brasil nem data desconhecida entre o final de década de 1840 e início da década de 1850. Inicialmente fixou-se entre Pernambuco e a Paraíba, onde realizou pesquisas científicas por conta própria. Como estratégia de sobrevivência, procurou aliar-se a políticos locais, o que beneficiou o seu trabalho. A sua relação com o GP iniciou-se com a sua contratação como professor da segunda cadeira de ciências naturais em 1855. Criado para ser a escola de excelência da Província, o seu projeto pedagógico inspirou-se no CPII, a instituição de referência no ensino secundário no Brasil na época.

Assim como a sua congênere do Rio de Janeiro, o GP implementou disciplinas inovadoras na época para o ensino secundário como ciências naturais, o que demandou a criação de espaços específicos como gabinetes para servir como recurso didático para as aulas dessas disciplinas. Na época, a disciplina congregava os assuntos que atualmente fazem parte de disciplinas como biologia, física e química. O uso de gabinetes e objetos de história natural estavam em consonância com o método de ensino intuitivo, que estava sendo paulatinamente introduzido no país. Por essa metodologia, o ensino deixou de ser menos repetitivo e mais participativo, com a observação direta dos fenômenos da natureza. O gabinete tinha por finalidade servir para as aulas práticas de história natural, previstas no projeto de remodelação do LP que culminou na criação do GP.

Neste trabalho, estudamos o processo de musealização do referido gabinete entre 1855 e 1863, período no qual Brunet trabalhou como professor no GP. Investigamos a hipótese de que, ao contrário de instituições congêneres, o museu passou pelo processo de musealização quase que simultaneamente a sua criação. No século XIX, a criação de museus e gabinetes escolares atendiam quase que exclusivamente a uma demanda didática. Em sua grande maioria, as coleções formadas por essas instituições eram descartadas quando, em algum momento, foram considerados obsoletos. Só muito depois, já no século XX, essas coleções, passaram por processos de musealização. Como vimos ao longo dos capítulos, especialmente a partir do segundo e do terceiro, com relação à formação da coleção do museu, para nós, ficou claro que ela foi formada por Brunet, com uma função originalmente de ensino. Ainda sobre Brunet, acreditamos que a sua experiência como professor, preparador e

comerciante de acervos de história natural no período anterior a sua chegada ao Brasil fomentou o seu interesse para formar tal coleção.

Tomando como referencial de análise o conceito de musealização proposto por Stránský, ao longo dos capítulos discorreremos sobre os procedimentos por eles entendidos que são obrigatórios a esse processo como a seleção, tesauroização e de comunicação. Para nós, ficou claro que essas atividades foram seguidas ainda no período no trabalho de Brunet na instituição. Com relação ao processo de musealização, acreditamos que por volta de 1857, data da publicação de dois artigos de *Abdalah-el-Kratif*, pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo, no folhetim *A Carteira* do jornal *Diário de Pernambuco*, de alguma maneira, a coleção formada por Brunet já havia evoluído e formado um museu de história natural. Seguindo as descrições do documento, naquele momento, a coleção já se encontrava em um espaço destinado para tal fim e se encontrava exposta seguindo critérios museográficos. Também encontramos documentos que mostram que a direção do GP já em 1859 atestava a existência de um museu na instituição. Assim, o gabinete formado na instituição logo evoluiu para um museu, a termo, e de fato, logo superando a função didática para o qual foi concebido. Assim, acreditamos que o Museu, já nos seus primeiros, anos teria independência institucional do GP e Brunet seria o seu responsável direto, inclusive contando com orçamento próprio ainda que de forma irregular.

Outro ponto importante que discutimos foi a realização de pesquisas científicas desde a sua criação, sob a coordenação de Brunet. A partir das contribuições teóricas de autoras como Maria Margaret Lopes, acreditamos que a institucionalização da pesquisa científica no Brasil do século XIX, fomentou o desenvolvimento de novos espaços institucionais para a melhor adequação a seus fins, sendo os museus, as principais instituições dessa tipologia. Assim, a criação do museu do GP nos parece ser um dos efeitos desse processo de institucionalização, onde Brunet pôde, dentro da sua realidade, desenvolver pesquisas científicas. Como vimos no terceiro capítulo, o trabalho de maior destaque foi o realizado com a *Bombyx cynthia*, uma colaboração internacional cujos resultados foram publicados em uma revista internacional. Cabe lembrar que a pesquisa foi premiada. Outra informação que ajudou a confirmar a nossa hipótese, foi a de que o museu se encontrava aberto à visitação pública já nos seus primeiros anos, o que evidencia o seu caráter público, não se restringindo às atividades de ensino. Como discutimos, o público dos gabinetes e museus escolares do período eram quase que de exclusividade da comunidade escolar. Sobre esse processo, ainda que aparentemente não fosse diária, a visitação era constante, contato com a divulgação institucional em jornais.

Conforme discorreremos no quarto capítulo, as viagens realizadas por Brunet, especialmente as realizadas pela província de Pernambuco entre 1857 e 1858 e pelas províncias do norte do país (Pará e Amazonas) entre 1860 e 1862 se mostraram a principal forma de aquisição dos acervos durante o período que estudamos. Esta última, além de contribuir para a coleção do museu, como vimos, mostrou-se um importante instrumento de colaboração interinstitucional entre as províncias visitadas e o MN que contrataram Brunet como naturalista. Apesar das dificuldades, os resultados da viagem foram muito satisfatórios para o GP que aumentou consideravelmente a sua coleção. A viagem também contribuiu para a coleta de acervos para o MN, instituição esta que muito colaborou com o museu desde a sua criação. Além disso, conforme atestado por outras pesquisas, a contratação de Brunet como naturalista pela província do Pará, esteve articulada à esteira de eventos que influenciaram a criação do Museu Paraense, um dos principais museus brasileiros do século XIX.

Além da inestimável contribuição do professor e naturalista Brunet, a coleção do Museu do GP também foi constituída por importantes doações de particulares, que reconheceram a importância da instituição e colaboraram com o seu trabalho. Como discutimos no quinto capítulo, essas doações nos mostraram que existia na sociedade recifense da época um reconhecimento social daquele espaço como um museu, que poderia receber coleções visando a sua preservação. Acreditamos, que não faz sentido particulares doarem suas coleções pessoais para uma instituição que não apresentasse requisitos mínimos para a sua guarda.

Assim, os resultados dessa pesquisa mostram que, ao final do período de trabalho de Brunet no GP, o gabinete por ele criado transformou-se em um museu, não só pela designação institucional do termo, mas sim por ter apresentado as características que indicam que existiu o processo de musealização daquela coleção logo após a sua criação. Nesse caso, o GP seguiu um caminho diferente de outras escolas do mesmo período no Brasil, se aproximando do modelo de um museu de história natural, a tipologia de museu mais frequente no país naquele período, e não de um museu escolar. Conforme discutimos ao longo desta tese, o valor museológico/patrimonial só foi agregado muito posteriormente à formação das coleções de ensino e museus escolares criados no Brasil no século XIX. Além disso, pelo que se depreende dos documentos, o museu no período em que estudamos, consolidou a sua importância tanto em termos locais, quanto nacionais e internacionais.

Mesmo trabalhando por poucos anos no GP, Brunet deixou um importante legado para a instituição com a criação do museu que até hoje existe, e é uma das mais importantes coleções de história natural formadas no século XIX preservadas no país, sendo reconhecida como um patrimônio da ciência e da tecnologia. Além disso, o museu

ajudou a consolidar o ensino de história natural em Pernambuco, e o seu acervo, ajudou na formação de uma geração de alunos que estudaram na instituição.

Infelizmente, a ausência de documentação institucional preservada relativa ao GP de certa forma prejudicou a nossa pesquisa, pois nos impediu de realizar informações mais precisas relativas ao nosso objeto. Infelizmente, a pandemia de COVID-19 impossibilitou a pesquisa em instituições que detém acervos que acreditamos que poderiam nos ter fornecido informações relevantes. Ainda assim, os métodos de pesquisa aplicados aos acervos consultados se mostraram eficientes, o que nos permitiu concluir este trabalho. Uma lacuna que acreditamos que tenha ficado nesse trabalho foi a de que, apesar de termos localizado algumas listagens e descrições que indicam quais seriam os objetos que faziam parte do museu no período de Brunet, a ausência de documentação não permitiu que discutíssemos mais sobre esse assunto. Também gostaríamos de ter compreendido melhor o pensamento científico de Brunet, assim como as suas motivações para vir ao Brasil. Os poucos escritos, essencialmente burocráticos, não nos permitiram conhecer melhor o homem e o cientista Brunet.

Conforme temos acompanhado, vem existindo um grande interesse na área da museologia sobre o museu nos últimos anos, no qual esperamos, assim, que esse trabalho tenha contribuído para o seu desenvolvimento. Incentivamos que outros pesquisadores, não só da museologia, mas de outras áreas, realizem mais trabalhos sobre o museu, a fim de diminuir a ainda escassa produção científica sobre a instituição. Sobre Brunet, o fundo arquivístico que leva seu nome pertencente ao Arquivo Público Estadual de Pernambuco, é um rico acervo que ainda pode ser muito explorado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Lá encontram-se arquivados cartas, desenhos e documentos no período de 1850 ao fim da década de 1870, que podem basear futuras pesquisas sobre o seu trabalho como naturalista e professor, especialmente no período em que trabalhou na Bahia.

Por fim, esperamos que esse trabalho tenha contribuído para a memória do Ginásio Pernambucano, e esperamos contribuir para um futuro caminho de investigação sobre a sua história. Acreditamos que o desenvolvimento desta pesquisa contribuiu para um melhor entendimento da formação de museus e gabinetes escolares no Brasil do século XIX, especialmente a partir da análise de uma das instituições mais prestigiosas desse período.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. Documento N.2 In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatório que a' Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, apresentou no dia da abertura da Sessão ordinária de 1854, o Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo Presidente da Mesma Província*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1854, p. 59-76.

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá e. *Relatorio que o ex. sr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque presidente da provincia do Pará apresentou ao exm.º sr. Vice-presidente Dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração provincia em 12 de maio de 1860*. Belém: Typografia Commercial de A. J. Rabello Guimarães, 1860b.

ALVES, Gilberto Luiz. *Azeredo Coutinho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

AMARAL, Angelo Thomaz do. *Relatorio do Exmº Senr. Angelo Thomas do Amaral Presidente da Provincia do Gram-Pará ao Exmº Vice-Presidente Olyntho José Meira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma*. Belém: Typ. de Santos e Irmãos, 1861.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Estrangeiros na criação da Escola Agrícola da Bahia (1863-1877). In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (Org.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 193-207.

ARÒSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006.

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: A formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2004.

BARREIROS, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARROS, Francisco do Rego. *Relatório que a Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinária de 1842. O Exmº Barão da Boa Vista, presidente da mesma província*. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1842;

BELLO, Ruy. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: CEPE, 1978.

BELON, Pierre. *La Nature et diversité des poissons, avec leurs pourtraicts représentés au plus près du naturel*. Paris: C. Estienne, 1555.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 4, p. 489-490.

BOTTIN, Sébastien. *Almanach-Bottin du commerce de Paris, des départemens de la France et des principales villes du monde*. Paris: Bureau de L'Almanach du Commerce, 1842.

BRITTO, Clovis Carvalho. Rompendo silêncios: José Joaquim Rodrigues Lopes e o gabinete de história natural da Província do Maranhão (1844) In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (Org.). *Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*.

Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020, p. 86-102.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. Seção de Mineralogia e Geologia *In: SOCIEDADE VELLOSIANA DO RIO DE JANEIRO. Trabalhos da Sociedade Vellosiana.* Rio de Janeiro: Sociedade Vellosiana do Rio de Janeiro, [1851-1855?], p. 156-157.

CARTAS de Pedro Américo de Figueiredo e Melo e Daniel Eduardo de Figueiredo e Melo à Louis Jacques Brunet. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II.* São Paulo: Cia das Letras, 2007.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Estatutos do Seminario Episcopal de N. Senhora da Grasa da cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelissima, fundador do mesmo Seminario.* Lisboa: Typografia da Acad. R. das Ciencias, 1798, p. 61-62. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1511062/or1511062.html#page/1/mode/1up Acesso em: 24 jun. 2021.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *José Mamede Alves Ferreira: sua vida – sua obra, 1820 – 1865.* Recife: APEJE, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia.* São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Museu Real. [S.l.]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm> Acesso em: 07 dez. 2020.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.) *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos.* Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 55-75.

DUARTE, José Lins. *Recife no tempo da maxambomba (1867 – 1889): o primeiro trem urbano do Brasil.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco appresentou no dia da abertura da sua sessão extraordinária em 11 de Setembro de 1854, o Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo Presidente da Mesma Província.* Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1854b.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatório que a' Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, apresentou no dia da abertura da Sessão ordinária de 1854, o Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo Presidente da Mesma Província.* Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1854a.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1855 o exm. sr.*

conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma provincia. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia abertura da sessão ordinaria de 1856*. Recife, Typographia de M. F de Faria, 1856.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo; Martins Fontes, 1999.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (Pernambuco). *O Monitor das Famílias: periódico de instrução e recreio*. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1985, p. 61-76.

GABLER, Louise. Inspetor-geral/Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária. *Mapa memória da administração pública brasileira*, 2016a. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/351-inspetor-geral-inspetoria-geral-da-instrucao-primaria-e-secundaria>> Acesso em: 20 fev. 2021.

GABLER, Louise; ALVES, Salomão Pontes. Imperial Colégio de Pedro II. *Mapa memória da administração pública brasileira*, 2014 Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/326-imperial-colegio-de-pedro-ii>> Acesso em: 20 jun. 2021.

GANNAL, Jean-Nicolas. *Procédés Gannal mis à la portée de tout le monde. Embaument appliqué à la conservation indéfinie et sans mutilation des oiseaux, quadrupèdes, etc*. Paris: C. Desloges, 1840.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Antonio Marcelino Nunes. *Relatorio do Excellentissimo Senhor Comendador Doutor Antonio Marcelino Nunes Gonçalves por ocasião de entregar a presidencia da Provincia ao Doutor Joaquim Pires Machado Portela segundo vice-presidente*. Recife: Typographia de M. de Faria & Filho, 1862.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas; FAULHABER, Priscila. A formação do Museu de História Natural do Ginásio Pernambucano: a contribuição de Louis Jacques Brunet (1855 - 1863). In: RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de; GRANATO, Marcus (Org.). *Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: epistemologia e políticas*. 1ed. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 266-289.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. O Patrimônio Científico do Brasil e de Portugal: uma introdução. In: GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino (Orgs.). *Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro, MAST, 2010, p.7-14.

H Aidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

HISTÓRIA da Escola Politécnica. Disponível em: https://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php Acesso em: 31 jul. 2021.

HULIN, Nicole. Les sciences naturelles au lycée (1802-1902) *In*: GIRES, Francis. *L'Empire des sciences naturelles: cabinets d'histoire naturelle des lycées impériaux de Périgueux et d'Angoulême*. Niort, FR: 2013, p. 33-38.

IMPERIAL Colégio de Pedro II. *Mapa memória da administração pública brasileira*, 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/326-imperial-colegio-de-pedro-ii>> Acesso em: 16 fev. 2021.

INTERNATO do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

KURY, Lorelay Brilhante. Viagens científicas. Rede da Memória Virtual Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [20--]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/ciencias/viagens-cientificas/>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu *In*: CADERNO de Diretrizes Museológicas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 20-32.

LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos authenticos e informações veridicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905,

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale. Depuis la côte de la mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant la riviere des Amazones; lûe à l'assemblée publique de l'Académie des Sciences, le 28 avril 1745*. Paris: Veuve Pissot, 1745 [1746].

LEITÃO, Candido de Mello. *A Biologia no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

LORENZ, Karl M. *Ciência, Educação e livros didáticos do Século XIX*. Uberlândia, Brasil: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

LORENZ, Karl M. O ensino de ciências e o Imperial Collegio de Pedro II: 1838-1889 *In*: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Orgs.). *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p.49-61.

LORENZ, Karl M. O Collegio de Pedro II e a modernização do currículo da escola secundária brasileira *In*: ALMEIDA, Malu de Lourdes Pinto de (Org.). *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas, Brasil: Alínea, 2004, p. 47-57.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-154.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Marcia Serra. *Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos*. São Paulo: Cortez, 2009.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. Vol. 1, das Amazonas às Alagoas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1979.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1824/1954)*. 2. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1968. v. 1.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro acompanhadas de uma breve notícia de suas colleções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

OLIVEIRA, José Carlos de. *D. João VI: adorador do Deus das ciências? A constituição da cultura científica no Brasil (1808-1821)*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

PARAHYM, Orlando. *Ginásio 150 anos*. Recife: Dialgraf, 1975.

PEDRO II. *Viagem a Pernambuco em 1859*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1952.

PEDRO II. *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe e Alagoas (1859-1960)*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003, p. 25.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos 1824 – 1833*. Recife: FUNDARPE, 1984. v. 9.

PÉREZ, Salvador. El “método Gannal” de embalsamiento humano aplicado a los animales In: PÉREZ, Salvador. *Blog Taxidermidades*. Cassà de la Selva, España, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://www.taxidermidades.com/2016/11/el-metodo-gannal-de-embalsamamiento-aplicado-a-los-animales.html> Acesso em: 02 dez. 2020.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. Arte pré-histórica no Brasil: da técnica ao objeto In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (org.). *Sobre a Arte Brasileira. Da Pré-História aos Anos 1960*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; Edições SESC-SP, 2014, p. 22-61.

PETRY, Marília Gabriela. Museu escolar: o que dizem os inventários (Santa Catarina/1941-1942) In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela. (Orgs.). *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina - séculos XIX e XX)*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 79-101.

PODGNORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret. Palabras preliminares a la primera edición mexicana. In: *El desierto em una vitrina: Museos e historia natural en la Argentina (1810-1890)*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2014, p. 11-19.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidade e a história natural In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 159 – 170.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Linhas de Pesquisa. Disponível em: < <http://www.unirio.br/ppg-pmus/linhas-de-pesquisa>>. Acesso em: 19 set. 2021.

QUÉRARD, Joseph Marie. *Les supercheries littéraires dévoilées: Galerie des auteurs apocryphes, supposés, déguisés, plagiaires et des éditeurs infidèles de la littérature française pendant les quatre derniers siècles: ensemble les industriels littéraires et les lettrés qui sont anoblis à notre époque*. Paris (França): L'Editeur, 1847.

RAMOS, José Ildfonso de Souza. *Relatório apresentado Assembléa Legislativa na Segunda Sessão da decima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos negócios do Império*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862.

ROSADO, Vingt-un. *De Pedro Américo Figueiredo e Melo a Louis Jacques Brunet, passando por Mossoró*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2001.

ROSADO, Vingt-un; SILVA, Antonio Campos. *Louis Jacques Brunet, naturalista viajante*. Natal: CERN, 1973.

SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffroy. Sur quelques résultats récemment obtenus a l'Égard du ver à soie du ricin *In: BULLETIN mensuel de la Société Impériale Zoologique d'Acclimatation*. Paris: A la Librairie de Victor Masson, 1857. v. 4.

SANJAD, Nelson. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866 – 1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010b.

SANJAD, Nelson. O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907 *In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro, Mauad X: Faperj, 2010c, p. 305-326.

SANTANA, Pollyne Ferreira de. O ontem e o hoje do Gabinete de História Natural: um estudo de caso do Ginásio Pernambucano *In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (Org.). Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020, p. 120-138.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nas barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SETTE, Mário. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Joaquim Raphael da. Relatório *In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia de abertura da sessão ordinária de 1856, o Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo Presidente da Provincia*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1856a, p. 147-155.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. *O costume da praça vai à casa: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org). *Culturas escolares, sabres e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar do currículo no século XX: ensino primário e secundário*. São Paulo: Cortez, 2008.

STICKEL, Erico João Siriuba. *Uma pequena biblioteca particular: subsídios para o estudo da Iconografia no Brasil*. Prefácio de Emanuel Araújo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

STRANSKÝ, Zbynek Zbyslav. *Archeologie a muzeologie*. Brno: Masarykova Univerzita, 2005.

TAQUES, Benevenuto Augusto Magalhães. *Relatório que apresentou ao exmo. sr. presidente da província de Pernambuco exmo. sr. dr. Benevenuto Augusto Magalhães Taques por ocasião de lhe passar a administração em 14 de outubro de 1857 o dr. Joaquim Pires Machado Portela, 3.º vice-presidente da mesma província*. Recife: Typ. De M. F. de Faria, 1858.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A casa de Alagoas*: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. Do gabinete de história natural ao museu de história natural do Ceará: o primeiro museu cearense (1867-1871) In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (Org.). *Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020, p. 103-119.

VANDELLI, Domingos. Breves instruções aos correspondentes da academia das ciencias de lisboa. [S. l.: s. n.], 1781, p. 13.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl M. Currículo de 1855 do Colégio de Pedro II: ensino propedêutico versus ensino profissionalizante In: *Anais do V Seminário de Estudos e Pesquisas*, Campinas, Unicamp, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 107-116.

WULF, Andrea. *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta, 2016.

ZACCARA, Madalena. *Pedro Américo: um artista brasileiro do século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

Artigos de Periódicos científicos, Monografias, Teses e Dissertações e Anais de Congressos

ABSOLON, Bruno Araujo; FIGUEIREDO, Francisco José de; GALLO, Valéria. O primeiro Gabinete de História Natural do Brasil (“Casa dos Pássaros”) e a contribuição de Francisco Xavier Cardoso Caldeira. *Filosofia e História da Biologia*, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2018.

ALVES, Vânia Maria Siqueira. *Museus escolares no Brasil: De recurso de ensino ao patrimônio e a museologia*. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Bruno Melo de *et al.* De objetos do ensino a patrimônio: Estudo comparativo dos objetos científicos e de ensino nos laboratórios de física do Colégio Pedro II e do Ginásio Pernambucano. *Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Disponível em: [https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545088852_ARQUIVO_ArtigoBrunoMarcusetal-Final\(rev\).pdf](https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545088852_ARQUIVO_ArtigoBrunoMarcusetal-Final(rev).pdf) Acesso em: 27 set. 2021.

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2008.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004.

BEZERRA, Ricardo José Lima. A escolarização secundária e a ordem oligárquica em Pernambuco nas primeiras décadas da República Brasileira. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 29, p. 237-249, set./dez. 2012.

BORGES, Bernardino José. Notícia sobre o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Visconde do Bom Conselho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 56, v. 88, pt. 2, p.45-61, 1893.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. Notícia acerca dos animaes de raças extinctas descobertos em vários pontos do Brasil (2ª parte). *Trabalhos da Sociedade Vellosiana* (Bibliotheca Guanabarensis), p. 17-21, 1856.

CABRAL, Dilma. Diretorias/Diretores-Gerais de Índios. *Memória da Administração Pública Brasileira*, 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/312-diretores-diretoria-geral-dos-indios>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CAMARGO, Téa. Colecionismo, Ciência e Império. CEDOPE. *Ata da VI Jornada Setecentista*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005, p. 576-587.

CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista*, v.22, n.2. p. 105-152, jul.- dez, 2014.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “*Praieiros*”, “*guabirus*” e “*populaça*”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CERÁVOLO, Suely Moraes; LOPES, Maria Margaret. Museus provinciais: contribuições para o panorama museológico brasileiro. *Museologia e Patrimônio*, vol.13, n. 1, p. 144-166, 2020.

CERÁVOLO, Suely Moraes; RODRIGUEZ, Mariana Cerqueira. Colecionismo na Bahia oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 197-212 jul.-dez. 2018.

CHAMOUX, Henri. Les cabinets scientifiques dans les lycées au XIXe siècle et leur conservation. *In Situ. Revue des patrimoines*, n. 45, p. 1-22, 2021.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2015.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 129–146, 2020.

DASZKIEWICZ, Piotr. La maison Verreaux au XIXe siècle à Paris, plaque tournante des collections naturalistes mondiales. *Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée*. 39^e année, bulletin n°2, 1997. pp. 111-129.

FARIAS, Gilmar Beserra de. *A disciplina escolar história natural em Pernambuco e os livros didáticos de Valdemar de Oliveira (1939-1965)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; EWBANK, Cecilia de Oliveira; SILVA, Marina Jardim e; HENRIQUES, Deise Dias Rêgo. Uma lembrança de infância: os “fósseis colossais” e o papel de Frederico Leopoldo César Burlamaque como primeiro paleontólogo brasileiro. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 2, p. 239-259, 2010.

FERREIRA, António Gomes Alves; VECHIA, Ariclê. Um olhar sobre instituições de ensino secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II. *Cadernos de História da Educação*, n. 3 - jan./dez. 2004.

GARCIA, Rodolpho. As viagens de D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 152, t. 98, p.115-125, 1925.

GIL, Fernando Bragança. Museus de ciência: preparação do futuro, memória do passado. Colóquio ciências. *Revista da Cultura Científica*, n. 3, p. 72-89, out. 1988.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. Construindo uma Coleção: as expedições científicas de Louis Jacques Brunet e o Museu do Ginásio Pernambucano (1857 - 1862) In: GRANATO, Marcus (Org.). *Anais do 4º Seminário Internacional Cultura Material e*

Patrimônio de C & T. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016, p. 338-350.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes; ARAÚJO, Bruno Melo de. Objetos de ensino e o patrimônio cultural de ciência e tecnologia no Brasil e em Portugal: contribuições sobre levantamentos e inventários como instrumentos de preservação em escolas de ensino médio. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 26, p. 1-41, e30, 2018.

GUIMARÃES, Braga. Gabinete de História natural do Ginásio Pernambucano. *Revista do Gymnasio Pernambucano*, anno II, nº 3, p. 47-236, jun. 1933.

HANDFAS, Ethel Rosemberg; GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. O Patrimônio Cultural Universitário de Ciência e Tecnologia: os acervos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador: UFBA/ANCIB, 2016. v. 1. p. 1-20.

JOTTA, Carlos Augusto Ribeiro. Registros da atuação de Claude Henri Gorceix na Escola de Minas de Ouro Preto: a formação de um patrimônio de ciência e tecnologia In: RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de; GRANATO, Marcus (Org.). *Anais do IV Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia [recurso eletrônico]: epistemologia e políticas para o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia*. Recife: Ed. UFPE, 2019, p. 302-320.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8 (Suplemento), p. 863-880, 2001.

KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e Natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, p. 57-85, 1997.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: 'tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. *Museologia & Interdisciplinaridade, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília*. Brasília, PPGCI UnB, v. 2, n. 4, p. 48-61, 2013.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter)ativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007, p. 1-15.

LOPES, Maria Margaret. Cooperação científica na América Latina no final do século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. *Interciencia*, v. 25, n. 5, p. 228-233, 2000.

MAC CORD, Marcelo. Cor e letramento nos censos: Recife e cercanias, 1872-1890. *Revista Z Cultural*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 1, p. 1-15, 2019.

MADI FILHO, José Maurício. *Animais taxidermizados como materiais de ensino em fins do século XIX e começo do século XX*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.

MARCHI, Camila. As práticas a partir do uso dos museus escolares nos estabelecimentos de ensino paulista (1895 – 1940). *Revista Latino-Americana de História*, vol. 5, nº 16, p. 219-236, dez. 2016.

MELLO NETO, José Antonio Gonçalves. Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, no. 3, p. 33-64, 1954.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A emergência do ensino secundário público no Brasil e em Portugal: uma "história conectada". *Revista Contemporânea de Educação*, vol.8, n. 15, jan./jul. 2013.

PETRY, Marília Gabriela. *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952)*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2013.

PETRY, Marília Gabriela; Gaspar da Silva, Vera Lucia. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Revista História da Educação*, vol. 17, n. 41, set-dez, 2013, p. 79-101.

PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)*. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Projeto Valorização do Patrimônio de C&T Brasileiro: Resultados em Pernambuco. *Museologia e Patrimônio*, v. 8, n. 2 p. 29-57, 2015a.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Sobreviveu, quem diria: o processo de musealização do Gabinete de História Natural do Ginásio Pernambuco no século XX. *In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. João Pessoa: ANCIB, 2015b. v. 1. p. 1-20.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública [online]*. v. 34, n. 12, 2018.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796 - 1873*. Dissertação (Mestrado em Geociências, Área de Educação Aplicada as Geociências), Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências, Campinas, 2001.

SANJAD, Nelson Rodrigues. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 20-22, 2010a.

SANTANA, Pollyne Ferreira de. *O museu na escola: a coleção de modelos didáticos para o ensino de botânica do Museu Louis Jacques Brunet/ Ginásio Pernambucano (1893-1934)*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTANA, Pollyne Ferreira de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. Documentação museológica em acervo fotográfico: um subsídio para conhecer os gabinetes e laboratórios de ensino do Colégio Ginásio Pernambucano no período de 1931 a 1934. *In: GRANATO, Marcus. Anais do Anais do 4º Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C & T*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016, p. 245-258.

SANTANA, Ronaldo Santos; SOFIATO, Cássia Geciauskas. O ensino de Ciências Naturais e os alunos surdos do século XIX. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 25, n. 2, p. 333-351, 2019.

SANTOS, Vinicius Rodrigues dos; MARANDINO, Martha. Dioramas de História Natural em Museus Escolares: potencial e desafio para o ensino. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 8, n. 16, p. 160-182, 30 out. 2019.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. *Apolo e Dioniso no templo das musas. Museu – Gênese, idéia e representações na cultura ocidental*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 1998.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Conceitos, Termos e Linguagens da Museologia: novas abordagens *In: Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, ANCIB, 2014, p. 4644-4663.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 46, p. 123-164, 1 fev. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. A ciência no Império. *Parc. Estrat*, Brasília-DF, v. 17, n. 34, p. 155-176, jan./jun. 2012.

SILVA, Adriana Maria Paulo da; OLIVEIRA, Ramon de. O trabalho docente anunciado no Diário de Pernambuco entre 1851 e 1890. *Revista Trabalho e Educação*, v. 23, n. 1, p. 275-295, 2014.

SOUZA, Flavia Pacheco Alves de; KAMENSKY, Andrea Paula dos Santos Oliveira. Fritz Müller, o naturalista darwinista do Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 470-492, fev. 2017.

SOUZA, João Silveira de. *Relatório apresentado na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de março de 1863 pelo Excellentissimo Senhor Doutor João Silveira de Souza Presidente de Pernambuco*. Recife, PE: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1863, p. 16.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES*, ano XX, n. 51, p. 9-27, nov. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun., p. 199 – 221, 2013.

TAKEUCHI, Márcia Regina. *Livros escolares e ensino de ciências na instrução pública elementar brasileira do século XIX ao XX*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. *A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. 1982. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.

Documentos de Arquivo

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá e. [*Correspondência*]. Destinatário: Louis Jacques Brunet. Belém, 20 jan. 1860a. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, v. 4.

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá e. [Ofício] 30 abr. 1860c, Belém [para] Juiz interino da Comarca de Santarém, Santarém. 2f. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, v. 2, Pasta 5, Documento 1, fl. 1.

BRUNET, Louis Jacques [*Correspondência*] Destinatário: Custódia Francisca de Sá Brunet. Pernambuco, 17 out. 1858a, 3f. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2.

BRUNET, Louis Jacques [*Correspondência*]. Destinatário: Joaquim Rafael da Silva. Vila Bela, 29 jul. 1858b. 3f. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2.

BRUNET, Louis Jacques. [*Correspondência*]. Destinatário: José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 7 abr. 1856. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 4, Documento 3.

BRUNET, Louis Jacques. [*Correspondência*]. Destinatário: Luís Barbalho Muniz Fiúza Barreto de Meneses. Recife, 14 fev. 1860. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Instrução Pública, Códice IP-12, fl. 37.

BRUNET, Louis Jacques. Relatório de 5 de setembro de 1858. Registro da correspondência 1855-1872 (cartas extraídas dos arquivos do Colégio Estadual de Pernambuco), 1858c. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, v. 2, Pasta 4, Documento 26, fls. 4, 5 e 6.

OFÍCIO do dia 8 de abril de 1861. Ofícios da Presidência ao Diretor de Obras, 1861a. Arquivo Público do Estado do Pará, Belém, Área Obras Públicas, Fundo Repartição de Obras Públicas Provincial, v. 29.

OFÍCIO do dia 12 de abril de 1861. Ofícios da Presidência ao Diretor de Obras, 1861b. Arquivo Público do Estado do Pará, Belém, Área Obras Públicas, Fundo Repartição de Obras Públicas Provincial, v. 29.

SILVA, Joaquim Raphael da. [*Correspondência*]. Destinatário: Jerônimo Villela de Castro Tavares. Recife, 5 mar. 1860a. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Instrução Pública, Códice IP-12, fl. 35.

SILVA, Joaquim Raphael da. [Correspondência]. Destinatário: Louis Jacques Brunet. Recife, 20 out. 1855. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 4, Documento 26, fl. 1.

SILVA, Joaquim Raphael. [Correspondência]. Destinatário: Louis Jacques Brunet. Recife, 22 jan. 1856b. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 4, Documento 26, fl. 1.

SILVA, Joaquim Raphael da. Relatório de janeiro de 1859. Registro dos relatórios 1855 – 1872. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 3, Documento 1, fl. 1, 1859.

SILVA, Joaquim Raphael da. Relatório de 1860. Registro dos relatórios 1855 – 1872. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 3, Documento 03, fl. 2,3, 1860.

SILVA, Joaquim Raphael da. Relatório de 24 de janeiro de 1862. Registro dos relatórios 1855 – 1872. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 3, Documento 03, fl. 4, 1862.

VASCONCELLOS, Tranquilino Cabral Tavares de. Relatório de 31 de dezembro de 1863. Registro dos relatórios 1855 – 1872, 1863a. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 3, Documento 1, fl. 7.

VASCONCELLOS, Tranquilino Cabral Tavares de. Registro dos relatórios 1855 – 1872, 1863b. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, Vol. 2, Pasta 3, Documento 1, fl. 8.

Legislação

BRASIL. Decreto de 7 de agosto de 1832. Determina que o Seminário de Olinda fique sendo o collegio preparatorio das artes do Curso Juridico, crêa as cadeiras que faltam, e marca os ordenados dos professores. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832 – Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 49-51.

BRASIL. Decreto de 7 de novembro de 1831. Approva provisoriamente os novos estatutos para os Cursos de Sciencias Juridicas e Sociais do Império. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1831 – Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 185-212.

BRASIL. Decreto nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Approva o Regulamento do Collegio de Pedro Segundo. *Colleção das leis do Imperio do Brasil de 1855 – Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856a, p. 80-93.

BRASIL. Decreto nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Approva o Regulamento do Collegio de Pedro Segundo. *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1855 – Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856, p. 80-93.

BRASIL. Decreto nº. 2006 de 24 de outubro de 1857. Approva o Regulamento para os collegios publicos de instrucção secundaria do Municipio da Côrte. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2006-24-outubro-1857-558097-publicacaooriginal-78997-pe.html>> Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm> Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 884 de 1º de outubro de 1856. Governo da Provincia. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXII, n. 263, 7 nov. 1856b. Parte Official, p. 1.

BRASIL. Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro II. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil* 1838. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839, p. 61-96.

PERNAMBUCO. Lei nº 355 de 25 de setembro de 1854. Ordena que d'ora em diante se observe a seguinte Reforma e Regulamento Geral para a Instrucção Pública da Provincia. *In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1855 o exm. sr. conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, presidente da mesma provincia*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855, p. 1-25.

PERNAMBUCO. Lei nº 369 de 14 de maio de 1855. Governo da Provincia. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXI, n. 154, 6 jul. 1855. Parte Official, p. 1-2.

PERNAMBUCO. Lei Provincial nº 43, de 12 de junho de 1837. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1837.

Jornais

ALGUMAS palavras sobre o Lycêo reformado. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XVIII, n. 78, 12 abr. 1842. *Diario de Pernambuco*, p. 2.

ASSEMBLEA Legislativa Provincial. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIV, n. 133, 12 jun. 1858. *Pernambuco*, p. 2.

AVISOS diversos. *Diario de Pernambuco*, Recife, n. 165, 2 ago. 1841, p. 2.

BRAGA, Nivaldo Teixeira. Histórico. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano XXXIII, n. 104, 12 mai. 1886. *Museo Paranaense*, p. 2.

BRUNET, Louis Jacques *In: KRATIF, Abdalah El [Antônio Pedro de Figueiredo]. Bombyx Cynthia ou Bicho de seda do carrapateiro*. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIII, n. 124, 1 jun. 1857. *A Carteira*, p. 1.

CORRESPONDENCIA do Diario de Pernambuco. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXIX, n. 13, 17 jan. 1853. *Interior*, p. 1.

CORRESPONDENCIAS do Diario de Pernambuco. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXX, n. 250, 31 out. 1854. Interior, p. 1.

CRATO 28.de agosto de 1857. *O Cearense*, Fortaleza, ano XI, n. 1059, 18 set. 1857. Corresp. do Cearense, p. 3.

DIRECTORIA geral de instrucção publica – Expediente de 1 a 15 de março. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXVI, n. 66, 20 mar. 1860. Parte Official, p. 1.

EXPEDIENTE do dia 25 de maio de 1857. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIII, n. 137, 17 jun. 1857. Parte Official, p. 1.

EXTRACTO do Presidente do Governo da Provincia no mez de outubro de 1860. *Estrella do Amazonas*, Manaus, n. 493, 27 out. 1860a. Governo da Provincia, p. 3.

EXTRACTO do Presidente do Governo da Provincia no mez de outubro de 1860. *Estrella do Amazonas*, Manaus, n. 494, 31 out. 1860c. Governo da Provincia, p. 2.

EXTRACTO do Presidente do Governo da Provincia no mez de outubro de 1860. *Estrella do Amazonas*, Manaus, n. 495, 3 nov. 1860b. Governo da Provincia, p. 3.

FACTOS Diversos. *O Constitucional*: jornal politico, religioso, scientifico, litterario, Recife, ano I, n. 137, 7 set. 1861b. Factos Diversos, p. 2.

FACTOS Diversos. *O Constitucional*: jornal politico, religioso, scientifico, litterario, Recife, ano I, n. 124, 23 ago. 1861a. Factos Diversos, p. 2.

GOVERNO da Provincia. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXVI, n. 54, 6 mar. 1860a. Parte Official, p. 1.

GOVERNO da Provincia. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXI, n. 205, 5 set. 1855a. Parte Official, p. 1-2.

GOVERNO da Provincia. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIV, n. 148, 2 jul. 1858. Parte Official, p. 1.

GOVERNO da Provincia. Expediente do dia 1 de agosto. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXVII, n. 54, 5 ago. 1861. Parte Official, p. 1.

GOVERNO da Provincia. Expediente do dia 16 de agosto. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXI, n. 194, 23 ago. 1855b. Parte Official, p. 1.

GOVERNO da Provincia – Extracto do expediente do Governo do dia 26 de Abril – Officios. *Gazeta Official*, Belém, ano III, n. 98, 2 mai. 1860b. Parte Official, p. 2.

GYMNASIO Pernambucano. *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXIV, n. 242, 23 out. 1931. Movimento Escolar, p. 4.

KRATIF, Abdalah El [Antônio Pedro de Figueiredo]. 8 de fevereiro de 1857. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIII, n. 51, 9 fev. 1857. A Carteira, p. 1.

KRATIF, Abdalah El [Antônio Pedro de Figueiredo]. Uma excursão scientifica ao interior desta província pelo Sr. L. J. Brunet. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIV, n. 106, 10 mai. 1858. A Carteira, p. 1.

PASSAGEIROS do Vapor Nacional Tocantins sahido para os portos do Norte. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXVI, n. 89, 17 abr. 1860. Revista Diaria, p. 2.

REVISTA Diaria. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIX, n. 66, 21 mar. 1863.

ANEXOS

ANEXO A

Artigo “Museo de ciencias naturaes do Gymnasio, fundado pelo professor L. J. Brunet” de autoria de Abdalah El Kratif, publicado em 4 maio de 1857

É mui notável que n'um país, onde a natureza derramou com profusão os seus mais ricos tesouros, tenha o homem vivido quase insensíveis a tantas magnificências, e por preguiça, indiferença ou ignorância ainda não tenha tirado vantagem alguma dos dons preciosos e esplendidos, que a Providência Divina tão liberalmente lhe concedeu. Com raras exceções, os produtos agrícolas, cuja cultura constitui a nossa fonte principal de riquezas, - a cana, o café, o algodão, - devemos à Asia e a África.

Os animais domésticos que nos alimentam e nos ajudam a vencer as distancias, vieram-nos da Europa e d'Asia; os vestidos com que nos adornamos, são fabricados com matérias primas exóticas; as nossas boticas são quase inteiramente providas com as plantas e substâncias minerais e animais das outras partes do mundo: os nossos instrumentos de ferro, cobre, estanho, chumbo e prata, todos nos vem do estrangeiro.

Hoje que já começamos a ser contados entre os povos civilizados, é tempo de pagar o nosso tributo ao mundo, e em cambio do que dele recebemos, cumpre que façamos esforços para aproveitar as riquezas que naturais do nosso território, executando a missão, que Deus nos impôs, de trabalhar para o bem estar geral e aperfeiçoar o nosso planeta.

As florestas luxuriantes, riquezas acumuladas pelos séculos, encerram inumeráveis espécies de vegetais, cuja maior parte pode ministrar raízes ou tubérculos feculentos; frutos deliciosos; fibras tecíveis iguais, se não superiores, ao linho, ao cânhamo, ao algodão; gomas, resinas, matérias tintoriais uteis as artes; raízes e cascas medicinais preciosas; perfumes que em nada cedem ao Oriente; são todos os dias impiamente destruídas pelo ferro e pelo fogo.

Numerosas legiões de insetos que as habitam desaparecem, e entre eles alguns há que podem ser se apropriados as nossas necessidades, como as diversas espécies de bichos de seda, que tecem os nossos estofos mais brilhantes, assim como várias espécies de abelhas selvagens, que sendo domesticadas, nos ministram com abundância mel e ceras perfumadas.

Os quadrupedes e os passarinhos que as povoam, obrigados a procurar outro asilo, se retiram para os desertos.

O Tamanduá-bandeira, tão útil para ser oposto á invasão das formigas, tem quase inteiramente desaparecido.

O Tapir ou Anta que se podia empregar ou como animal de carga, ou como alimento, se tem tornado de uma extrema raridade.

O Pecari ou porco do mato já começa a desaparecer; entretanto a respectiva carne não é inferior a do porco doméstico.

Cousa singular, diz um autor: « De quarenta animais domésticos que possuímos, dos quais trinta e seis pertencem ao hemisfério boreal, a América ao abrir-se à Europa com todos os seus tipos novos, parece dever marcar uma era de progresso.

“Mas de tantos animais uteis que ela nos descobre, apenas há um de algum valor que nos dá, é o Peru. Depois resta somente a mencionar o Pato da Barbaria e a aperea...”

A história da domesticação nos conduz ao resultado singular, de que ao passo que tudo é sujeito a uma lei de progresso nas sociedades humanas, esse ramo do nosso poder, é o único que sofre uma lei de decadência.

A razão desse abatimento singular das conquistas do homem sobre a natureza selvagem, é a espécie da indiferença em que há caído a este respeito, apenas teve em seu poder as espécies domésticas de que tem mais necessidade.

Sem dúvida alguma o nosso solo não é menos rico do que as nossas florestas.

Importantes minas de ferro, minas d'ouro de platina, mármore, ágatas, granadas, ametistas, sais e barros empregados nas artes, combustíveis minerais, não são verificados em vários pontos das províncias vizinhas; e como o nosso solo é idêntico, deve participar das mesmas riquezas.

Permanecemos por muito tempo em uma indiferença culpável aos meios de desenvolvimento que temos em nossas mãos.

Esperamos que o novo estabelecimento, cheio de futuro, que devemos á solicitude do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, desenvolvendo o gosto do estudo das ciências naturais em a nossa juventude estudiosa, nos ajudará a fazer sobre a natureza as novas conquistas que invocamos com todos os nossos votos.

O pequeno museu que a custa de paciência, trabalho, fadigas e privações já tem podido formar o digno professor de história natural, o Sr. L. J. Brunet que dele é encarregado, sob a direção do incansável e muito prestimoso regedor do Ginásio, nos tem vivamente interessado.

Temos admirado entre a coleção de insetos, já numerosa, uma variedade de formas e uma riqueza de cores e de desenhos, cuja ideia precisa só a vista pôde dar.

Entre os Lepidópteros (Borboletas) figuram no meio de espécies mais brilhantes três ou quatro espécies de Bombyx indígenas, cujos bichos não formado casulos de uma seda lustrosa e flexível, e, n'um futuro mais ou menos próximo, poderão substituir entre nós os do Bombyx d'amoreira, que como toda a gente sabe, ministra ao comércio a mór parte da seda.

Temos observado ainda sobre ramos de diversos arbustos várias espécies de Hemeteros cujo corpo secreta em abundância uma cera branca, de que sem dúvida se tirara grande utilidade, assim que se procurar fazê-los multiplicar.

Além de mui grande número de animais e de pássaros que o professor tinha reunido antes de uma viagem, que acaba de fazer no interior dos sertões, trouxe quatro malas cheias de objetos para o museu, entre os quais reconhecemos a maior parte de espécies de pássaros mais notáveis da província.

Entre os *Rapaces*, citaremos *Circaetes* ou pequenas águias, o urubu-rei, muitos gaviões pertencentes aos gêneros *Falco*, *Nisus*, *Milvus*, *Buleo*; grandes espécies de *Rapaces nocturnos*.

Na ordem dos pássaros propriamente ditos encontram-se deslumbrantes colibris (beija flor) cujo esplendor rivaliza com as das pedras preciosas.

Na ordem dos *Echassiers* (aves pernalongas) o grande *Tantalus* branco, impropriamente chamado jaburu no país, diversas espécies *d'Ardea* ou garças, o Carão, o Ibis bronzeado, duas lindas espécies do gênero *Vanellus*, o Espanta Boiada, Tétéo, a Seriema, a Emma.

Entre os Palmípedes, além das diversas espécies de marrecas, temos de mencionar o grande pato de aza branca e o ganso cor de bronze ou Putrião, pássaros notáveis pela qualidade da carne, e que seria fácil domesticar.

Fora mui longo e fastidioso para o leitor continuar estas citações, achamos melhor pedir-lhe que, como nós, vá ao Ginásio admirar o museu.

Com tudo, não podemos deixar em silencio um fragmento de duas arrobas de um aerólito ou pedra caída do céu, de ferro magnético, e meteórico mais puro e do peso de muitas milhares de libras que caiu em 1842 na margem esquerda do rio que fica defronte da pequena cidade de Cabaceiras na província da Paraíba.

Este aerólito ao cair produziu um medonho estampido, esmagou e abriu em duas partes um enorme rochedo, cuja metade caiu no rio, e espalhou estilhaços até a distância de um quarto de légua em redondeza.

O gabinete de história natural do Ginásio ainda não está completo, mas pode ser considerado como um germen fecundo para um futuro desenvolvimento grandioso, e um testemunho solene a habilidade e dedicação do incansável professor L. J. Brunet.

Este homem infatigável, de uma verdadeira dedicação à ciência, não se poupa a sacrifício algum para cumprir dignamente a tarefa de que fora encarregado.

Desde a manhã até a noite consagra todo o tempo a atividade a um árduo trabalho, e quando é necessário tem passado noites inteiras ocupado em preparar a caça colhida de dia.

A fome, a sede, o sol, a lama dos pântanos, os espinhos, nada o assustam: tudo afronta para satisfazer a sua paixão pela ciência.

Muitas vezes se enterra na lama, como um verdadeiro jacaré, penetrando por entre espinhos, para abrir uma passagem, a fim de acompanhar a presa que persegue.

O gabinete ou museu do Ginásio recebeu, do governo geral, uma coleção de pássaros e de outros animais, já preparados convenientemente; mas podemos asseverar que são muito inferiores aos que saem das mãos do Sr. Brunet.

Se Pernambuco ainda não possuía um estabelecimento deste gênero, onde se contenham os ricos tesouros que a natureza lhe concedeu com profusão, denteo em pouco, gralhas aos esforços deste digno professor, poderá oferecer a contemplação dos nacionais e estrangeiros, em um limitado espaço, admiráveis espécies de vegetais, gomas, resinas, diversas espécies de bichos de seda que entram na composição dos nossos mais esplendidos estofos, muitas coleções de pássaros e de outros animais, mármore, ágatas, granadas, ametistas, e outras magnificências hoje quase perdidas para as nossas necessidades.

Os serviços que o professor da primeira cadeira de ciências naturais do Ginásio há prestado a província, não se limitam a criação e organização do museu. O governo provincial o tem encarregado de outras missões científicas, cujo cumprimento será de grande utilidade pública, e mais uma prova para atestar a inteligência e conhecimentos do Sr. Brunet.

Em virtude de um aviso de 20 de julho de 1856, a presidência de Pernambuco foi autorizada a mandar uma pessoa habilitada estudar a composição dos nossos terrenos em relação às culturas principais do país, remetendo as diversas amostras de terra a secretaria dos negócios do império.

Sabemos que o Exm. Sr. Vice-presidente vai encarregar o Sr. Brunet esta importante comissão, assim como está incumbido de verificar a existência de uma mina de ferro no Limoeiro, cuja amostra dizem que dera 80 por cento, outra do mesmo metal em Buíque, uma mina de ouro em Pajeú de Flores, e indagar se nas vizinhanças desta minha haverá possibilidade de se fazerem poços artesianos para a lavagem do ouro, pois consta não ter sido ainda explorada por falta d'água no lugar.

O Sr. Brunet remeteu uma porção de semente de bichos da seda para o Rio, e outra para a Europa: a que foi para o Rio extinguiu-se; mas segundo um jornal francês, a semente enviada para a Europa deu muito boa seda, superior a de alguns países, alias de reconhecida fama.

O diligente e ativo professor aceitará todas estas árduas comissões. A província e todo o império receberão mais uma prova do amor e dedicação do Sr. Brunet, e a maledicência e a inveja ficarão mais esta vez envergonhadas.

Procurar engenhosamente mil pretextos frívolos para desacreditar o que não compreendem, será a eterna quimera de grande número de homens.

O Ginásio, cercado na sua aurora de muitos preconceitos, contando apenas dois anos de existência, e sem um edifício conveniente, não pode ainda proporcionar as vantagens a que é destinado; com tudo ninguém duvida hoje da sua necessidade e do futuro brilhante a que é destinado.

Em consequência das dimensões acanhadas em que se acha colocado, dizem que só admite quarenta e oito internos, mas todos os lugares estão ocupados, e grande número de pretendentes solicitam instantaneamente uma admissão nesse alcácer da educação, das ciências e das letras.

Sem embargo de um ônus pecuniário, o número dos externos também he avultado. O talento desvalido, privado dos meios da fortuna para desenvolver-se, encontra nesse templo modesto da civilização, um abrigo consolador, e um dia poderá ser útil a si e a pátria.

A ignorância, a inveja, a maledicência procuraram ao princípio desacreditar esta instituição e os indivíduos a cujo cuidado foi confiada, mas a verdade tem triunfado, e o porvir será brilhante. [...]

KRATIF, Abdalah El [Antônio Pedro de Figueiredo]. Museo de ciencias naturaes do Gymnasio, fundado pelo professor L. J. Brunet – Ainda o Cometa de 1857. *Diario de Pernambuco*, Recife, ano XXXIII, n. 101, 4 mai. 1857. A Carteira, p. 1.

ANEXO B

Carta dirigida à Presidência da Provincia por Louis Jacques Brunet em 14 de fevereiro de 1860

Dit Louis Jacques Brunet professeur du Gymnase de Pernambuco, que chargé de cours d'histoire naturelle d'est établissement, il a fait jusqu'à jour tout à que lui et permis les moyens mis à sue disposition pela le Gouvernement pour former les éléments d'un cabinet qui pour avoir profitable aux élèves l'étude de la science de la nature.

Que malgré toute sa diligence, jointe à l'active coopération du Révérend Directeur du Gymnase il lui reste beaucoup plus à faire pour remplis le but proposé : la plupart des familles zoologiques manquante, la collection de Minéraux étant fort peu de choses et celle des végétaux encore moindres.

Que vu de petit nombre d'élèves, deux seulement qui existent cette année pour le cours d'Histoire Naturelle du Gymnase, il pense qu'il serait plus utile, tant pour l'avantage du cours dont il est chargé que pour les intérêts de la Province, d'appliquer son travail de cotte année spécialement à l'argumentation du cabinet d'Histoire Naturelle du Gymnase moins encore pour le rendre digne de nom usurpé de Musée qu'on a bien voulu lui donner que pour rendre aux élevés l'étude de la science plus agréable, plus facile, et par suite plus profitable.

Que pour arriver à cette fin, il lui paraît avantageux de faire une excursion dans l'Amazone éu il lui sera possible de collections, de nombreux objets, non seulement pour le cabinet du Gymnase comme pour le Musée do Rio de Janeiro, d'autant plus que son Excellence le président du Pará, le Coronel Antonio Coelho de Sá e Albuquerque lui a promis sa puissante protection dans cette affaire.

Pour ces motifs qu'il soumet à l'apposé citation éclairée de votre Excellence, il vient lui demander la faculté de suspendre, pour cette année, leu cours dont il les chargé et d'aller en commission dans l'Amazone, votre Excellence, le favorisant des moyens nécessaires pour exécuter cette entreprise ; ainsi.

Recife, 14 de février 1860.

BRUNET, Louis Jacques. [*Correspondência*]. Destinatário: Luís Barbalho Muniz Fiúza Barreto de Meneses. Recife, 14 fev. 1860. 1 carta. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Instrução Pública, Códice IP-12, fl. 37.

ANEXO C

Rascunho de relatório das despesas feitas a serviço do Museu, de fins de maio de 1857 a 5 de setembro de 1858

Uma pinça grande	4\$000
Papel de embeber	3\$500
Papel para embrulhos	5\$000
Uma arroba de algodão (Junho).....	6\$000
12 libras de espermacete a 900 (Julho)	10\$000
3 couros de bezerro para embrulhar os gatos mefitis e outros que mandei.....	3\$000
Gratificação ao portador que conduziu os sobreditos embrulhos no fim de Julho...	2\$000
Gratificação a caçadores (Agosto)	3\$320
Uma ar. de algodão para embrulhar os peixes fósseis e preparar os objetos que mandei em Setembro.....	5\$500
Ao portador que conduziu os “peixes e outros objetos de Exú até o Rio do Peixe (Setembro)	10\$000
Aluguel de um cavalo em Goiana, e milho para o cavalo que ficou doente ou cansado	16\$000
Uma arroba de algodão para embrulhar os ossos fósseis, minerais (Outubro)	6\$000
Um tamanduá bandeira vivo, comprado ao meu pedido pelo Revmo. Pe. Pedro, Vigário de Ouricuri, pelo fim de fazer esqueleto sem defeito....	30\$000
Dez libras de espermacete a 1600.....	16\$000
Um tamanduá bandeira manso	6\$000
Uma arroba de algodão (novembro)	8\$000
Um tatú canastra	8\$000
Um queixada fêmea	6\$000
14 libras de sabão arsenical	14\$000
Um tamanduá bandeira fêmea	6\$000
Um tatú canastra (velho) (dezembro)	10\$000

Um queixada manso	6\$000
Uma colhereira viva para fazer esqueleto	2\$000
Uma tarrafa	10\$000
Uma arroba de algodão.....	8\$000
Dez libras de espermacete a 1\$600	16\$000 .
Dois jogos de caixões grandes de madeira	20\$000
Dois corvos para cobrir um jôgo	10\$000
Dois ditos para cobrir as duas cargas de carvão.....	8\$000
Gratificação aos caçadores	5\$000
Um surubim grande (janeiro)	4\$000
Um pirá grande	1\$000
Dois canudos de espírito	5\$120
Um ferro para trabalhar os peixes	\$640
Uma capivara para esqueleto (Fevereiro)	5\$000
Pedra Hume	4\$000
Uma paca	\$320
Duas capivaras (março)	8\$000
Um sagui de orelhas pretas	2\$000
Uma canada de espírito	2\$560
Dez libras de espermacete (a1\$400.....	14\$000
Meia ar. de algodão	3\$000
três libras de pólvora fina (abril)	9\$000
Dez libras de chumbo	3\$200
Três caixas de espoleta	\$600
Pago ao portador do sabão arsenical (Maio)	2\$000
Meia ar. de algodão (Junho)	3\$000
Um jacurutu	1\$000
Um jacaré grande (julho.....	1\$240
Adiantado ao portador das cartas (agosto)	10\$000
Um portador com duas cargas (setembro e outubro).....	44\$000
Condução de cartas de Petrolina até Vila Bela	292\$000
Mantimentos aos portadores que conduziram as cartas de Vila Bela a Pernambuco	29\$000
	708\$000

Recebi por conta 120\$000

578\$000

Pernambuco, 14 de outubro de 1858

BRUNET, Louis Jacques. Registro da correspondência 1855-1872 (cartas extraídas dos arquivos do Colégio Estadual de Pernambuco). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Fundo Louis Jacques Brunet, v. 2, Pasta 4, Documento 26, fls. 4, 5 e 6.